BID

Relatório Anual **2014**

Demonstrações Contábeis

Carta de apresentação

Conforme estabelecem os Estatutos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva apresenta à Assembleia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2014. O Relatório Anual é composto por um volume impresso intitulado "Resenha do Ano" contendo uma análise das operações do Banco em 2014 (empréstimos, garantias e financiamentos não reembolsáveis). A versão eletrônica do Relatório no site www.iadb.org/ar/2014 contém também o conjunto completo das demonstrações contábeis sobre os recursos do Banco.

18 março de 2015

SUMÁRIO

Sumário Discussão e Análise da Administração: Capital Ordinário 1

Demonstrações Contábeis 33

Capital Ordinário 35

Fundo para Operações Especiais 79

Mecanismo de Financiamento Intermediário 93

Fundo Não Reembolsável do BID 99

Discussão e Análise da Administração:

Capital Ordinário

VISÃO GERAL DAS FINANÇAS

Salvo indicação em contrário, todas as informações apresentadas nesta Discussão e Análise da Administração referem-se ao Capital Ordinário do Banco.

O objetivo do Banco é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, oferecendo principalmente empréstimos e a assistência técnica correspondente para projetos específicos e programas de reforma econômica, estimulando o crescimento sustentável, em termos do meio ambiente, assim como a redução da pobreza e a equidade social. Concomitantes a esses objetivos, há duas metas estratégicas: atender às necessidades especiais dos países menores e menos desenvolvidos e promover o desenvolvimento por meio do setor privado. O Banco é uma instituição internacional criada em 1959 nos termos do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio), e seus proprietários são os países membros. Entre os membros figuram 26 países membros mutuários e 22 países membros não mutuários. Os países com as cinco maiores participações (com suas porcentagens do total do poder de voto) são Estados Unidos (30,0%), Argentina (11,2%), Brasil (11,2%), México (7,2%) e Japão (5,0%).

Os recursos do Banco consistem no Capital Ordinário, no Fundo para Operações Especiais (FOE), no Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e no Fundo Não Reembolsável (GRF) do BID.

A solidez financeira do Banco se baseia no apoio recebido de seus membros e em suas políticas e práticas financeiras. Esse apoio se reflete nos aportes de capital recebidos e na diligência com que os membros mutuários satisfazem suas obrigações de serviço da respectiva dívida. A prudência nas políticas e práticas financeiras levou o Banco a aumentar o valor dos lucros retidos, diversificar suas fontes de captação de recursos, manter uma ampla carteira de investimentos líquidos e limitar diversos riscos, inclusive os de crédito, mercado e liquidez. O objetivo do Banco é auferir rendimentos em um nível adequado para preservar sua solidez financeira e sustentar suas atividades de desenvolvimento. O **Boxe 1** apresenta uma seleção de dados financeiros referentes aos últimos cinco anos.

Os principais ativos são os empréstimos concedidos aos países membros. Em 31 de dezembro de 2014, 92% do saldo de empréstimos contavam com garantia soberana. Além disso, em certas condições e sujeito a certos limites, o Banco concede empréstimos e garantias sem garantia soberana com bases em condições de mercado (i) em todos os setores econômicos (exceto os identificados na lista de exclusões) e (ii) a qualquer entidade, independentemente do grau de participação do setor privado ou público, desde que a entidade não seja beneficiada por uma garantia soberana de amortização de suas obrigações e o beneficiário final do financiamento seja um projeto executado em um país membro mutuário. O Banco também pode conceder empréstimos a outras instituições de desenvolvimento, sem garantia soberana. As operações sem garantia soberana atualmente estão limitadas a um valor tal que as respectivas exigências de capital de risco não sejam superiores a 20% do Patrimônio Líquido Total[1] calculado no contexto da política de adequação de capital do Banco. Em 31 de dezembro de 2014, a exigência de capital de risco para operações sem garantia soberana era de US$ 1.702 milhões, ou 7,0%[2] do patrimônio líquido total do Banco.

O Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, estruturas e formatos, para investidores em todo o mundo. Essas captações de recursos, juntamente com o patrimônio do Banco, são usadas para financiar as atividades de empréstimo e investimento, bem como as operações do Banco em geral.

A maior parte dos ativos e passivos após os swaps está denominada em dólares dos Estados Unidos. O Banco minimiza o risco de taxa de câmbio casando as moedas de seu passivo e ativo, mantendo essencialmente todo o patrimônio em dólares dos Estados Unidos.

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (GAAP). A preparação dessas demonstrações contábeis exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os resultados apresentados. A Seção "Informações e Divulgações Adicionais" relaciona as práticas contábeis aplicadas na apresentação dos resultados financeiros de acordo com os GAAP, que podem envolver um alto grau de julgamento e complexidade e se relacionam com assuntos inerentemente incertos.

A maior parte das captações do Banco e todos os swaps, inclusive os de captação, empréstimos e *equity duration*[3], são medidos ao seu valor justo, refletido no resultado. A volatilidade no resultado publicado resultante dos instrumentos financeiros de longo prazo não representa plenamente os aspectos econômicos das transações, já que Banco detém esses investimentos até o vencimento. Sendo assim, o Banco exclui do Lucro Operacional o impacto dos ajustes ao valor justo associados com esses instrumentos financeiros. O Banco define Lucro Operacional como sendo a Receita antes do Ajuste Líquido ao Valor Justo das carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeiras[4] e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores Os ajustes líquidos ao valor justo sobre as carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira e as trans-

[1] Define-se "Total do patrimônio" como sendo Capital integralizado (menos Subscrições de capital a receber), Lucros retidos e as reservas para perdas com empréstimos e garantias, deduzidos os saldos de caixa em moeda local dos países mutuários, Valores a receber de membros e os efeitos acumulados dos Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira

[2] Para o cálculo do limite para operações sem garantia soberana, não se incluem empréstimos no valor de US$ 100 milhões concedidos à Corporação Interamericana de Investimentos (CII), uma organização internacional distinta afiliada ao Grupo do BID.

[3] Para administrar o impacto de variações das taxas de juros (*duration* ou *modified duration*) no seu patrimônio, o Banco utiliza swaps de *equity duration* para manter o *modified duration* do seu patrimônio dentro de uma banda de política definida de quatro a seis anos.

[4] As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis e notas relacionadas são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecerem nesta Discussão e Análise da Administração.

Boxe 1: Informações financeiras selecionadas

As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com as informações detalhadas da presente Discussão e Análise da Administração e nas Demonstrações Contábeis neste Relatório Anual.

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro				
	2014	2013	2012	2011	2010
Destaques operacionais					
Aprovações de empréstimos e garantias[1]	$12.652	$13.290	$10.799	$10.400	$12.136
Desembolsos de empréstimos, brutos	9.423	10.558	6.883	7.898	10.341
Desembolsos de empréstimos, líquidos[3]	4.210	2.096	2.312	3.297	4.743
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquidos[4], depois dos swaps	$27.458	$21.226	$14.592	$13.882	$16.585
Saldo de empréstimos[5]	74.585	70.679	68.640	66.130	63.007
Parcela a desembolsar de empréstimos aprovados[2]	31.601	29.207	26.987	23.994	22.357
Total do ativo	106.299	97.007	92.209	89.432	87.217
Saldo de captações, depois dos swaps	76.686	67.460	59.754	58.015	57.874
Capital exigível[6]	138.901	123.840	112.240	100.641	100.641
(parcela subscrita pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e os outros membros extrarregionais)	70.095	63.439	57.884	52.329	52.329
Patrimônio líquido	23.697	23.550	20.681	19.794	20.960
Dados das Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente					
Lucro operacional[7]	**$ 652**	**$ 881**	**$ 910**	**$ 836**	**$ 1.252**
Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira[8]	96	626	194	(919)	(850)
Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	(200)	(200)	(200)	(200)	(72)
Lucro (prejuízo) líquido	548	1.307	904	(283)	330
Outros lucros (prejuízos) abrangentes	(750)	1.506	(300)	(883)	(44)
Lucro (prejuízo) abrangente	(202)	2.813	604	(1.166)	286
Índices					
Captações líquidas[9] como porcentagem do capital exigível subscrito pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e os outros membros extrarregionais	71,2%	74,4%	80,0%	86,3%	80,6%
Relação entre patrimônio líquido total[10] e empréstimos[11]	32,4%	33,6%	31,1%	31,3%	33,4%
Caixa e investimentos como porcentagem do saldo de captações, depois dos swaps	35,8%	31,5%	24,4%	23,9%	28,7%

[1] Não inclui garantias concedidas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio nem participações em empréstimos sem garantia soberana.

[2] Em 31 de dezembro de 2014, a parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados inclui US$ 23.809 milhões referentes a empréstimos firmados.

[3] Inclui desembolsos de empréstimos brutos, menos amortizações do principal.

[4] Não inclui Valores a pagar por compras de títulos para investimento, Valores a pagar por garantias recebidas em numerário e Valores a receber por vendas de títulos para investimento.

[5] Não inclui swaps de empréstimo em posição de passivo líquido totalizando US$ 568 milhões em 2014 (2013 — US$ 650 milhões; 2012 — US$ 1.831 milhões; 2011 — US$ 1.546 milhões; 2010 — US$ 655 milhões).

[6] Inclui subscrição de capital recebida do Canadá referente a capital exigível sem poder de voto, a saber: 2010 e 2011 — US$ 4.039,9 milhões; 2012 — US$ 3.553 milhões; 2013 — US$ 3.066 milhões; 2014 — US$ 1.390 milhões. Consulte "Origens dos recursos — Patrimônio líquido" para obter mais informações.

[7] Examinar a discussão completa do Resultado Operacional na página 20.

[8] Ajustes líquidos ao valor justo nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira estão relacionados principalmente com variações no valor justo de (a) captações ao valor justo em decorrência de variações nas margens de financiamento do próprio Banco, (b) swaps de empréstimo e certos swaps de captação em decorrência de variações nas taxas de juros em USD, que não são compensadas por variações no valor dos respectivos empréstimos e captações, já que não são lançados ao valor justo, assim como (c) swaps de equity duration em decorrência de variações nas taxas de juros em USD.

[9] Captações (depois dos swaps) e exposição por garantias, menos ativos líquidos qualificados (depois dos swaps).

[10] "Patrimônio Líquido Total" é definido como Capital integralizado, excluindo-se Subscrições de capital a receber, menos Valores a receber dos países membros, mais Lucros retidos e as provisões para perdas com empréstimos e garantias, menos saldos de caixa dos países mutuários em moeda local e os efeitos acumulados dos Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira (métrica não-GAAP).

[11] Inclui saldo de empréstimos e exposição por garantias.

ferências aprovadas pela Assembleia de Governadores são apresentados separadamente na Demonstração do Resultado e Lucros Acumulados.

Acontecimentos na área contábil: Em maio de 2014, o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiu a Atualização de Norma Contábil ASU No. 2014-9, Receitas de Contratos com Clientes (Tópico 606), que substitui os requisitos e a orientação anteriores para reconhecimento de receitas. Essa nova orientação não se aplica a instrumentos financeiros e garantias. A ASU entrará em vigor no Banco durante o primeiro trimestre de 2017, não se prevendo nenhum impacto relevante na condição financeira ou nos resultados das operações do Banco.

Destaques financeiros

Operações de empréstimo: Em 2014, as aprovações de empréstimos e garantias do Banco diminuíram em US$ 638 milhões em relação a 2013. As aprovações de empréstimos totalizaram US$ 12.506 milhões (160 empréstimos) em comparação com US$ 13.257 milhões (159 empréstimos) em 2013. A parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados aumentou para US$ 31.601 milhões no final de 2014 (2013 — US$ 29.207 milhões), dos quais US$ 23.809 milhões estão relacionados a empréstimos firmados (2013 — US$ 22.001 milhões).

Em 2014, foram aprovadas cinco garantias não relacionadas com comércio e sem garantia soberana, no valor de US$ 146 milhões (2013 — quatro no valor de US$ 33 milhões). Além disso, foram emitidas 56 garantias de financiamento de comércio no valor agregado de US$ 169 milhões (2013 — 210 garantias no valor agregado de US$ 568 milhões). O Banco não aprovou nenhuma garantia com contragarantia soberana em 2014 e 2013.

A carteira de empréstimos sem garantia soberana, incluindo empréstimos para outras instituições de desenvolvimento, aumentou para US$ 5.971 milhões, em comparação com US$ 5.635 milhões em 31 de dezembro de 2013. Além disso, a exposição sem garantia soberana diminuiu US$ 355 milhões, caindo para US$ 191 milhões, contra US$ 546 milhões no ano anterior. Em 31 de dezembro de 2014, 8,2% da exposição de empréstimos e garantias em aberto não contavam com garantia soberana, em comparação com os 8,6% em 31 de dezembro de 2013.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou US$ 373 milhões em 31 de dezembro de 2014, em comparação com US$ 255 milhões em 2013. O saldo dos empréstimos do Banco sem garantia soberana e classificados como prejudicados em 31 de dezembro de 2014 era de US$ 394 milhões, comparados com US$ 310 milhões em 31 de dezembro de 2013. Empréstimos prejudicados estão cobertos por provisões específicas para créditos incobráveis que totalizavam US$ 183 milhões em 31 de dezembro de 2014, em comparação com US$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Operações de liquidez: Praticamente todos os investimentos do Banco são feitos em valores mobiliários de alta qualidade. Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de ativos líquidos totalizava US$ 27.321 milhões, um aumento de US$ 6.287 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2013, em grande medida decorrente de necessidades projetadas de liquidez mais elevadas, conforme determina a política de liquidez.

Em 2014, a carteira de investimentos de curto prazo registrou ganhos líquidos de US$ 40 milhões baseados na marcação a mercado, comparados com US$ 153 milhões em 2013, em virtude da redução substancial dos títulos antigos lastreados em ativos e hipotecas em carteira durante 2013, após a forte recuperação em seus preços.

Operações de captação: O Banco emitiu títulos de dívida de médio e longo prazo com valor nominal total equivalente a US$ 21.003 milhões (2013 — US$ 16.195 milhões), que geraram recursos totalizando o equivalente a US$ 20.928 milhões (2013 — US$ 15.763 milhões) com prazo médio de 5,1 anos (2013 — 4,9 anos). Esses títulos de dívida foram emitidos de acordo com uma estratégia que combina obrigações referenciais globais de alto valor com transações de valor menor, orientadas para segmentos de demanda específicos. O volume maior de operações de captação em comparação com 2013 deveu-se, em grande medida, à projeção mais elevada de resgates de dívida.

Em 2014, o Banco manteve sua nota AAA nas principais agências de classificação de crédito.

Capitalização: O BID-9 entrou em vigor em 29 de fevereiro de 2012, permitindo um aumento de US$ 70.000 milhões no Capital Ordinário do Banco, que está sendo subscrito pelos países membros em cinco parcelas anuais desde 2012. Desse valor, US$ 1.700 milhões constituem capital integralizado e o restante, capital exigível. Dois países membros, Países Baixos e Venezuela, não subscreveram suas ações, disponibilizando a parcela de suas ações a outros acionistas. Posteriormente, a Assembleia de Governadores do Banco redistribui a íntegra dessas ações a outros países membros.

Em 28 de fevereiro de 2014, a data de efetivação da terceira parcela, foram efetivadas 1.366.740 ações no valor de US$ 16.487 milhões (US$ 416 milhões integralizados; US$ 16.071 exigíveis), após a troca de ações temporárias exigíveis pelo Canadá. A quantidade total de ações representavam (i) 1.044.438 ações da terceira parcela do BID-9, (ii) 206.412 ações redistribuídas da Venezuela e dos Países Baixos; e (iii) 115.890 ações subscritas na primeira e segunda parcelas, mas não efetivadas até 28 de fevereiro de 2014 para manter a conformidade com os respectivos requisitos de poder mínimo de voto previsto no Convênio.

As datas de efetivação das três primeiras parcelas do aumento de recursos do Capital Ordinário foram 29 de fevereiro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013 e 2014. As duas parcelas restantes serão efetivadas no último dia de fevereiro de 2015 e 2016.

Como parte do BID-9, a Assembleia de Governadores comprometeu-se, em princípio, sujeito a aprovações anuais e em conformidade com o Convênio, a aportar US$ 200 milhões anuais em transferências do resultado do Capital Ordinário para o GRF de 2011 a 2020. Em março de 2014, a Assembleia de

Governadores aprovou a transferência de US$ 200 milhões correspondente a 2014.

A relação entre patrimônio líquido total e empréstimos (TELR) em 31 de dezembro de 2014 era de 32,4%, em comparação com 33,6% no encerramento do exercício anterior (vide **Quadro 8**).

Resultados financeiros: O Resultado Operacional de 2014 totalizou US$ 652 milhões, uma queda de US$ 229 milhões em comparação com o de 2013, que foi de US$ 881 milhões. A queda deveu-se principalmente tanto à redução de US$ 237 milhões nas receitas líquidas de juros e de US$ 113 milhões nos ganhos líquidos de investimentos como ao aumento de US$ 60 milhões na provisão para perdas com empréstimos e garantias, parcialmente compensados pela redução de US$ 189 milhões nas despesas líquidas, exceto juros.

Receitas líquidas de juros

Durante 2014, a Diretoria Executiva aprovou a margem de financiamento de 0,85%, a comissão de crédito de 0,25% e a isenção da taxa de supervisão e inspeção. Os mesmos encargos de financiamento foram aprovados para 2015. Embora as variações nas taxas de juros, no longo prazo, venham a resultar em variações correspondentes no Resultado Operacional, o efeito sobre um único exercício é relativamente pequeno, em virtude do fato de que o patrimônio financia principalmente ativos remunerados a taxas fixas e, no caso dos ativos financiados por captações, a maior parte da exposição à taxa de juros é repassada aos mutuários ou protegida por hedge mediante o uso de instrumentos derivativos.

As receitas líquidas de juros do Banco totalizaram US$ 1.379 milhões em 2014, em comparação com US$ 1.616 milhões no ano anterior. A redução deveu-se principalmente a ganhos não recorrentes associados a pagamentos adiantados de empréstimos e gestão de *equity duration* no valor aproximado de US$ 226 milhões em 2013.

Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira

O Banco adotou a opção de valor justo prevista no GAAP para a maior parte de sua dívida de médio e longo prazo para reduzir a volatilidade do resultado decorrente da assimetria contábil anterior, de marcar a mercado os swaps de captação por meio da receita e, ao mesmo tempo, reconhecer todas as captações ao custo amortizado. Captações individuais são selecionadas para declaração de valor justo instrumento por instrumento. A seleção é feita no reconhecimento inicial de uma captação e, uma vez feita, não pode ser revogada. Contudo, as variações no valor justo dos swaps dos empréstimos do Banco continuam a causar volatilidade do resultado, pois não são compensadas por variações correspondentes no valor justo dos empréstimos, e todos os empréstimos do Banco são contabilizados ao custo amortizado. Para tratar dessa volatilidade do resultado, o Banco toma em consideração todos os seus instrumentos financeiros de longo prazo (ou seja, captações, empréstimos e derivativos) ao fazer suas seleções de opção de valor justo para captações.

O Banco registrou US$ 96 milhões em ganhos líquidos ao valor justo sobre as carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira, em comparação com US$ 626 milhões em 2013. Os ajustes líquidos ao valor justo nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira estão relacionados, em grande medida, a variações no valor justo de (a) captações ao valor justo, resultantes de variações nas margens de crédito do próprio Banco, (b) swaps de empréstimos e certos swaps de captações, resultantes de variações nas taxas de juros em USD, que não são compensadas por variações no valor dos respectivos empréstimos e captações, por não serem registradas ao valor justo, assim como, (c) swaps de *equity duration*, resultantes de variações nas taxas de juros em USD. Para obter mais informações, consulte a Nota S — Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira às demonstrações contábeis.

Planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria (Planos): Em 2014, o valor justo dos ativos dos Planos foi particularmente beneficiado pelos fortes retornos das ações de empresas dos EUA, títulos imobiliários públicos e privados, assim como classes de ativos de renda fixa de *duration* longo. Os retornos dos ativos dos Planos foram ligeiramente superiores ao retorno esperado de 6,75%, mas o valor líquido presente dos passivos de pensão aumentou, em grande medida, como resultado da redução nas taxas de juros do mercado. Como resultado, houve uma queda na posição de financiamento de cada plano em comparação com os níveis do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2014, o Balanço Patrimonial apresenta passivos de US$ 515 milhões referentes a planos de benefícios pós-aposentadoria, em comparação com US$ 292 milhões em ativos e US$ 73 milhões em passivos de planos de benefícios pós-aposentadoria em 31 de dezembro de 2013. A queda de US$ 734 milhões na posição de financiamento dos Planos reflete um aumento de US$ 303 milhões nos ativos dos Planos, para US$ 5.299 milhões, compensado por um aumento de US$ 1.037 milhões nas obrigações por benefícios, para US$ 5.814 milhões. No encerramento do exercício, os ativos dos Planos representavam 91% das obrigações de benefícios, em comparação com 105% no encerramento do exercício anterior. Para obter mais informações, consulte a Nota T — Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria às demonstrações contábeis.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 era de US$ 23.697 milhões, em comparação com US$ 23.550 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento de US$ 147 milhões reflete um lucro líquido de US$ 548 milhões, capital integralizado no valor de US$ 333 milhões recebido nos termos do BID-9 e US$ 16 milhões em valores recebidos de países membros, compensados parcialmente pelo reconhecimento de US$ 750 milhões em variações nos ativos/passivos dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria do Banco.

As informações acima estão sujeitas às ressalvas contidas nas informações detalhadas e demonstrações contábeis constantes da presente Discussão e Análise da Administração. Além disso, a Discussão e Análise da Administração contém informações relativas ao futuro e que podem ser identificadas por termos tais como "crê", "espera", "pretende" ou palavras com significados similares. Essas afirmações envolvem alguns pressupostos e estimativas baseados em expectativas atuais, sujeitas a riscos e incertezas fora do controle do BID. Por esse motivo, pode haver diferenças relevantes entre os resultados futuros alcançados e os previstos atualmente. O BID não se obriga a atualizar nenhuma das observações sobre o futuro.

OPERAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Informações gerais

O Banco concede empréstimos e garantias a governos e órgãos, empresas e instituições de desenvolvimento dos governos dos países membros mutuários para ajudá-los a suprir suas necessidades de desenvolvimento. No caso de empréstimos e garantias a mutuários que não sejam governos nacionais ou bancos centrais, o Banco segue a política de exigir a garantia conjunta, solidária e plena do governo nacional. Empréstimos e garantias também podem beneficiar diretamente outras entidades qualificadas que executem projetos nos territórios dos países membros mutuários, inclusive entidades do setor privado ou subsoberanas, sem garantia soberana e em todos os setores (exceto os identificados na lista de exclusões), desde que atendam aos critérios de financiamento do Banco. O Banco também concede financiamentos a fundo perdido e assistência com recuperação contingente a países membros mutuários, de acordo com sua estratégia global para a região.

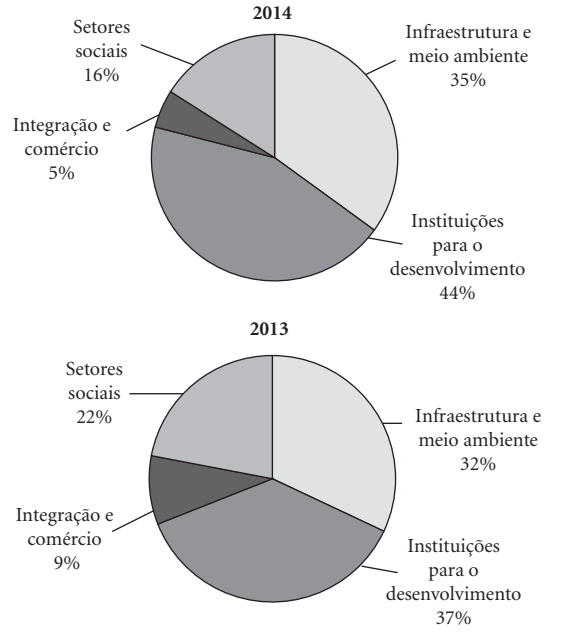
Objetivo de desenvolvimento

O Relatório do BID-9 estabelece que o objetivo do Banco é promover o crescimento sustentável, a redução da pobreza e a equidade social, além de identificar cinco setores prioritários para o cumprimento desse objetivo:

- Política social para equidade e produtividade.
- Infraestrutura para competitividade e bem-estar social.
- Instituições para o crescimento e o bem-estar social.
- Integração internacional competitiva no âmbito regional e global.
- Proteger o meio ambiente, responder à mudança climática, promover a energia renovável e aumentar a segurança alimentar.

A **Figura 1** abaixo apresenta as aprovações de empréstimos do Capital Ordinário por setor prioritário:

Figura 1: APROVAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS POR SETOR PRIORITÁRIO
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013



Ciclo de financiamento

O processo de identificação e avaliação de um projeto e de aprovação e desembolso de um empréstimo muitas vezes se estende por vários anos, dependendo da natureza, objetivo e propósito do projeto. Entretanto, em várias ocasiões o Banco abreviou o ciclo de elaboração e aprovação em resposta a situações de emergência, tais como desastres naturais ou crises econômicas. De modo geral, a equipe operacional do Banco (que inclui economistas, engenheiros, analistas financeiros e outros especialistas setoriais e em países específicos) avalia os projetos. Com certas exceções, em que a autoridade foi delegada à Administração, todos os empréstimos precisam ser aprovados pela Diretoria Executiva do Banco.

Os desembolsos dos empréstimos estão sujeitos ao atendimento às condições estabelecidas no contrato de empréstimo. Durante a implementação de operações apoiadas pelo Banco, profissionais experientes do Banco analisam o andamento do projeto, monitoram a conformidade com as políticas do Banco e ajudam a resolver eventuais problemas. O Escritório de Avaliação e Supervisão, uma unidade independente do Banco, avalia operações de empréstimo com base no plano anual de trabalho aprovado pela Diretoria Executiva para identificar até que ponto os objetivos principais foram cumpridos. Os resultados dessas avaliações são comunicados diretamente à Diretoria Executiva.

As operações de empréstimo do Banco estão em conformidade com certos princípios, que, conjuntamente, procuram

assegurar que os empréstimos feitos aos países membros se destinem a fins financeira e economicamente sólidos, aos quais esses países tenham atribuído alta prioridade, e que os recursos emprestados sejam utilizados como previsto. Esses princípios estão descritos em detalhes no **Boxe 2**.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos pelo Banco com garantia soberana em geral se inserem em duas categorias: financiamentos de investimentos para projetos específicos, inclusive empréstimos para intermediários para fins de repasse, ou empréstimos de apoio a políticas. Nessas categorias de empréstimos, o Banco oferece apoio aos seguintes setores econômicos, entre outros: energia, indústria e mineração, agricultura e pesca, transportes e comunicações, financiamento de comércio, educação, ciência e tecnologia, água, saneamento e saúde, turismo, desenvolvimento urbano, planejamento e reforma, modernização do estado e meio ambiente. O Banco também empresta diretamente a entidades qualificadas sem garantia soberana, em geral para o financiamento de investimentos em operações em todos os setores, exceto os identificados na lista de exclusões.

Empréstimos de investimento com garantia soberana

Os financiamentos de investimentos normalmente são utilizados para financiar aquisições, obras e serviços em apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social.

Empréstimos de apoio a políticas com garantia soberana

Empréstimos de apoio a políticas aportam recursos fungíveis para apoiar um programa de reformas políticas e/ou mudanças institucionais definidas de comum acordo para um setor ou sub-setor com o objetivo de auxiliar países membros mutuários a formular e implementar reformas de políticas econômicas e setoriais e mudanças institucionais para contribuir para a consecução de níveis sustentáveis de crescimento e redução da pobreza.

Linha de Crédito de Sustentabilidade do Desenvolvimento (DSL)

Além das categorias de empréstimos mencionadas acima, em 2012, foi aprovada a DSL para substituir a categoria de empréstimos de emergência. A DSL é estruturada como linha de crédito condicional e foi concebida para responder a crises econômicas exógenas. Os recursos são disponibilizados ao mutuário para mitigar os efeitos diretos de choques econômicos exógenos (sistêmicos ou específicos ao país). Esse programa termina no fim de 2015.

Programa de Realocação de Recursos (PRR)

O Programa de Realocação de Recursos, criado em 2012, oferece aos países membros mutuários flexibilidade na distribuição de sua exposição junto ao Banco, designando os recursos liberados em decorrência do pagamento adiantado de um empréstimo diretamente para o financiamento de novas operações de crédito com garantia soberana para o mesmo país. Com base nos termos dos novos empréstimos no âmbito do PRR, o prazo médio ponderado não é superior ao prazo médio ponderado restante dos empréstimos antes do pagamento adiantado.

Empréstimos sem garantia soberana

Empréstimos e garantias sem garantia soberana em geral financiam investimentos em operações em todos os setores, exceto os identificados na lista de exclusões, são concedidos com base em

Boxe 2: Princípios que regem as operações de empréstimo

(i) O Banco concede empréstimos e garantias com garantia soberana principalmente a governos centrais, bem como governos subnacionais, entidades públicas, empresas estatais e instituições de desenvolvimento dos países membros mutuários. Além disso, o Banco concede empréstimos e garantias sem garantia soberana a entidades qualificadas e outras instituições de desenvolvimento.

(ii) Os interessados em obter empréstimos devem apresentar ao Banco uma proposta detalhada, com pormenores sobre os méritos técnicos, econômicos e financeiros do projeto. A proposta precisa incluir uma avaliação dos riscos ou impactos ambientais esperados e das medidas atenuantes propostas, bem como o impacto sobre o gênero e grupos indígenas, conforme o caso.

(iii) O Banco não renegocia acordos de reescalonamento de dívida nem participa deles, quando se trata de empréstimos com garantia soberana.

(iv) Os contratos de empréstimo normalmente contêm uma cláusula vedatória da concessão de garantias que em geral proíbe o mutuário de onerar seus ativos ou resultados com respeito a dívidas em moeda estrangeira, salvo se houver garantia igual e proporcional para o Banco. A Diretoria Executiva concedeu isenções parciais no passado.

(v) Na concessão de empréstimos, o Banco calcula a capacidade do mutuário para cumprir as obrigações financeiras do contrato de empréstimo, o ambiente macroeconômico e o ônus da dívida do país, bem como políticas e questões institucionais relevantes ao empréstimo.

(vi) O Banco considera a capacidade do mutuário para obter financiamento privado em termos e condições razoáveis. O Banco serve como catalisador para promover o investimento privado, não como concorrente deste.

(vii) O uso feito dos recursos do financiamento é supervisionado. O pessoal do Banco monitora e supervisiona a evolução do projeto com respeito aos objetivos de desenvolvimento de cada operação, por meio das Representação que mantém em cada um dos 26 países membros mutuários, e conta com mecanismos fiduciários que asseguram o uso apropriado dos recursos do Banco para atingir os objetivos da operação.

preços de mercado e estão sujeitos a certos critérios de qualificação e limites de gestão de risco. Além disso, o Banco também concede empréstimos a outras instituições de desenvolvimento, para fins de repasse, sem garantia soberana.

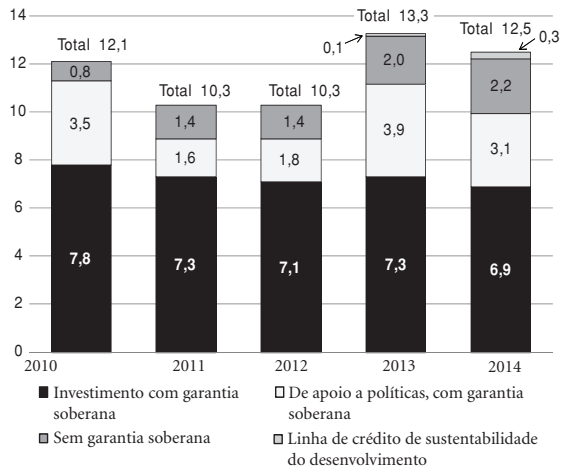
O Quadro de Risco (Quadro) Sem Garantia Soberana (SGS) está estruturado em três níveis: (i) o apetite de risco sem garantia soberana, que limita o volume de capital econômico designado para empréstimos e garantias sem contragarantia soberana a 20% do Patrimônio Líquido Total do Banco; (ii) os limites de exposição e diretrizes suplementares das carteiras, cujo objetivo é o de promover a diversificação das carteiras e estabelecer limites por projeto, por devedor e grupo de devedores, por setor e por país; e (iii) as melhores práticas de gestão de risco sem garantia soberana, que estão sendo desenvolvidas e atualizadas pela Administração em apoio à originação de projetos e à gestão de carteiras. No tocante aos limites estabelecidos para um único devedor, o Quadro estabelece um limite equivalente a 2,5% do Patrimônio Líquido Total do Banco ou US$ 500 milhões na ocasião da aprovação, o que for menor.

Como discutido acima, as operações sem garantia soberana atualmente estão limitadas a um valor tal que as respectivas exigências de capital de risco não sejam superiores a 20% do Patrimônio Líquido Total. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências de capital de risco de operações sem garantia soberana eram de US$ 1.702 milhões, ou 7,0% do Patrimônio Líquido Total.

A **Figura 2** apresenta uma análise dos projetos aprovados por tipo de empréstimo durante os últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos, o nível anual de empréstimos para investimento com garantia soberana flutuou entre US$ 6,9 bilhões e US$ 7,8 bilhões, os empréstimos de apoio a políticas, entre US$ 1,6 bilhão e US$ 3,9 bilhões e os empréstimos sem garantia soberana, entre US$ 0,8 bilhões e US$ 2,2 bilhões.

Durante 2014, foram aprovados empréstimos no valor total de US$ 12.506 milhões, em comparação com US$ 13.257 milhões em 2013. O **Quadro 1** contém um resumo de aprovações de empréstimos por país durante 2014 e 2013. As aprovações de empréstimos de investimento com garantia soberana e de apoio a políticas diminuíram US$ 418 milhões e US$ 807 milhões, respectivamente. As aprovações de empréstimos sem garantia soberana e da DSL aumentaram US$ 274 milhões e US$ 200 milhões, respectivamente.

Figura 2: APROVAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS POR TIPO
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 a 2014
(Em bilhões de dólares dos Estados Unidos)



Em 2013, empréstimos no valor aproximado de US$ 1.500 milhões foram realocados por meio do PRR. Desses recursos, foi aprovado um total de US$ 1.200 milhões em novas operações em 2013. Não houve realocações de empréstimos em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total de empréstimos era de US$ 74.585 milhões, US$ 3.906 milhões acima do nível de US$ 70.679 milhões registrado em 31 de dezembro de 2013. O aumento deveu-se principalmente ao volume maior de desembolsos de empréstimos (US$ 9.423 milhões) do que liquidações de empréstimos (US$ 5.213 milhões, compensados parcialmente por ajustes negativos de tradução cambial (US$ 333 milhões). Os saldos a desembolsar em 31 de dezembro de 2014 totalizavam US$ 31.601 milhões, refletindo um aumento de US$ 2.394 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Essa mudança deveu-se principalmente do maior volume de aprovações de empréstimos do que desembolsos, compensados parcialmente por cancelamentos.

Em 2014, a carteira de empréstimos sem garantia soberana aumentou para um nível de US$ 5.971 milhões, em comparação com US$ 5.635 milhões em 31 de dezembro de 2013. Além disso, a exposição sem garantia soberana diminuiu US$ 355 milhões, caindo para US$ 191 milhões, contra US$ 546 milhões no ano anterior. Em 31 de dezembro de 2014, 8,2% da exposição de empréstimos e garantias em aberto não contavam com garantia soberana, em comparação com os 8,6% em 31 de dezembro de 2013.

O Anexo I-2 às demonstrações contábeis contém uma demonstração do saldo de empréstimos, por país, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Condições financeiras dos empréstimos

Condições financeiras disponíveis atualmente: Desde janeiro de 2012, o Mecanismo de Financiamento Flexível (FFF) é a única plataforma de produtos financeiros para aprovação de todos os empréstimos com garantia soberana regulares do Capital Ordinário. Com empréstimos do FFF, os mutuários podem adaptar os termos financeiros na aprovação ou durante a vigência de um empréstimo, de acordo com a disponibilidade no mercado e considerações operacionais. A plataforma FFF permite que os mutuários: (i) administrem riscos cambiais e de taxa de juros, além de outros tipos de exposição; (ii) atendam a mudanças nas necessidades do projeto, adaptando as condições de amortização do empréstimo para melhorar a gestão dos riscos de liquidez; (iii) administrem empréstimos obtidos nos termos de produtos financeiros antigos; e (iv) executem hedges com o Banco no nível da carteira de empréstimos. Os empréstimos do FFF têm taxa de juros baseada na LIBOR mais uma margem de financiamento, ou custo efetivo do financiamento, e a margem do Banco. O Banco também oferece empréstimos por meio de sua DSL com garantia soberana. O **Quadro 2** apre-

Quadro 1: APROVAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS POR PAÍS[1]
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014			2013		
PAÍS	**CGS**	**SGS**	**Total**	**CGS**	**SGS**	**Total**
Argentina	$ 660	$ 187	$ 847	$ 1.204	$ 60	$ 1.264
Bahamas	33	—	33	—	—	—
Barbados	18	—	18	—	—	—
Belize	37	—	37	—	—	—
Bolívia	268	21	289	303	12	315
Brasil	2.241	607	2.848	3.275	104	3.379
Chile	123	134	257	—	421	421
Colômbia	932	15	947	978	26	1.004
Costa Rica	—	60	60	400	140	540
El Salvador	140	5	145	240	115	355
Equador	866	90	956	495	7	502
Guatemala	272	—	272	—	196	196
Guiana	50	—	50	8	—	8
Haiti	—	—	—	—	4	4
Honduras	168	33	201	133	85	218
Jamaica	160	—	160	14	—	14
México	2.054	215	2.269	2.020	67	2.087
Nicarágua	96	16	112	96	40	136
Panamá	310	50	360	254	27	281
Paraguai	301	56	357	118	138	256
Peru	445	626	1.071	150	44	194
República Dominicana	578	50	628	661	—	661
Suriname	53	—	53	125	—	125
Trinidad e Tobago	110	—	110	159	—	159
Uruguai	343	83	426	649	89	738
Regional	—	—	—	—	400	400
Total	$10.258	$2.248	$12.506	$11.282	$1.975	$13.257

[1] CGS: Empréstimos com garantia soberana. SGS: Empréstimos sem garantia soberana.

senta as condições financeiras atualmente disponíveis para empréstimos com garantia soberana.

O Banco oferece empréstimos concessionais que combinam empréstimos do Capital Ordinário e do FOE (empréstimos combinados). A parcela dos empréstimos combinados que compete ao Capital Ordinário constitui-se de empréstimos com taxas com custo de base fixa, com 30 anos de prazo e 6 anos de carência.

Além disso, os empréstimos são concedidos a entidades qualificadas sem garantias soberanas, de acordo com várias condições. Os empréstimos sem garantia soberana podem ser denominados em dólares dos Estados Unidos, ienes, euros, francos suíços ou moeda local, e os mutuários podem escolher entre empréstimos com taxa de juros fixa ou empréstimos com taxa flutuante. Nos casos de empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é reajustada a cada um, três ou seis meses com base na taxa LIBOR mais a margem de financiamento. As margens e taxas de financiamento são definidas de acordo com o caso.

Suspensão de condições financeiras: Os produtos financeiros mais significativos que foram suspensos recentemente, cujos empréstimos ainda apresentam saldos, estão descritos abaixo.

Até 31 de dezembro de 2011, o Banco oferecia dois tipos básicos de empréstimos com garantia soberana, ambos denominados na moeda ou moedas escolhidas pelo mutuário, conforme disponíveis nos programas: empréstimos do Mecanismo de Financiamento em Moeda Única (SCF) baseados na LIBOR e empréstimos do Mecanismo de Financiamento em Moeda Local (LCF).

A taxa de juros dos empréstimos do SCF baseados na LIBOR é reajustada a cada trimestre com base na taxa LIBOR para três meses específica à moeda usada, com a adição de uma margem geral que reflete o custo de captação do Banco, assim como a margem do Banco. Os mutuários têm a opção de converter os saldos de seus empréstimos do SCF baseados na LIBOR para uma taxa fixa.

Para empréstimos aprovados no âmbito do LCF, os mutuários dos setores público e privado têm a opção de receber financiamentos em moeda local em três modalidades diferentes: (i) financiamento diretamente em moeda local ou conversão de desembolsos futuros e/ou saldos devedores de empréstimos; (ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e (iii) desembolso de garantias exigidas em moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da res-

Quadro 2: CONDIÇÕES FINANCEIRAS ATUALMENTE DISPONÍVEIS PARA EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA

		Mecanismo de Financiamento Flexível[6]	Linha de Crédito de Sustentabilidade do Desenvolvimento[7]
Opção de taxa de juros		Empréstimos baseados na Libor[3]	Empréstimos baseados na Libor
Moedas oferecidas	**Aprovação**	USD ou moeda local do membro mutuário	USD
	Desembolso	Moeda de aprovação ou moeda convertida	
	Amortização	Moeda desembolsada/convertida	
Base de custo		LIBOR ± margem de financiamento, equivalente cambial de LIBOR ± margem de financiamento ou custo efetivo de financiamento	LIBOR de 3 meses
Margem de financiamento em relação à LIBOR		Margem de financiamento efetiva ou estimada na ocasião do desembolso/conversão	Não se aplica
Margem de financiamento[1][2]		85[5]	165+85[5]
Comissão de crédito[1][2]		25[5]	Não se aplica
Taxa de supervisão e inspeção[1][2]		0[5]	Não se aplica
Taxa inicial/standy[1]		Não se aplica/Não se aplica	50/50
Prazo[4]		Até 20 anos para empréstimos de apoio a políticas e até 25 anos para empréstimos de investimento	6 anos
Período de carência		Até 12,75 anos para empréstimos de apoio a políticas e até 15,25 anos para empréstimos de investimento, sujeito ao prazo médio ponderado do empréstimo.	3 anos
Perfil de amortização		Perfil flexível de amortização com base no prazo médio ponderado definido no contrato do empréstimo	Semestral ou anual

[1] Encargos sobre empréstimos expressos em pontos-base (pbs).

[2] Os encargos sobre empréstimos com garantia soberana, excluindo-se empréstimos DSL, são determinados anualmente pela Diretoria Executiva. A comissão de crédito não poderá exceder 0,75% nem a taxa de inspeção e supervisão poderá exceder, em qualquer período de seis meses, o valor que resultaria da aplicação de 1% ao valor do empréstimo dividido pelo número de períodos de seis meses inclusos no período de desembolso original.

[3] Os saldos dos empréstimos do FFF baseados na LIBOR podem ser convertidos em taxas com base de custo fixa e para a moeda de qualquer país membro, dependendo da disponibilidade no mercado. Para "empréstimos paralelos" (uma combinação de empréstimos do Capital Ordinário e do FOE), as taxas de juros estão sujeitas a patamares obrigatórios.

[4] Para "empréstimos paralelos", o prazo é de 30 anos e o período de carência, de 6 anos.

[5] Encargos de empréstimos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

[6] A Linha de Crédito Condicional para Desastres Naturais (CCL), aprovada em 2012, disponibiliza recursos adicionais (US$ 2 bilhões até 31 de dezembro de 2014) para casos de desastres naturais. Os empréstimos de CCL aplicam os mesmos termos dos empréstimos do FFF, salvo o prazo de 14 anos, amortizações de principal começando depois de três anos e uma taxa standby equivalente à margem dos empréstimos do Banco.

[7] A DSL é limitada a US$ 300 milhões por país, ou 2% do produto interno bruto (PIB) de um país, o valor que seja menor, e conta com US$ 2 bilhões em recursos anuais de 2012 a 2014, cujos saldos não desembolsados podem ser acumulados para uso em anos posteriores. A DSL será extinta no final de 2015.

pectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de atenuação de risco nos mercados financeiros. Os saldos em carteira do LCF são remunerados a uma taxa de juros fixa, flutuante ou atrelada à inflação. O LCF foi integrado ao produto FFF para empréstimos com garantia soberana a partir de 1º de janeiro de 2012 e continua disponível para operações sem garantia soberana. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha uma carteira de empréstimos em moeda local que totalizava US$ 2.964 milhões, que foi praticamente toda objeto de swap para dólares dos Estados Unidos.

Conversão de empréstimos com taxa ajustável em empréstimos baseados na taxa LIBOR: Em 2009 e 2010, o Banco converteu US$ 31.956 milhões em saldos de empréstimos com taxa ajustável, e os correspondentes saldos a desembolsar, da seguinte forma: US$ 4.965 milhões para o SCF baseado na taxa LIBOR e US$ 26.991 milhões para o SCF com custo de base fixa.

O **Quadro 3** apresenta uma análise da carteira de empréstimos por produto principal. Para mais informações, vide o Anexo I-3 às demonstrações contábeis.

Dos US$ 31.601 milhões do saldo de empréstimos a desembolsar em 31 de dezembro de 2014, 35% são empréstimos do SCF baseados na taxa LIBOR, 54% são empréstimos do FFF baseados na taxa LIBOR, e 9% pertencem às carteiras com taxa flutuante e sem garantia soberana.

O Banco usa swaps cambiais e de taxa de juros como hedge para a exposição de empréstimos quando o tipo de moeda ou taxa de juros não é o mesmo do financiamento subjacente. A **Figura 3** apresenta uma análise do saldo de empréstimos, antes dos swaps, por tipo de taxa de juros.

Encargos sobre empréstimos com garantia soberana (excluindo-se empréstimos de emergência)

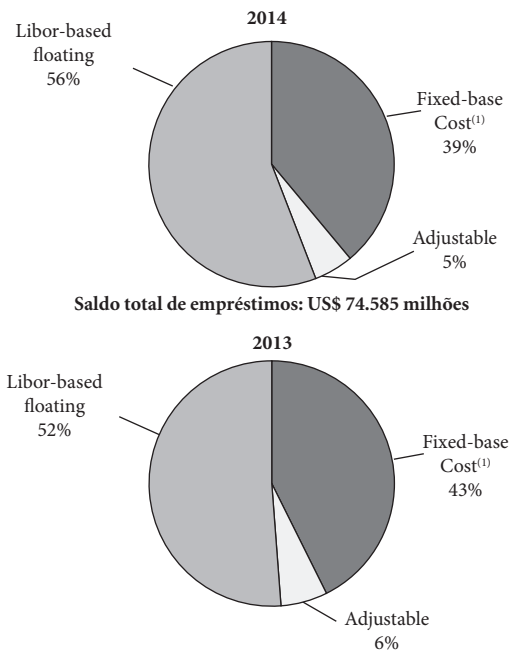
Os encargos dos empréstimos são estabelecidos anualmente pela Diretoria Executiva, levando em consideração as possibilidades apresentadas nas Projeções Financeiras de Longo Prazo (vide seção "Gestão de risco financeiro — Quadro de adequação de capital — Modelo de Gestão de Resultado" abaixo). No mínimo, o nível de encargos sobre os empréstimos com garantia soberana deve ser suficiente para gerar receita que cubra

Quadro 3: SALDO DE EMPRÉSTIMOS POR PRODUTO DE EMPRÉSTIMO[1]
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
SCF, baseada na taxa LIBOR	$27.730	37,2	$26.072	36,9
SCF, custo de base fixa	25.925	34,8	28.035	39,7
LCF, custo de base fixa	1.068	1,4	1.074	1,5
LCF, variável	1.055	1,4	1.201	1,7
Mecanismo de Financiamento Flexível, baseado na taxa LIBOR	8.769	11,8	5.330	7,5
Mecanismo de Financiamento Flexível, custo de base fixa	894	1,2	—	0,0
Mecanismo de Financiamento Flexível, custo de base fixa e moeda local	217	0,3	245	0,3
Mecanismo de Financiamento Flexível, variável e moeda local	404	0,5	—	0,0
Sem garantia soberana, fixa	744	1,0	992	1,4
Sem garantia soberana, flutuante	4.915	6,6	4.302	6,1
Sem garantia soberana, moeda local	178	0,2	197	0,3
Outros[2]	2.686	3,6	3.231	4,6
Total	$74.585	100,0	$70.679	100,0

[1] Empréstimos sem garantia soberana no valor de US$ 134 milhões (2013 — US$ 144 milhões) para outras instituições de desenvolvimento estão refletidos em SCF, baseada na taxa LIBOR, SCF, custo de base fixa, e Outros, conforme seja o caso.
[2] Inclui financiamento em moeda local no valor de US$ 42 milhões em 2014.

Figura 3: SALDO DE EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JUROS, ANTES DOS SWAPS
31 de dezembro de 2014 e 2013



[1] Inclui um total de US$ 939 milhões em empréstimos com taxa fixa (2013 — US$ 1.503 milhões).
[2] Em virtude do arredondamento dos dados, o total geral pode não corresponder exatamente à soma das parcelas.

90% das despesas administrativas do Capital Ordinário em uma base variável de três anos, ajustadas por 90% da receita das operações sem garantia soberana do Banco.

No final de 2014, a Diretoria Executiva aprovou a margem de financiamento de 0,85%, a comissão de crédito de 0,25% e a isenção da taxa de supervisão e inspeção em 2015. O **Quadro 4** apresenta encargos sobre empréstimos prevalecentes nos períodos indicados.

Quadro 4: ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS

	Margem de financiamento %	Comissão de crédito %	Taxa de supervisão e inspeção %
2012	0,62	0,25	—
2013	0,84	0,25	—
2014	0,85	0,25	—

Uma característica exclusiva da estrutura de encargos sobre empréstimos da carteira do Banco com garantia soberana é que as alterações aplicam-se a praticamente toda a carteira, inclusive empréstimos já desembolsados e em aberto. Como resultado, o Banco tem a capacidade de obter receitas por esse meio, quando necessário. Além disso, os encargos sobre empréstimos também são aprovados pelos países membros mutuários do Banco, que, em última análise, incorrem os custos mais elevados.

Garantias

O Banco pode prestar garantias de risco político e garantias de crédito parciais, sem contragarantia soberana, dentro do limite estabelecido para tais operações, ou com a contragarantia soberana de um país membro. Essas garantias são denominadas em dólares dos Estados Unidos ou em moeda local.

Como parte das atividades de empréstimo sem garantia soberana, o Banco prestou garantias de risco político e garantias de crédito parciais, concebidas para incentivar investimentos do setor privado em projetos de infraestrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento de comércio. As garantias de risco político e garantias de crédito parciais podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias de risco político cobrem eventos de risco específicos relacionados a fatores não comerciais (como conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro ou inadimplência do governo). As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento de obrigações de dívida. Em certos casos, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias. A exposição por garantias é medida como o valor exigível.

Em 2014, foram aprovadas cinco garantias não relacionadas com comércio e sem contragarantia soberana, no valor de US$ 146 milhões (2013 — quatro no valor de US$ 33 milhões). O Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (TFFP) do Banco presta garantias de crédito plenas sem contragarantia soberana para transações de financiamento de comércio. Esse Programa autoriza linhas de crédito em apoio a bancos emissores aprovados, respeitado o saldo máximo agregado de US$ 1.000 milhões em qualquer momento. Em 2014, foram emitidas 56 garantias para financiamento de comércio, no valor agregado de US$ 169 milhões, em comparação com 210 garantias no valor agregado de US$ 568 milhões prestadas em 2013.

O Instrumento de Garantia Flexível (FGI) para operações com garantia soberana permite a estruturação de garantias parciais de crédito e risco político com contragarantias soberanas, que podem ser utilizadas em apoio a projetos de investimento ou intervenções de apoio a políticas. Em 2014 e 2013, não houve aprovações de garantias com contragarantias soberanas.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US$ 251 milhões (2013 — US$ 871 milhões), inclusive US$ 16 milhões (2013 — US$ 329 milhões) concedidos pelo TFFP. A exposição por garantias com e sem contragarantia soberana era de US$ 60 milhões (2013 — US$ 325 milhões) e US$ 191 milhões (2013 — US$ 546 milhões), respectivamente.

Assistência técnica

Além de empréstimos e garantias, o Banco também presta assistência técnica aos países membros em conjunto com suas operações de empréstimo ou separadamente. Essa assistência enfoca a transferência de conhecimentos e presta apoio à elaboração de projetos, estudos de viabilidade, programas regionais e treinamento. As atividades de assistência técnica atualmente são financiadas com recursos dos programas especiais do Capital Ordinário e de fundos sob a administração do Banco. Em 2014, o Banco aprovou assistência técnica no valor total de US$ 328 milhões (2013 — US$ 351 milhões), inclusive US$ 116 milhões (2013 — US$ 139 milhões) com financiamento do Capital Ordinário.

Em 2013, como parte de seus esforços para atender às necessidades dos clientes para além de financiamentos, o Banco aprovou a Política de Serviços Remunerados de Assessoramento e Conhecimento. Esse quadro de política permite que o Banco preste serviços remunerados de assessoramento e conhecimento não ligados à concepção e execução de operações de crédito do Banco. Em 2014, foram estabelecidas diretrizes e exigências operacionais específicas para orientar a equipe do Banco envolvida na prestação de serviços de assessoramento e conhecimentos aos clientes.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O objetivo principal da gestão de liquidez do Banco é preservar o capital e garantir a disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de obrigações contratuais previstas, bem como assegurar a continuidade das operações financeiras, caso o Banco tenha de se abster de captar recursos em reação a condições de mercado pouco atraentes ou a qualquer outra restrição. Os princípios de gestão de liquidez do Banco são apresentados no **Boxe 3**.

Boxe 3: Princípios de gestão de liquidez

O objetivo principal da gestão dos ativos líquidos do Banco é a preservação do capital e manutenção de uma carteira de porte adequado, investida em ativos de liquidez de alta qualidade, que permita ao banco cumprir suas obrigações financeiras sem recorrer aos mercados de capitais. O objetivo de investimento secundário é a gestão eficiente das opções de risco e retorno de todas as classes de ativo qualificadas dentro da tolerância de risco definida pelo Banco, de modo a ajudar a minimizar o custo de manutenção da liquidez.

O Banco gere sua liquidez por meio de políticas, diretrizes e instrumentos financeiros que servem como regras, procedimentos e ferramentas que definem sua gestão de liquidez. A Resolução sobre Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, prevê as alçadas básicas para aplicação da liquidez. As Diretrizes de Investimento, aprovadas pela Administração, estabelecem os pormenores das condições operacionais, de conformidade legal e monitoramento para a implementação da gestão de liquidez. Ambos os documentos foram concebidos para garantir que o Banco avalie os riscos de crédito e mercado e estabeleça restrições de investimento de acordo com o seu nível de tolerância ao risco. Consulte a seção "Gestão de risco financeiro" para obter informações sobre a gestão de exposição ao risco de liquidez.

O Banco investe seus ativos líquidos em valores mobiliários e depósitos bancários com nota de crédito elevada. Esses instrumentos incluem obrigações com nota de crédito elevada, emitidas por governos nacionais e subnacionais, órgãos públicos, entidades supranacionais, bancos e empresas, inclusive títulos lastreados em ativos e hipotecas. Além disso, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxa de juros, na gestão de suas carteiras de investimento.

Segundo a política de liquidez do Banco, a Administração estrutura uma carteira de liquidez suficiente para cobrir mais de doze meses de obrigações financeiras (por exemplo, amortizações de dívidas contratuais e desembolsos de empréstimos). A política permite à Administração dar à liquidez uma gestão mais dinâmica, com base nas necessidades de fluxo de

caixa previstas pelo Banco. Requer um nível de liquidez dentro de uma faixa estabelecida no início do ano e informada à Diretoria Executiva. Liquidez, para esse fim, é definida essencialmente como caixa e investimentos em moedas conversíveis de países não mutuários, excluindo-se os ativos financiados pelo Programa de Notas com Deságio e ativos com disponibilidade restrita ou limitada.

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de ativos líquidos totalizava US$ 27.321 milhões, um aumento de US$ 6.287 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2013, em grande medida decorrente de necessidades projetadas de liquidez mais elevadas, conforme determina a política de liquidez. A liquidez, segundo essa definição, totalizava US$ 26.647 milhões, dentro dos limites da política. Durante o exercício, a liquidez totalizou, em média, US$ 24.842 milhões, em comparação com US$ 18.579 milhões em 2013.

Os investimentos líquidos (carteira de investimentos de curto prazo) são mantidos em três subcarteiras distintas: transacional, operacional e o Programa de Gestores Externos, cada uma com seu próprio perfil de risco e referencial de desempenho. A carteira transacional é usada para suprir as necessidades de fluxo de caixa do dia-a-dia. A carteira operacional detém a maior parte das posições líquidas do Banco.

O Programa de Gestores Externos concentra-se em exposições por títulos lastreados em hipotecas de órgãos do governo dos EUA na carteira de investimentos de curto prazo. Cada gestor externo recebe suas próprias diretrizes de investimento em conformidade com as diretrizes gerais de investimento do Banco. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o volume do programa era de US$ 501 milhões e US$ 500 milhões, ou 1,8% e 2,4% da carteira, respectivamente.

O retorno da carteira de investimentos de curto prazo em 2014 e 2013 está apresentado no **Quadro 5**. A redução no retorno da carteira reflete principalmente a redução em títulos antigos lastreados em ativos e hipotecas durante 2013, após a forte recuperação em seus preços.

Quadro 5: CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO[1]
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014		2013	
Carteira	**Saldo final**	**Retorno financeiro (%)[2][3][4]**	**Saldo final**	**Retorno financeiro (%)[2][3][4]**
Transacional	$ 5.338	0,06	$ 6.544	0,09
Operacional	21.482	0,63	13.990	1,50
Programa de Gestores Externos	501	0,16	500	0,02
Total da carteira	$27.321	0,47	$21.034	1,27

[1] Depois dos swaps e não incluindo os valores a pagar ou receber por compra ou venda de títulos para investimento.
[2] Retorno combinado de todas as moedas em cada carteira.
[3] Retornos ponderados pelo tempo e geometricamente conectados.
[4] Inclui ganhos e perdas.

Desempenho e exposição da carteira de investimentos de curto prazo

A exposição de toda a carteira de investimentos, exceto swaps, totalizava US$ 27.449 milhões em 31 de dezembro de 2014, em comparação com US$ 21.053 milhões em 31 de dezembro de 2013. A qualidade geral da carteira continua elevada, com 78,8% da exposição de crédito com nota AAA[5] e AA (2013 – 86,7%), 13,5% com as mais elevadas notas de curto prazo (A1+) (2013 – 6,6%), 7,2 % com nota A (2013 – 5,6%) e 0,5% com nota inferior a A/A1+ (2013 – 1,1%).

O **Quadro 6** discrimina a carteira de investimentos de curto prazo do Banco em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por categoria principal dos títulos, juntamente com os ganhos e as perdas a realizar incluídos na Receita de investimentos — Ganhos líquidos, sobre títulos detidos no fim do respectivo exercício.

Quadro 6: CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO POR CATEGORIA PRINCIPAL DE TÍTULOS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014		2013	
Classe de títulos	**Valor justo[1]**	**Ganhos (perdas) a realizar**	**Valor justo[1]**	**Ganhos (perdas) a realizar**
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	$ 5.435	$(2)	$6.073	$—
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA	599	—	207	—
Obrigações de governos, exceto dos EUA	3.959	(2)	2.196	(40)
Obrigações de órgãos, exceto dos EUA	9.427	7	5.877	—
Obrigações de governos subnacionais, exceto dos EUA	1.667	5	949	—
Obrigações de entidades supranacionais	1.430	—	1.360	—
Obrigações bancárias	4.054	1	3.527	(1)
Títulos privados	423	—	147	—
Títulos lastreados em hipotecas	345	22	489	31
Títulos lastreados em ativos	110	—	228	9
Total de investimentos de curto prazo	27.449	31	21.053	(1)
Swaps cambiais e de taxa de juros — investimentos — carteira de curto prazo	61	—	(1)	44
Total	$27.510	$31	$21.052	$43

[1] Inclui juros acumulados de US$ 54 milhões (2013 — US$ 38 milhões) e US$ (34) milhões (2013 — US$ (28) milhões), refletidos no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados — Investimentos e Juros e outros encargos acumulados — Swaps — Líquido, respectivamente.

[5] As notas de crédito expressas com letras referem-se à média das notas atribuídas pelas principais agências de classificação de crédito e a toda a faixa na categoria de classificação, inclusive notas numéricas (ou seja, de 1 a 3), simbólicas (ou seja, +/-) ou outras qualificações similares utilizadas pelas agências de classificação qualificadas.

Obrigações contratuais

Durante o curso normal de suas operações, o Banco assume diversas obrigações contratuais que exigem pagamentos em numerário em datas futuras, sendo que a mais significativa refere-se à amortização de captações. O **Quadro 7** apresenta captações por prazo de vencimento remanescente em 31 de dezembro de 2014.

Quadro 7: OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
31 de dezembro de 2014
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Um ano ou menos	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Captações[1]	$14.724	$25.213	$19.599	$18.022	$77.558

[1] Os valores são antes dos swaps.

Além disso, o Banco tem várias outras obrigações a serem liquidadas em caixa, inclusive arrendamentos, empréstimos a desembolsar, valores a pagar relacionados com swaps cambiais e de taxa de juros, valores a pagar pela compra de títulos adquiridos para fins de investimento, valores a pagar por garantias recebidas em numerário, valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID e obrigações referentes a pensões e benefícios pós-aposentadoria.

ORIGENS DOS RECURSOS

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 era de US$ 23.697 milhões, em comparação com US$ 23.550 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento de US$ 147 milhões reflete um lucro líquido de US$ 548 milhões, capital integralizado no valor de US$ 333 milhões recebido nos termos do BID-9 e US$ 16 milhões em valores recebidos de países membros, compensados parcialmente pelo reconhecimento de US$ 750 milhões em variações nos ativos/passivos dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria do Banco.

A base patrimonial do Banco desempenha um papel crucial, garantindo que o Banco atinja seus objetivos financeiros e permitindo que absorva riscos com seus próprios recursos, dessa forma protegendo os países membros contra a possibilidade de uma chamada do capital exigível. O **Quadro 8** apresenta a composição da TELR em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Vide "Gestão de risco financeiro — Risco de crédito — Quadro de adequação de capital" para obter mais informações.

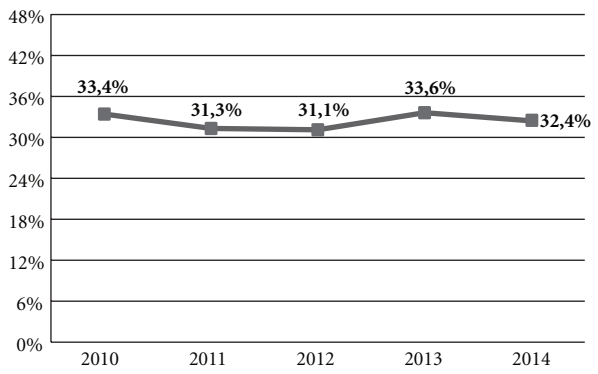
Como apresentado no Quadro 8, a TELR caiu de 33,6% em 31 de dezembro de 2013 para 32,4% em 31 de dezembro de 2014 em decorrência de um aumento de US$ 3.286 milhões em empréstimos e garantias, parcialmente compensado por um aumento de US$ 181 milhões no Patrimônio Líquido Total. O Patrimônio Líquido Total aumentou, em grande medida, como resultado do Resultado Operacional de US$ 652 milhões, da Provisão para perdas com empréstimos e garantias no valor de US$ 118 milhões, que é retornado, capital integralizado no valor de US$ 333 milhões, recebido nos termos do BID-9, e US$ 16 milhões em quitações de valores a receber dos países membros, compensados parcialmente pelo reconhecimento de US$ 750 milhões em variações nos ativos/passivos relacionados com os planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria do Banco e US$ 200 milhões em transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores. A **Figura 4** apresenta a evolução da TELR nos últimos cinco anos. Como se pode ver, a TELR continuou relativamente estável durante o período.

Quadro 8: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO E EMPRÉSTIMOS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014	2013
Patrimônio líquido		
Capital integralizado	$ 5.357	$ 4.941
Subscrições de capital a receber	(84)	(1)
	5.273	4.940
Menos: Valores a receber de países membros	246	262
Lucros retidos:		
Reserva geral[1]	16.105	16.307
Reserva especial[1]	2.565	2.565
	23.697	23.550
Mais:		
Provisões para perdas com empréstimos e garantias	373	255
Menos:		
Saldos de caixa dos países mutuários em moeda local	140	152
Ajustes líquidos cumulativos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	(325)	(421)
Total do Patrimônio Líquido	$24.255	$24.074
Saldo de empréstimos e exposição por garantias	$74.836	$71.550
Total da relação entre patrimônio líquido e empréstimos	**32,4%**	**33,6%**

[1] Inclui Outros resultados abrangentes acumulados.

Figura 4: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO E EMPRÉSTIMOS



Capitalização

O apoio dado ao Banco pelos seus acionistas se reflete nos aportes de capital recebidos dos membros. Em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito totalizava US$ 144.174 milhões, excluindo-se subscrições a receber, dos quais US$ 5.273 milhões estavam integralizados e US$ 138.901 milhões eram exigíveis.

As subscrições de capital integralizado e exigível são realizadas como descrito abaixo:

Capital integralizado: As subscrições do capital foram integralizadas, total ou parcialmente, em dólares dos Estados Unidos ou na moeda do respectivo país membro. Na maioria dos pagamentos feitos na moeda do país membro, este tomou providências satisfatórias ao Banco para garantir que, respeitadas as disposições do Convênio, sua moeda seja mantida livremente conversível (ou o país membro comprometeu-se a converter sua moeda em favor do Banco) em moedas de outros países para fins das operações do Banco. O Banco aceitou obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, da subscrição de capital integralizado do país membro. De acordo com as disposições do Convênio, essas obrigações são aceitas quando as moedas não são necessárias para as operações do Banco.

Capital exigível: A parcela exigível das subscrições de capital poderá ser exigida somente quando e na extensão necessária para cumprir as obrigações do Banco com relação a captações de fundos ou de garantias. Em caso de chamada de capital, o pagamento pode ser feito, à opção do membro, em ouro, dólares dos Estados Unidos, em moeda plenamente conversível do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco que levaram à chamada de capital. As chamadas de capital serão obrigatoriamente uniformes, mas as obrigações dos membros de efetuar pagamentos em atendimento a tais chamadas são independentes entre si. A falta de um ou mais pagamentos por qualquer dos membros não escusará nenhum outro membro de sua obrigação de integralizar seus pagamentos e são permitidas sucessivas chamadas contra os membros não inadimplentes, se necessário, para cumprir as obrigações do Banco. Entretanto, não se exigirá de nenhum membro que pague mais do que o saldo a integralizar de sua subscrição de capital. Jamais foi feita chamada de capital exigível do Banco. O total do capital exigível por nota da Standard & Poor's (S&P) para o país está apresentado no **Quadro 9**.

Em 31 de dezembro de 2014, a subscrição total dos Estados Unidos, o maior acionista do Banco, era de US$ 42.912 milhões, dos quais US$ 1.609 milhões representavam capital integralizado e o restante constituía capital exigível. Da parcela exigível do capital subscrito pelos Estados Unidos, que totalizava US$ 41.303 milhões, US$ 3,800 milhões tinham sido plenamente autorizados e dotados, sem limitação de exercício fiscal, por legislação desse país, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não precisa de outras dotações orçamentárias para integralizar esse valor, caso qualquer parcela dele seja exigida com o objetivo de cumprir as obrigações do Banco. O saldo da subscrição de capital exigível dos Estados Unidos, totalizando US$ 37.503 milhões, foi autorizado pelo Congresso dos Estados Unidos, mas ainda não foi dotado. Em 1979, em conexão com a subscrição, pelos Estados Unidos, de um aumento no capital exigível, o Banco obteve um parecer do Departamento Jurídico do Tesouro desse país, segundo o qual não é necessária nenhuma dotação orçamentária para tais subscrições enquanto os Estados Unidos não tiverem de fazer pagamentos em conexão com uma chamada de capital feita pelo Banco. O parecer afirma ainda não ser necessária nenhuma dotação orçamentária para tornar as subscrições de capital exigível feitas pelos Estados Unidos, autorizadas por sua legislação, obrigações com plena garantia do governo, e que uma obrigação contraída pelos Estados Unidos de acordo com uma autorização concedida pelo Congresso para fins constitucionais plenamente obriga o país, embora possa ser necessária uma dotação futura para seu financiamento.

Quadro 9: CAPITAL EXIGÍVEL POR NOTA DA S&P PARA O PAÍS[6]
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Nota dos países	2014	2013
AAA	$ 12.393	$ 12.930
AA+	42.067	36.827
AA	3.060	2.690
AA–	11.116	9.714
A+	220	193
A	594	535
A–	41	36
BBB+	11.963	10.354
BBB	7.809	20.075
BBB–	19.664	3.723
BB+	—	58
BB	3.408	1.315
BB–	119	2.408
B+	2.268	715
B	803	1.250
B–	949	6.417
CCC+	5.568	13.331
SD	15.403	—
S.N.[(1)]	1.456	1.269
Total	$138.901	$123.840

[(1)] Títulos soberanos não avaliados pela S&P.

Aumento temporário no capital exigível do Canadá: Em 2009, o Canadá subscreveu 334.887 ações do capital exigível sem direito a voto. Os termos e as condições da subscrição do Canadá estipulam que a subscrição seja temporária e concedem ao Canadá o direito de substituir sua subscrição temporária por ações emitidas nos termos de um futuro aumento do capital, na respectiva data de efetivação. Assim, quando o BID-9 entrou em vigor, o Canadá exerceu seu direito e, em 31 de dezembro de 2014, substituiu um total de 135.909 ações exigíveis sem direito a voto, no valor de US$ 1.640 milhões, por uma quantidade equivalente de ações exigíveis com direito a voto. Além disso, em julho de 2014, o Canadá devolveu 83.722 ações exigíveis no

[6] Representa as notas de crédito em moeda estrangeira a longo prazo atribuídas pela S&P aos países.

valor de US$ 1.010 milhões. A quantidade total de ações exigíveis sem direito a voto será substituída ou devolvida até o fim de 2015.

Aumento de recursos: O BID-9 entrou em vigor em 29 de fevereiro de 2012, permitindo um aumento de US$ 70.000 milhões no Capital Ordinário do Banco, que está sendo subscrito pelos países membros em cinco parcelas anuais desde 2012. Desse valor, US$ 1.700 milhões constituem capital integralizado e o restante, capital exigível. Dois países membros, Países Baixos e Venezuela, não subscreveram suas ações, disponibilizando a parcela de suas ações a outros acionistas. Posteriormente, a Assembleia de Governadores do Banco redistribui a íntegra dessas ações a outros países membros.

Em 28 de fevereiro de 2014, a data de efetivação da terceira parcela, foram efetivadas 1.366.740 ações no valor de US$ 16.487 milhões (US$ 416 milhões integralizados; US$ 16.071 exigíveis), após a troca de ações temporárias exigíveis pelo Canadá. O valor total das ações representava: (i) 1.044.438 ações da terceira parcela do BID-9; (ii) 206.412 ações redistribuídas da Venezuela e dos Países Baixos; e (iii) 115.890 ações subscritas na primeira e segunda parcelas, mas não efetivadas até 28 de fevereiro de 2014 para manter a conformidade com os respectivos requisitos de poder mínimo de voto previsto no Convênio.

As datas de efetivação das três primeiras parcelas do aumento de recursos do Capital Ordinário foram 29 de fevereiro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013 e 2014. As duas parcelas restantes serão efetivadas no último dia de fevereiro de 2015 e 2016.

Captações

O Banco capta recursos nos mercados de capitais internacionais, principalmente pela emissão de títulos de dívida. Para diversificar suas fontes de captação, o Banco emite títulos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas para atender às necessidades dos investidores globais, tanto institucionais como varejistas. Nos termos do Convênio, o Banco pode captar recursos somente com a aprovação do país membro em cujos mercados os títulos de dívida são vendidos e do país membro em cuja moeda as captações estão denominadas. Além disso, o Banco é obrigado a obter o compromisso de cada um desses países membros de que os recursos obtidos poderão ser convertidos pelo Banco na moeda de qualquer outro país membro, sem restrição.

O Banco também tem um programa de captações de curto prazo (ou seja, o Programa de Notas com Deságio) mediante o qual são emitidas notas com deságio em valor mínimo de US$ 100.000 e vencimento não superior a 360 dias. Esse programa de captação é utilizado para cobrir necessidades de caixa de curto prazo.

A política de captação do Banco está resumida no **Boxe 4**.

Boxe 4: Política de captação

A política do Banco é limitar suas Captações Líquidas ao valor do capital subscrito exigível dos países membros não mutuários (Estados Unidos, Canadá, Japão e os outros membros extrarregionais). As Captações Líquidas representam o valor das captações (depois dos swaps) mais a exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados (depois dos swaps), que incluem ativos da reserva especial. Os ativos da reserva especial somente podem ser usados para cumprir as obrigações do Banco relacionadas com captações e garantias. Em 31 de dezembro de 2014, as Captações Líquidas representavam 71,2% do capital subscrito exigível dos países membros não mutuários, em comparação com os 74,4% que representavam em 2013. Assim, a capacidade de captação não utilizada no encerramento do exercício totalizava US$ 20.213 milhões, em comparação com US$ 16.236 milhões em 2013.

Os objetivos da estratégia de captação do Banco são obter acesso ao mercado de capitais a longo prazo, com volume e eficácia de custos. O Banco utiliza instrumentos derivativos, principalmente swaps cambiais e de taxa de juros, para fins de hedge econômico, como parte de sua gestão de passivo, com o objetivo de manter a composição de moedas e a estrutura de taxa de juros desejadas e de reduzir os custos de financiamento. O Banco monitora com atenção e regula suas atividades com distribuidoras de valores e contrapartes (vide seção Gestão de risco financeiro — Risco de crédito — Risco de crédito comercial). O valor e momento das captações do Banco são definidos em parte pelos desembolsos de empréstimos, vencimento de obrigações e níveis de liquidez (vide seção "Gestão de liquidez").

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as captações de curto prazo consistiam em notas com deságio denominadas em dólares dos EUA. O **Quadro 10** apresenta informações sobre as operações de captação de curto prazo do Banco.

Quadro 10: CAPTAÇÕES DE CURTO PRAZO:
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014	2013
Saldo no encerramento do exercício	$675	$654
Saldo diário médio durante o exercício	653	597
Saldo máximo no encerramento do mês	744	654
Taxa média ponderada no encerramento do exercício	0,05%	0,14%
Taxa média ponderada durante o exercício	0,06%	0,09%

As operações de captação de médio e longo prazo de 2014 e 2013 estão resumidas no **Quadro 11**. Em 2014, os recursos de dívidas de médio e longo prazo contraídas diretamente nos mercados financeiros somaram US$ 20.928 milhões, em comparação com US$ 15.763 milhões em 2013. O volume maior de operações de captação em comparação com 2013 deveu-se, em grande medida, às projeções de maiores resgates de dívidas.

Quadro 11: RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE MÉDIO E LONGO PRAZO
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

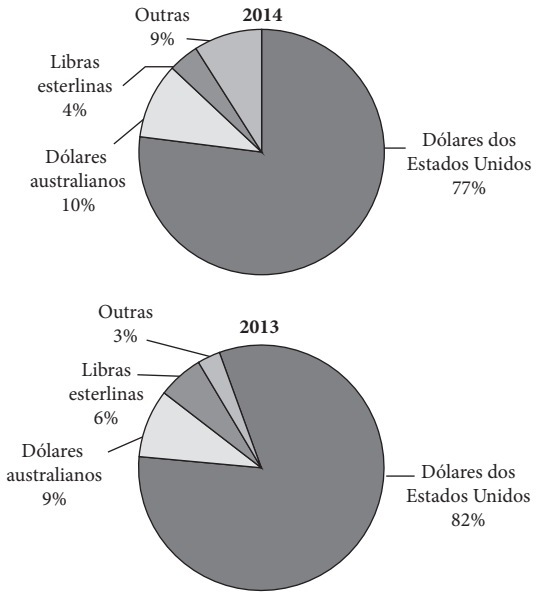
	2014	2013
Total das captações de médio e longo prazo[1]	$20.928	$15.763
Prazo médio (anos)[2]	5.1	4.9
Quantidade de transações	88	64
Quantidade de moedas	12	10

[1] Representa o produto líquido, com base nas datas das operações.
[2] Prazo médio calculado levando-se em consideração o tempo até a data da próxima exigência.

As captações feitas em um dado ano são usadas para operações gerais, entre elas o desembolso de empréstimos e o refinanciamento de dívidas em seu vencimento. Em 2014, o Banco executou cinco emissões estratégicas globais de obrigações de referência denominadas em dólares dos Estados Unidos com vencimentos de dois, três, cinco, dez e trinta anos, com um valor combinado de US$ 10.750 milhões. Foram emitidas obrigações em moedas de países membros mutuários no valor agregado de US$ 225 milhões (2013 — US$ 293 milhões), nas seguintes moedas: Reais — US$ 202 milhões e pesos mexicanos — US$ 23 milhões (2013 — reais — US$ 161 milhões, pesos mexicanos — US$ 82 milhões e colones costarriquenhos — US$ 50 milhões). Além disso, o Banco transacionou diversas obrigações denominadas em dólares australianos, libras esterlinas, dólares canadenses, euros, rupias indianas, rupias indonésias, wons coreanos, dólares neozelandeses, novas liras turcas e dólares dos Estados Unidos.

As novas captações de recursos de médio e longo prazo em 2014, classificadas por moeda e em comparação com 2013, são apresentadas na **Figura 5**.

Figura 5: NOVAS CAPTAÇÕES POR MOEDA[1]
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013



[1] Inclui captações de médio e longo prazo, exceto swaps, e representa os recursos com base nas datas das operações.

Os saldos das captações de médio e longo prazo, por moeda, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são apresentados no **Quadro 12**.

Quadro 12: SALDO DE CAPTAÇÕES[1] POR MOEDA
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

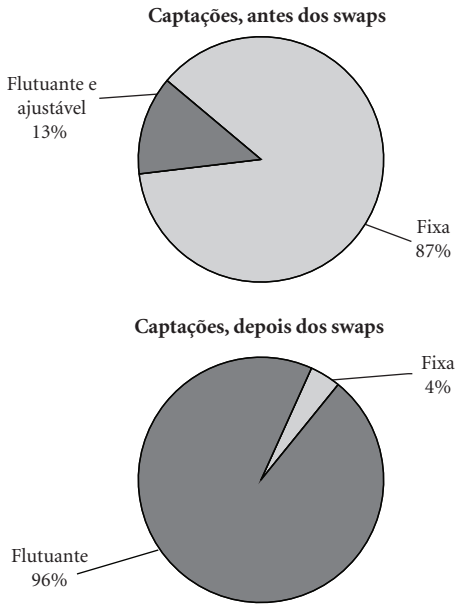
Moeda	2014	2013
Colones costarriquenhos	46	50
Coroas norueguesas	67	83
Dólares australianos	$ 6.988	$ 7.066
Dólares canadenses	2.791	2.974
Dólares de Hong Kong	—	64
Dólares dos Estados Unidos	56.805	47.682
Dólares neozelandeses	1.059	1.108
Euros	716	805
Francos suíços	653	727
Ienes japoneses	323	558
Libras esterlinas	2.724	2.549
Novas liras turcas	263	278
Novos soles peruanos	109	116
Pesos colombianos	35	44
Pesos mexicanos	840	928
Rands sul-africanos	101	110
Reais brasileiros	396	850
Rupias indianas	230	363
Rupias indonésias	754	374
Wons coreanos	38	—
Total	$74.938	$66.729

[1] Captações de médio e longo prazo, excluídos descontos não amortizados (antes dos swaps e ajustes de marcação a mercado).

O Banco pode amortizar sua dívida antes da data de vencimento. Por exemplo, a dívida pode ser recomprada para facilitar a liquidez no mercado secundário e as obrigações podem ser resgatadas para reduzir o custo da captação. Em 2014, o Banco amortizou antecipadamente US$ 266 milhões de suas captações (2013 — US$ 733 milhões).

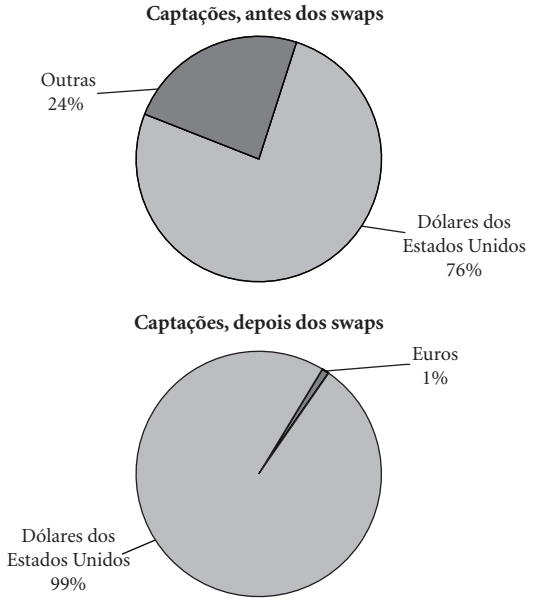
Uso de derivativos: O Banco pode firmar swaps cambiais e de taxa de juros concomitantemente com suas captações, com o objetivo de converter recursos em geral em dólares dos Estados Unidos e em financiamentos com taxas flutuantes, de modo a cumprir suas obrigações de desembolso. Em 2014, todas as novas captações, conforme o caso, foram objeto de swaps para dólares dos Estados Unidos da América a taxas flutuantes. As **Figuras 6 e 7** ilustram o efeito dos swaps tanto na estrutura de taxas de juros como na composição de moedas da carteira de captações a médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2014. As Notas I, J, K, L e X e o Anexo I-4 às demonstrações contábeis contêm informações mais detalhadas sobre as captações do Banco e respectivos derivativos.

Figura 6: EFEITOS DOS SWAPS NA ESTRUTURA DE TAXAS DE JUROS DO SALDO DE CAPTAÇÕES[1]
31 de dezembro de 2014



[1] Apenas captações de médio e longo prazo.

Figura 7: EFEITOS DOS SWAPS NA COMPOSIÇÃO DE MOEDAS DO SALDO DE CAPTAÇÕES[1]
31 de dezembro de 2014



[1] Apenas captações de médio e longo prazo.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Resultado operacional

O Resultado Operacional reflete as receitas líquidas de juros sobre ativos remunerados e a contribuição ao resultado feita pelo capital do Banco, ganhos líquidos de investimentos, provisão para perdas com empréstimos e garantias e despesas líquidas, exceto juros. O **Boxe 5** apresenta os elementos mais significativos do Resultado Operacional do Banco e das respectivas influências nos resultados.

O **Quadro 13** mostra a composição do Resultado Operacional dos últimos três exercícios.

Resultado operacional

Exercício de 2014 comparado com 2013: A redução no Resultado Operacional deveu-se, em grande medida, à redução nas receitas líquidas de juros e nos ganhos líquidos de investimentos e ao aumento na provisão para perdas com empréstimos e garantias, compensados parcialmente pela redução nas despesas líquidas, exceto juros.

Exercício de 2013 comparado com 2012: A redução no Resultado Operacional deveu-se, em grande medida, à redução nos ganhos líquidos de investimentos e ao aumento nas despesas líquidas, exceto juros, compensados parcialmente por um aumento nas receitas líquidas de juros.

Boxe 5: Elementos do Resultado Operacional e influências significativas

Elementos	Influências significativas
Receitas de juros de empréstimos	Volumes de empréstimos, margens de financiamento e ambiente de taxas de juros.
Despesas de captação	Ambiente de taxas de juros, inclusive variações na LIBOR.
Ganhos líquidos de investimentos	Ganhos ou perdas baseadas na marcação a mercado na carteira de investimentos de curto prazo do Banco, influenciados por fatores externos como: o ambiente de taxas de juros e as margens de crédito na carteira de ativos líquidos.
Despesas líquidas, exceto juros	Aumento ou redução nas despesas administrativas, influenciados por custos de pessoal, programas especiais, assim como custos maiores ou menores de pensões e benefícios pós-aposentadoria.
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	A avaliação do risco de mutuários não soberanos e da probabilidade de inadimplência e perdas em caso de inadimplência.

Quadro 13: RESULTADO OPERACIONAL
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014	2013	2012	2014 v. 2013	2013 v. 2012
Receitas de juros de empréstimos	$1.659	$1.768	$1.601	$(109)	$167
Receitas de juros de investimentos	74	62	89	12	(27)
Outras receitas de juros	44	187	113	(143)	74
	1.777	2.017	1.803	(240)	214
Menos:					
Despesas de captação	398	401	519	(3)	(118)
Receitas líquidas de juros	1.379	1.616	1.284	(237)	332
Outras receitas de empréstimos	82	90	67	(8)	23
Ganhos líquidos de investimentos	40	153	293	(113)	(140)
Outras despesas:					
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	118	58	22	60	36
Despesas líquidas, exceto juros	731	920	712	(189)	208
Resultado operacional	$ 652	$ 881	$ 910	$(229)	$(29)

Receita líquida de juros

Exercício de 2014 comparado com 2013: A redução nas receitas líquidas de juros deveu-se principalmente a ganhos não recorrentes associados a amortizações de empréstimos e gestão de *equity duration* no valor aproximado de US$ 226 milhões em 2013.

Exercício de 2013 comparado com 2012: O aumento nas receitas líquidas de juros deveu-se, em grande medida, ao impacto de uma na margem de financiamento mais elevada sobre a maioria dos empréstimos do Banco, que aumentou de 0,62% em 2012 para 0,84% em 2013, totalizando cerca de US$ 134 milhões, ao aumento de outras receitas de juros como resultado principalmente de ganhos realizados no valor de US$ 125 milhões sobre swaps de equity duration, assim como US$ 101 milhões em remuneração de pagamentos adiantados de empréstimos, excluindo-se custos de liquidação de swaps, recebidos durante 2013.

Os saldos médios das carteiras de passivos e ativos remunerados, depois dos swaps, bem como seus respectivos retornos e custos para 2014, 2013 e 2012 são demonstrados no **Quadro 14**.

Quadro 14: CARTEIRAS DE ATIVOS E PASSIVOS, COM SEUS CUSTOS E RETORNOS
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014		2013		2012	
	Saldo médio	Retorno/ custo %	Saldo médio	Retorno/ custo %	Saldo médio	Retorno/ custo %
Empréstimos[1]	$71.280	2,33	$66.780	2,65	$66.376	2,41
Investimentos líquidos[2][3]	25.683	0,47	19.713	1,27	17.485	2,22
Total dos ativos remunerados	$96.963	1,84	$86.493	2,34	$83.861	2,37
Captações	$72.097	0,55	$62.312	0,64	$61.082	0,85
Margem líquida de juros[4]		1,42		1,87		1,53

[1] Não inclui encargos sobre empréstimos.
[2] Retornos ponderados pelo tempo e geometricamente conectados.
[3] Inclui ganhos e perdas.
[4] Representa receitas líquidas de juros como porcentagem do saldo médio de ativos remunerados.
[5] O Banco recebeu compensação por pagamentos adiantados de empréstimos, excluindo-se custos de liquidação de swaps, no valor aproximado de US$101 milhões em 2013. Excluindo-se essa compensação, o retorno sobre empréstimos teria sido de 2,50% para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013.
[6] Além da compensação por pagamentos adiantados de empréstimos, mencionada acima, foram realizados ganhos de US$125 milhões sobre swaps de equity duration decorrentes de liquidações de swaps resultantes da gestão do equity duration em 2013. Caso esses valores não fossem considerados, a margem líquida de juros teria sido de 1,61% para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Ganhos líquidos de investimentos
Exercício de 2014 comparado com 2013: Os ganhos líquidos de investimentos baseados na marcação a mercado diminuíram durante o ano em decorrência da redução em títulos antigos lastreados em ativos e hipotecas mantidos em carteira.

Exercício de 2013 comparado com 2012: Os ganhos líquidos de investimentos baseados na marcação a mercado diminuíram durante o ano em decorrência da desaceleração do avanço dos preços de ativos de crédito e da redução geral do volume de títulos lastreados em ativos e hipotecas mantidos em carteira, realizada por meio de vendas de ativos e amortizações ao par.

Provisão para perdas com empréstimos e garantias

Exercício de 2014 comparado com 2013: A provisão para perdas com empréstimos e garantias aumentou em 2014 em decorrência principalmente do aumento na provisão específica para perdas com empréstimos, relacionada a quatro novos empréstimos classificados como prejudicados, compensados parcialmente pela amortização plena e melhorias nas condições de certos outros empréstimos prejudicados sem garantia soberana.

Exercício de 2013 comparado com 2012: A provisão para perdas com empréstimos e garantias aumentou em 2013 em decorrência principalmente de um aumento na provisão coletiva para a carteira de empréstimos, que resultou do aumento na carteira de empréstimos sem garantia soberana. A qualidade de crédito da carteira de empréstimos prejudicados melhorou, mas houve um aumento na quantidade de empréstimos nessa categoria.

Despesas líquidas, exceto juros
Os principais componentes das despesas líquidas, exceto juros, são apresentados no **Quadro 15**.

Quadro 15: DESPESAS LÍQUIDAS, EXCETO JUROS
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2014	2013	2012	2014 v. 2013	2013 v. 2012
Despesas administrativas					
Custos de pessoal	$419	$591	$469	$(172)	$122
Honorários de consultores	137	123	94	14	29
Viagens operacionais	33	32	31	1	1
Outras despesas	98	91	89	7	2
Total das despesas administrativas brutas	687	837	683	(150)	154
Menos:					
Parcela do Fundo para Operações Especiais	(19)	(24)	(20)	5	(4)
Despesas administrativas líquidas	668	813	663	(145)	150
Receitas de honorários de serviços	(10)	(5)	(7)	(5)	2
Programas especiais	107	131	75	(24)	56
Outras receitas	(34)	(19)	(19)	(15)	—
Despesas líquidas, exceto juros	$731	$920	$712	(189)	208

Exercício de 2014 comparado com 2013: As despesas líquidas, exceto juros, diminuíram em decorrência principalmente da redução dos custos de pessoal como resultado de menores custos líquidos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, no valor de US$ 180 milhões. Em 2014 não foi necessário amortizar perdas atuariais líquidas a reconhecer, pois as perdas atuariais diferidas limitaram-se ao corredor de 10%. Além disso, o custo de serviço diminuiu em decorrência do aumento da taxa utilizada para descontar os passivos de pensão no encerramento de 2013. Também houve uma redução em operações não reembolsáveis e de recuperação contingente aprovadas ao abrigo de programas especiais.

Exercício de 2013 comparado com 2012: As despesas líquidas, exceto juros, aumentaram em decorrência principalmente do aumento dos custos de pessoal como resultado de maiores custos líquidos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, no valor de US$ 88 milhões. Os custos de pensões e benefícios pós-aposentadoria continuaram a ser afetados pelo aumento das amortizações de perdas atuariais líquidas a reconhecer de anos anteriores e do aumento do custo de serviço em decorrência da redução na taxa usada para descontar os passivos de pensão no encerramento de 2012. Além disso, houve um aumento em operações não reembolsáveis e de recuperação contingente aprovadas ao abrigo de programas especiais.

Resultado operacional central (métrica não-GAAP)

Embora o Banco elabore suas demonstrações contábeis em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP) nos EUA, a Administração analisa certos resultados, como o resultado operacional central, utilizando uma métrica não-GAAP. Essa métrica oferece informações sobre o desempenho operacional subjacente e as tendências do Banco, excluindo ganhos e perdas líquidas de investimentos baseados na marcação a mercado, que são voláteis, ganhos não recorrentes associados à gestão de *equity duration* e pagamentos adiantados de empréstimos, assim como a provisão para perdas com empréstimos e garantias. O **Quadro 16** abaixo apresenta o Resultado Operacional declarado (GAAP) com os ajustes realizados para calcular o resultado operacional central (não-GAAP).

Como se observa, o resultado operacional central é uma métrica mais representativa das operações do Banco. As variações no resultado operacional central decorrem principalmente de variações nos encargos aprovados para empréstimos soberanos do Banco e do impacto de variações nas taxas de juros sobre ativos financiados pelo patrimônio, assim como variações nas despesas líquidas, exceto juros. Em 2014 e 2013, as variações no resultado operacional central relacionaram-se, em grande medida, com flutuações nos custos líquidos de pensões e benefícios pós-aposentadoria.

Quadro 16: RESULTADO OPERACIONAL CENTRAL
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Resultado operacional central (métrica não—GAAP)	2014	2013	2012	2014 v. 2013	2013 v. 2012
Resultado operacional (divulgado)	$652	$881	$910	$(229)	$ (29)
Menos:					
Ganhos líquidos de investimentos	40	153	293	(113)	(140)
Ganhos não recorrentes associados a pagamentos adiantados de empréstimos e gestão de equity duration	—	226	—	(226)	226
Adicionar:					
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	118	58	22	60	36
Resultado operacional central	$730	$560	$639	$ 170	$ (79)

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Como parte de seus serviços como banco de desenvolvimento, o Banco fica exposto a riscos de crédito (carteira de empréstimos ou crédito de país e crédito comercial), risco de mercado (taxa de juros, margem e taxa de câmbio), risco de liquidez (captação e liquidação), risco de pensão e risco operacional.

Governança

O Banco conduz suas operações dentro de um quadro de políticas de gestão financeira e de risco, usa apenas instrumentos financeiros especificamente autorizados e aplica um processo decisório bem definido à gestão de riscos.

O Banco gere seus riscos de acordo com as disposições do Convênio e outras políticas que tenham sido aprovadas pela Assembleia de Governadores, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Finanças, composto por membros da Administração. Quatro unidades de gestão de riscos do Banco, que consideram adequação de capital/gestão de ativos e passivos, risco de tesouraria, risco de crédito e controles financeiros/risco operacional — foram combinadas para formar o Departamento de Gestão de Riscos, que responde diretamente à Vice-Presidente Executiva. O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO, na sigla em inglês) é o fórum para analisar questões de gestão financeira e de risco de acordo com as melhores práticas de gestão de risco. Essas questões incluem gestão de ativos e passivos, adequação de capital, produtos (empréstimos, investimentos, financiamentos, etc.) e planejamento financeiro, gestão de risco de tesouraria, gestão de risco de crédito, mercados de capitais (financiamentos e investimentos), gestão de liquidez e gestão de empréstimos.

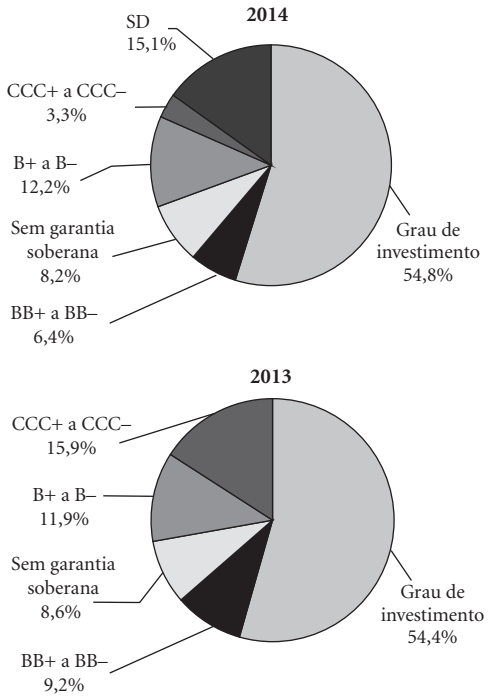
Risco de crédito

Risco de crédito é a potencial perda que pode resultar de inadimplência por parte de mutuários (risco de crédito da carteira de empréstimos ou risco de crédito de país), ou da inadimplência de uma contraparte em investimentos, operações financeiras ou swaps (risco de crédito comercial).

Risco de crédito da carteira de empréstimos: O risco de crédito da carteira de empréstimos é o risco de que o Banco não receba a amortização do principal ou o pagamento de juros de um ou mais empréstimos de acordo com os termos ajustados. Esse risco está diretamente relacionado com o negócio central do Banco e é o maior, entre os riscos financeiros, que ele enfrenta. O Banco usa múltiplas fontes de proteção contra o risco de crédito de sua carteira de empréstimos, inclusive uma limitação geral aos empréstimos, um quadro abrangente de adequação de capital (concebido para assegurar a suficiência de capital do Banco em qualquer momento, consideradas a qualidade e concentração da carteira), uma política para o tratamento de empréstimos improdutivos e uma política para a manutenção de uma provisão para perdas com empréstimos. O risco de crédito da carteira de empréstimos do Banco é determinado pela qualidade do crédito de cada mutuário e pela respectiva exposição.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos com garantia soberana em 31 de dezembro de 2014 e 2013, representada pelas notas de crédito em moeda estrangeira a longo prazo atribuídas a cada país mutuário pelas agências classificadoras (geralmente S&P), é apresentada na **Figura 8**.

Figura 8: QUALIDADE DE CRÉDITO DA EXPOSIÇÃO POR EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA REFLETIDA NAS NOTAS DOS PAÍSES MEMBROS MUTUÁRIOS[1]
31 de dezembro de 2014 e 2013



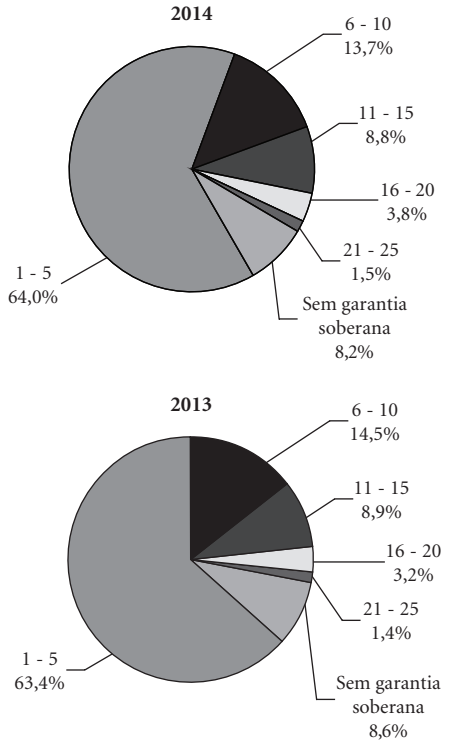
[1] Em virtude do arredondamento dos dados, o total geral pode não corresponder exatamente à soma das parcelas.

Em relação a 31 de dezembro de 2013, a Figure 8 mostra que o valor relativo da exposição por empréstimos a mutuários soberanos com nota BB+ a BB– e CCC+ a CCC– diminuiu 2,8% e 12,6%, respectivamente, ao passo que a exposição por empréstimos a mutuários soberanos classificados com grau de investimento e nas categorias B+ a B– caiu 0,4% e 0,3%, respectivamente. A exposição relativa por empréstimos na categoria sem garantia soberana diminuiu 0,4%. O aumento da exposição por empréstimos a mutuários soberanos com classificação de moratória seletiva deveu-se ao rebaixamento da Argentina. Observe-se que a média ponderada da qualidade de crédito da exposição por empréstimos soberanos do Banco continuava no nível BB em 31 de dezembro de 2014.

A exposição do Banco reflete o porte e a concentração geral da carteira. A exposição é limitada pela autorização de empréstimos do Banco; contudo, não há limites de empréstimo por país. Levando em consideração a natureza regional das suas operações e os portes relativos das economias dos países mutuários, o Banco espera ter uma carteira sempre concentrada.

Como mostra a **Figura 9**, de 2013 a 2014, a concentração da exposição por empréstimos permaneceu estável durante o ano. Cerca de 64% da exposição total ainda está nas mãos dos cinco maiores mutuários.

Figura 9: CONCENTRAÇÃO DA EXPOSIÇÃO POR EMPRÉSTIMOS[1]
31 de dezembro de 2014 e 2013



[1] Em virtude do arredondamento dos dados, o total geral pode não corresponder exatamente à soma das parcelas.

Limitação aos empréstimos: O Convênio do Banco limita o valor total das carteiras de empréstimos e garantias ao capital subscrito, somado às reservas e superávits e deduzidas as receitas alocadas a certas reservas. Entretanto, a capacidade do Banco para conceder empréstimos é também limitada por suas políticas de captação e adequação de capital.

Quadro de adequação de capital: O quadro de adequação de capital do Banco consiste em uma política de adequação de capital e sistemas que dão apoio à determinação das necessidades de capital para riscos de crédito e mercado, tanto nas operações de financiamento como de tesouraria. Além disso, a política inclui exigências de capital para os riscos operacionais e de pensão. A política de adequação de capital permite que o Banco meça o risco inerente de sua carteira de empréstimos devido à qualidade de crédito de seus mutuários e à concentração de seus empréstimos e tenha a flexibilidade de se ajustar à evolução das condições de mercado. Assim, inclui limites específicos ao risco, em termos de exigências de capital relacionadas a investimentos e derivativos, que permitem à Administração definir estratégias de financiamento e investimento mais eficientes, de acordo com a tolerância ao risco estabelecida pela Diretoria Executiva.

Durante 2014, a Assembleia de Governadores reconfirmou a política e seu mandato geral de preservar a solidez da posição financeira do Banco e manter sua nota AAA de crédito em moeda estrangeira a longo prazo. A Assembleia de Governadores também solicitou que o Banco defina mecanismos adequados para proteger o capital e preservar a capacidade de financiamento em períodos de estresse, ratificando o compromisso do Banco de apoiar países pequenos e vulneráveis.

Modelo de Gestão de Resultado: O Modelo de Gestão de Resultado (IMM) do Banco relaciona as decisões anuais sobre os usos do resultado do Capital Ordinário com as opções associadas às inter-relações entre os diversos parâmetros, tais como: o nível dos encargos sobre empréstimos, os programas anuais de empréstimos e desembolsos, o orçamento anual de despesas administrativas e as transferências anuais de receitas. O IMM dá à Diretoria Executiva e à Administração uma metodologia para a análise integrada e simultânea desses parâmetros. O IMM é implantado por intermédio das Projeções Financeiras de Longo Prazo (LTFP, na sigla em inglês) do Capital Ordinário, que são utilizadas na tomada das decisões anuais relacionadas ao orçamento do Banco, ao nível de encargos sobre empréstimos, à disponibilidade de recursos para o GRF, a outras dotações de recursos e ao seu impacto sobre a capacidade de concessão de empréstimos do Banco de forma sustentável e a longo prazo.

O IMM requer um nível mínimo de encargos sobre empréstimos com garantia soberana de modo que a receita gerada por esses encargos (com ajuste por 90% da receita das operações sem garantia soberana do Banco) cubra 90% das despesas administrativas do Capital Ordinário em uma base variável de três anos.

Empréstimos improdutivos: Exceto nos casos de empréstimos sem garantia soberana, atrasos no serviço do empréstimo por parte de um mutuário em um país membro impedem a aprovação de novos empréstimos a mutuários no país membro, podem conduzir à suspensão de desembolsos e resultar na identificação do empréstimo como inadimplente, podendo fazer também com que o empréstimo seja declarado vencido e exigível. O Banco exerce sua política de acordo com uma abordagem graduada, resumida no **Quadro 17**.

Quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou certos outros fundos de titularidade do Banco ou sob sua gestão tica improdutivo, todos os empréstimos concedidos a esse governo ou garantidos por ele também são considerados improdutivos. O Banco mantém um diálogo contínuo com seus mutuários para garantir que todos os empréstimos sejam prontamente quitados.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, o Comitê de Análise de Improdutividade e Risco de Inadimplência, presidido pelo Diretor de Risco, determina quando o empréstimo é classificado como improdutivo, o que pode acontecer em qualquer momento entre 30 e 90 dias após o vencimento ou, em casos especiais, em qualquer momento antes do decurso dos 30 dias.

Quadro 17: TRATAMENTO DE EMPRÉSTIMOS IMPRODUTIVOS COM GARANTIA SOBERANA

30 dias após a data de vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre o empréstimo em mora e todos os outros empréstimos do mesmo mutuário. O Banco informa o garantidor de que o mutuário se encontra em mora e solicita o pronto pagamento do valor em mora. O Banco não celebra mais nenhum contrato de empréstimo com mutuários no país em questão e não se aprova mais nenhuma proposta de empréstimo.
120 dias após a data de vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre todos os empréstimos ao garantidor e garantidos pelo garantidor, caso o garantidor deixe de pagar os valores devidos.
180 dias após a data de vencimento	O Banco identifica como inadimplentes todos os empréstimos do país cujo governo, banco central ou qualquer entidade governamental seja mutuário ou garantidor, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processamento e serão recebidos no futuro imediato. A identificação de inadimplência implica na inversão da receita acumulada até a data e na cessação de novas acumulações até que os valores pendentes sejam recebidos. São suspensas todas as missões do Banco ao país, cujo objetivo seja a programação, a elaboração ou o processamento de empréstimos.

Provisões para perdas com empréstimos e garantias: Durante os 55 anos de sua história, o Banco essencialmente manteve uma carteira de empréstimos com garantia soberana com desempenho integral e sempre recebeu integralmente o valor do principal e juros sobre esses empréstimos, com a designação de apenas cinco países mutuários como inadimplentes durante períodos variáveis entre 1988 e 2001. O saldo máximo agregado dos empréstimos improdutivos jamais excedeu 8% do saldo total de empréstimos. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, a expectativa do Banco é que todos os empréstimos do Capital Ordinário com garantia soberana sejam amortizados. O **Quadro 18** apresenta informações referentes aos países, períodos, valores vencidos e valores máximos de empréstimos do Capital Ordinário com garantia soberana que foram identificados como inadimplentes durante a história do Banco:

Quadro 18: DADOS HISTÓRICOS DE PAÍSES EM CONDIÇÃO DE INADIMPLÊNCIA
Em 31 de dezembro de 2014
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	Em condição de inadimplência	Fora de condição de inadimplência[1]	Dias	Saldos máximos de empréstimos[2]
Panamá	29-Mar-88	18-Mar-92	1.450	$320
Nicarágua	11-May-88	17-Sep-91	1.224	78
Peru	1-Mar-89	17-Sep-91	930	674
Honduras	4-Dec-89	6-Jul-90	214	223
Suriname	10-Nov-92	23-Dec-92	43	12
Suriname	9-Nov-93	14-Feb-94	97	13
Suriname	13-Dec-00	6-Jun-01	175	27

[1] Datas de amortização.
[2] Saldo máximo de empréstimos no encerramento de qualquer exercício durante o período de inadimplência do país.

O Banco mantém provisões para perdas com empréstimos e garantias para reconhecer as prováveis perdas inerentes a suas carteiras de empréstimos e garantias, relacionadas principalmente a operações sem garantia soberana. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha empréstimos sem garantia soberana classificados como prejudicados no valor de US$ 394 milhões (2013 — US$ 310 milhões). De acordo com a política do Banco, foi reconhecida uma provisão de US$ 118 milhões para perdas com empréstimos e garantias durante 2014 (2013 — US$ 58 milhões). Em 31 de dezembro de 2014, as provisões totalizavam US$ 373 milhões (2013 — US$ 255 milhões). As provisões para perdas com empréstimos e garantias sem garantia soberana representavam 6,0% do saldo combinado das carteiras correspondentes (2013 — 4,0%).

Risco de crédito comercial: Risco de crédito comercial é a exposição a perdas que poderiam resultar da inadimplência de uma das contrapartes do Banco em investimentos, operações financeiras ou swaps. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. De acordo com suas políticas conservadoras de risco, o Banco investe exclusivamente em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por governos, órgãos governamentais, entidades supranacionais, bancos e empresas, inclusive em títulos lastreados em ativos e hipotecas. O processo utilizado pelo Banco para controlar o risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitáveis; c) definição de limites aceitáveis de nota de crédito; e d) especificação de limites de exposição e prazo para contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitáveis, com base em seu porte e capacidade creditícia.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e gestão de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, em geral swaps, principalmente para fins de hedging econômico. O uso de derivativos é limitado a distribuidoras e contrapartes autorizadas selecionadas com base em políticas conservadoras de gestão de riscos. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de derivativos e tem contratos globais de derivativos com disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também preveem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de marcação ao mercado exceda certos patamares contratuais. Os limites de exposição às contrapartes são calculados e monitorados com base nas potenciais exposições de crédito modeladas durante a vida da carteira de cada contraparte. Para modelar as interações complexas dos fatores de risco de mercado, a dinâmica da carteira e o impacto dos mecanismos de atenuação de riscos, tais como limiares quantitativos para as garantias e gatilhos para a rescisão, são usadas simulações para estimar a potencial exposição de crédito. A monitoração das exposições do Banco e a gestão desses riscos são processos contínuos. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em swaps entre em inadimplência.

O Banco trata a exposição de crédito atual como o custo de reposição do respectivo instrumento derivativo. Esse valor também é conhecido como risco de reposição ou valor da exposição de marcação a mercado. A exposição de marcação a mercado é a medida, em um determinado momento, do valor de um contrato derivativo no mercado aberto. Quando a marcação a mercado é positiva, a contraparte deve ao Banco e, portanto, cria uma exposição de crédito para o Banco. Quando a marcação a mercado é negativa, o Banco deve à contraparte e não existe risco de reposição. Os derivativos do Banco estão sujeitos a contratos globais de compensação. Quando o Banco tem mais de uma transação com derivativos em curso, com a mesma contraparte de derivativo, a exposição "líquida" de marcação a mercado representa o valor líquido das exposições positivas e negativas com a mesma contraparte. Quando essa marcação a mercado líquida é negativa, a exposição do Banco à contraparte é considerada nula.

O **Quadro 19** apresenta detalhes sobre a exposição de crédito estimada atual das carteiras de investimentos e swaps do Banco, sem considerar garantias, por categoria de notas da contraparte. Em 31 de dezembro de 2014, a exposição de crédito totalizava US$ 27.570 milhões, em comparação com US$ 21.227 milhões em 31 de dezembro de 2013. A qualidade de crédito das carteiras continua elevada, com 78,8% das contrapartes com nota AAA e AA, 13,4% com as mais elevadas notas de curto prazo (A1+), 7,3% com nota A, 0,4% com nota BBB e 0,1% com nota inferior a BBB, em comparação com 86,8%, 6,5%, 5,6%, 0,8% e 0,3%, respectivamente, em 2013. Sem considerar garantias, a atual exposição de crédito por swaps diminuiu de US$ 2.050 milhões em 31 de dezembro de 2013 para US$ 1.136 milhões em 31 de dezembro de 2014. A exposição de crédito por swaps é compensada por garantias (Títulos do Tesouro dos EUA ou disponibilidades) no valor de US$ 1.015 milhões (2013 — US$ 1.876 milhões), resultando em uma exposição de US$ 121 milhões por swaps sem garantias em 31 de dezembro de 2014, em comparação com US$ 174 milhões em 2013. O Banco também tem garantias excedentes das contrapartes dos swaps no valor de US$ 210 milhões (2013 — US$ 207 milhões).

Em 31 de Dezembro de 2014, o total atual da exposição de crédito do Banco na Europa era de US$ 13.223 milhões (2013 — US$ 8.908 milhões). Não havia nenhuma exposição direta aos três países da zona do euro com nota BBB ou inferior (Itália, Portugal e Espanha) em 2014 e 2013. Nos países especificados, o Banco tinha exposição de US$ 227 milhões (2013 —

Quadro 19: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO ATUAL, SEM CONSIDERAR GARANTIAS, POR CATEGORIA DE NOTA DA CONTRAPARTE[1]

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	31 de dezembro de 2014						
	Investimentos						
Nota da contraparte	Governos e órgãos	Bancos	Empresas	ABS e MBS	Exposição líquida por	Exposição total por investimentos e swaps	% do total
A1+	$ 3.346	$ —	$358	$ —	$ —	$ 3.704	13,4
AAA	6.918	595	—	36	—	7.549	27,4
AA	11.106	2.828	65	92	87	14.178	51,4
A	1.147	631	—	192	34	2.004	7,3
BBB	—	—	—	118	—	118	0,4
BB	—	—	—	—	—	—	0,0
B	—	—	—	—	—	—	0,0
CCC	—	—	—	—	—	—	0,0
CC e inferior	—	—	—	17	—	17	0,1
Total	$22.517	$4.054	$423	$455	$121	$27.570	100,0

	31 de dezembro de 2013						
	Investimentos						
Nota da contraparte	Governos e órgãos	Bancos	Empresas	ABS e MBS	Exposição líquida por	Exposição total por investimentos e swaps	% do total
A1+	$ 939	$ 394	$ 51	$ —	$ —	$ 1.384	6,5
AAA	5.401	143	—	63	—	5.607	26,5
AA	9.946	2.374	96	229	156	12.801	60,3
A	333	616	—	235	18	1.202	5,6
BBB	—	—	—	173	—	173	0,8
BB	43	—	—	—	—	43	0,2
B	—	—	—	—	—	—	0,0
CCC	—	—	—	—	—	—	0,0
CC e inferior	—	—	—	17	—	17	0,1
Total	$16.662	$3.527	$147	$717	$174	$21.227	100,0

[1] As notas de crédito expressas com letras referem-se à média das notas atribuídas pelas principais agências de classificação de crédito e a toda a faixa na categoria de classificação, inclusive notas numéricas (ou seja, de 1 a 3), simbólicas (ou seja, +/-) ou outras qualificações similares utilizadas pelas agências de classificação qualificadas. O grupo A1+ refere-se às notas mais elevadas de curto prazo.

US$ 293 milhões) em títulos lastreados em ativos e hipotecas com nota geralmente superior à de títulos soberanos. O restante da exposição de crédito atual na Europa, no valor de US$ 12.996 milhões (2013 — US$ 8.615 milhões), independente da classe de ativos, referia-se a países com nota AA– ou superior.

Risco de mercado

O Banco enfrenta riscos resultantes das movimentações de mercado, principalmente variações nas taxas de juros e de câmbio, atenuados pelo quadro integrado de gestão de ativos e passivos.

Gestão de ativos e passivos: O objetivo da gestão de ativos e passivos é gerir as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros da carteira de passivos que dá apoio à liquidez e cada um dos produtos de financiamento, de acordo com os requisitos específicos daquele produto e dentro dos parâmetros de risco prescritos. O Banco emprega derivativos para gerir suas exposições de ativos e passivos, alinhando as características de suas dívidas com os ativos que está financiando. Além disso, o Banco faz uso de derivativos para gerir o *modified duration* de seu patrimônio dentro de uma banda de política definida.

A política de gestão de ativos e passivos do Banco, entre outras coisas, prevê regras para a gestão ativa do equity duration e para limitar os valores de resgates em qualquer período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2014, havia swaps de gestão de ativos e passivos em carteira, com valor referencial de US$ 2.853 milhões (2013 — US$ 3.319 milhões), para manter o equity duration dentro dos limites da política.

Risco de taxa de juros: O Banco está exposto a duas fontes potenciais de risco de taxa de juros. A primeira é a exposição a alterações na margem líquida entre a taxa auferida sobre os ativos e o custo das captações usadas para financiá-los. A segunda é a exposição a alterações na receita auferida sobre a parcela dos ativos financiada pelo patrimônio.

O Banco atenua sua exposição às alterações líquidas das margens por uma formulação de repasse de custos, calculada em bases reais ou estimadas, incorporada às taxas de juros debitadas, ou por intermédio de hedges de exposições de taxas de juros correlatas. Esses empréstimos com repasse de custos representavam aproximadamente 92% da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2014; os 8% restantes são empréstimos sem garantia soberana e empréstimos com taxas fixas. Uma pequena parcela dos empréstimos com repasse de custos (empréstimos com taxa reajustável) tem algum risco residual de taxa de juros, devido à defasagem de seis meses inerente ao cálculo da taxa de juros sobre os empréstimos. O Banco financia e investe sua liquidez em estruturas de taxas conjugadas, usando restrições específicas às diferenças de *duration,* de tal modo evitando a exposição excessiva ao risco de taxas de juros.

O Banco atenua sua exposição a alterações no resultado induzidas pela gestão do *duration* de seu patrimônio em uma faixa que vai de quatro a seis anos, usando uma combinação de atribuição de patrimônio para o financiamento de certos ativos (em sua maior parte de taxa fixa) e swaps de taxas de juros especificamente emitidos para esse fim. Conquanto as variações nas taxas de juros, no longo prazo, venham a resultar em variações correspondentes no retorno sobre o patrimônio, o efeito sobre um único exercício é relativamente pequeno, devido ao fato de que o patrimônio financia principalmente ativos remunerados a taxas fixas e, no caso dos ativos financiados por captações, a maior parte da exposição à taxa de juros é repassada aos mutuários ou protegida por hedge mediante o uso de instrumentos derivativos.

Risco de mercado de investimento: O risco de mercado de investimento é medido e monitorado com a aplicação de técnicas quantitativas, inclusive Valor de Risco (Value at Risk — VaR), teste de estresse, análise de cenários e métricas de *duration.* O Banco estima a VaR para um horizonte de tempo de 1 ano utilizando a simulação de Monte Carlo. Os dados históricos usados para simular os fatores de risco relevantes (como taxas de juros, margens de crédito e outros) incluem períodos de estresse financeiro significativo. As métricas de VaR são complementadas por testes de estresse criados para quantificar o impacto de movimento extremos e inesperados do mercado sobre a carteira. O Banco realiza testes de estresse regularmente em sua carteira de investimentos para assegurar a liquidez em uma variedade de cenários adversos.

Risco de taxa de câmbio: Para minimizar o risco de taxa de câmbio em um ambiente onde são usadas várias moedas, o Banco financia seus ativos em qualquer moeda com obrigações na mesma moeda, depois dos swaps, de acordo com o que prescreve o Convênio. Além disso, o Banco mantém praticamente todo o seu patrimônio e ativos financiados pelo patrimônio em dólares dos Estados Unidos.

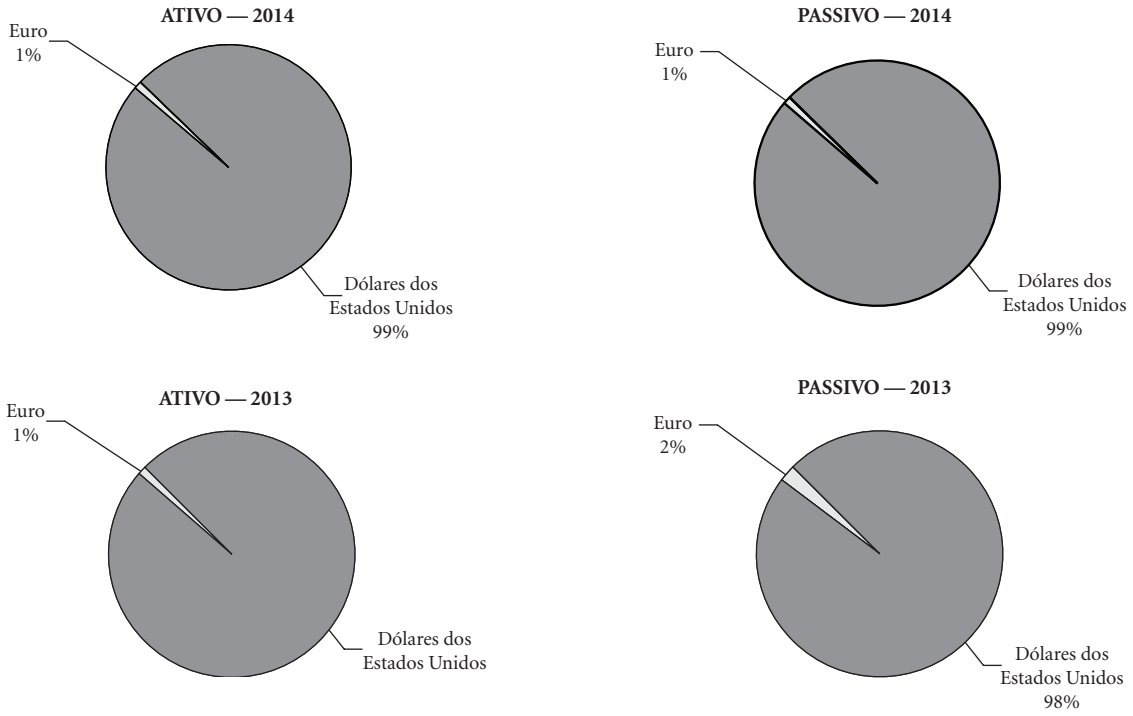
A **Figura 10** apresenta a composição de moedas em que estão expressos os ativos e passivos do Banco (depois dos swaps) no fim de 2014 e 2013.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das necessidades gerais de financiamento das atividades do Banco e da gestão de seu ativo e passivo. Inclui o risco de o Banco não conseguir financiar a carteira de ativos com vencimentos e taxas apropriados (risco de financiamento); o risco de não conseguir liquidar uma posição em tempo hábil e a um preço razoável (risco de liquidação); e a exacerbação de ambos os riscos resultante da alocação de uma parcela substancial de uma carteira de ativos ou passivos a um tipo específico de instrumento (risco de concentração).

O Banco gere o risco de liquidez por meio de sua política de liquidez, política de gestão de ativos e passivos e de seu programa de captações a curto prazo. A política de liquidez do Banco determina um nível mínimo de liquidez, projetado para que o Banco possa se eximir de captar recursos durante um determinado período sem deixar de cumprir suas obrigações. A política de gestão de ativos e passivos do Banco, além de otimizar a alocação de patrimônio e endividamento para financiar os diversos ativos do Banco, limita os valores de refinanciamento

Figura 10: COMPOSIÇÃO DAS MOEDAS DOS ATIVOS E PASSIVOS
31 de dezembro de 2014 e 2013



de dívida em um determinado período. Finalmente, no âmbito do programa de captações a curto prazo, são emitidas notas com deságio e vencimento inferior a um ano, para a gestão de necessidades de fluxo de caixa.

Risco de plano de aposentadoria

O risco de plano de aposentadoria representa a exposição resultante da obrigação do Banco, de financiar eventuais variações no déficit de seus planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria (Planos). Como as características de risco e retorno dos ativos de pensão não correspondem às dos passivos, o patrimônio líquido do Banco fica exposto à volatilidade da posição de financiamento dos Planos. A principal medida de risco utilizada pelo Banco para avaliar seus Planos é o risco ativo, ou seja, a volatilidade da diferença de desempenho dos ativos e passivos dos Planos.

As variações no valor dos passivos dos Planos são determinadas por dois fatores, sendo que o primeiro tem um impacto maior em termos de volatilidade e magnitude: (i) variações nas taxas de juros de mercado de títulos privados de alta qualidade e longo prazo dos EUA, que são utilizados para descontar os fluxos de caixa de passivos de pensão; e (ii) variações no perfil demográfico dos Planos. As variações nos ativos dos Planos também são afetadas por: (i) flutuações no valor de mercado dos ativos das Estratégias de Retorno em que os Planos investiram, inclusive ações de mercados desenvolvidos e emergentes, títulos de alto rendimento e de mercados emergentes, títulos imobiliários e mercadorias; e (ii) variações nas taxas de juros, que afetam os valores dos ativos das Estratégias de Passivos dos Planos, que são investidos em instrumentos centrais de renda fixa, de *duration* longo e atrelados à inflação.

Se os ativos dos Planos fossem investidos de forma correspondente ao perfil de duration da taxa principal dos passivos dos Planos, o risco ativo seria reduzido substancialmente. Entretanto, como 65% dos ativos dos Planos são investidos in Estratégias de Retorno, cujos valores são influenciados por outros fatores além das taxas de juros, os ativos dos Planos têm uma sensibilidade muito menor a variações nas taxas de juros de longo prazo do que os passivos dos Planos, resultando em risco ativo.

Segundo sua política de adequação de capital, o Banco determina exigências específicas de capital para o risco ativos em seus Planos.

Risco operacional

O risco operacional é resultante de processos internos, ações individuais ou sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos que possam causar perdas financeiras, distorções nos relatórios financeiros e/ou danos à reputação. Essas falhas podem ocorrer durante a execução de processos que visam ao cumprimento dos objetivos do Banco; o risco operacional é inerente a todas as operações e processos.

O Banco tem políticas e procedimentos em vigor, que cobrem diferentes aspectos do risco operacional. Esses aspectos

incluem os altos padrões de ética de negócios do Banco e seu sistema estabelecido de controles internos. Esses padrões são suplementados pelo planejamento de recuperação de desastre/contingência, pela Política de Divulgação de Informações, por procedimentos de auditoria da integridade de clientes e projetos, por procedimentos de gestão de risco e conformidades fiduciárias em projetos, bem como políticas de compras e aquisições, entre outras.

As funções de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno de Relatórios Financeiros (ICFR, na sigla em inglês) do Banco estão subordinadas ao Diretor de Risco. O Banco continua a implementar um Quadro de Gestão de Risco Operacional (ORMF, na sigla em inglês) integrado, que inclui a realização de avaliações de risco e controle, principais indicadores de risco, assim como treinamento para as unidades de negócios para aperfeiçoar a gestão dos riscos operacionais enfrentados pelo Banco.

Controle interno sobre relatórios financeiros: O Banco aplica o Quadro Integrado de Controle Interno do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (Quadro COSO) para o controle de seus relatórios financeiros e estabeleceu um processo anual para que a Administração apresente um relatório sobre a eficácia dos ICFR e para que os auditores externos avaliem e apresentem um parecer acerca da eficácia dos ICFR.

Em 2013, o COSO publicou uma versão atualizada de seu Quadro Integrado de Controle Interno, com adoção obrigatória até 15 de dezembro de 2014. O Banco concluiu o trabalho necessário para a transição para o Quadro COSO atualizado. A transição não teve nenhum impacto significativo no controle interno sobre relatórios financeiros do Banco.

O relatório da Administração e o parecer dos auditores externos sobre o controle interno sobre relatórios financeiros de 2014 estão incluídos nas demonstrações contábeis.

OUTROS EVENTOS SUBSEQUENTES

Reforma financeira — a Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Proteção ao Consumidor (DFA): Em julho de 2010, o Presidente dos Estados Unidos da América sancionou a Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Proteção ao Consumidor. A Lei visa a reformar o sistema regulatório dos EUA para serviços financeiros, criando novos reguladores e ampliando a regulamentação de novos mercados, entidades e atividades. A implementação da Lei depende da elaboração de várias regras para esclarecer e interpretar suas disposições. O Banco continua a avaliar o potencial impacto da implementação dessa reforma dos regulamentos financeiros sobre suas operações à medida que as regras entram em vigor e os mercados se ajustam. Com base em uma análise dos regulamentos atuais e das regras que entraram em vigor até esta data, o Banco entende que efeitos das disposições da DFA aplicam-se a contrapartes do Banco e à negociação de derivativos pelo Banco e suas atividades correspondentes, sendo que um desses efeitos pode ser um aumento no custo de captação do Banco.

Lei de Proteção do Paciente e Cuidado Acessível (PPACA, na sigla em inglês) e Lei de Conciliação de Cuidados de Saúde e Educação de 2010 (HCERA, na sigla em inglês): Em março de 2010, o Presidente dos Estados Unidos sancionou a PPACA e a HCERA. Essa legislação procura reformular aspectos do sistema de saúde dos EUA, e suas diversas disposições estão sendo regulamentadas e entrarão em vigor ao longo de vários anos. O Banco continua a acompanhar a implantação dessa legislação. A Administração acredita que o impacto da legislação não será relevante para a posição financeira do Banco e os resultados de suas operações.

Visão Renovada das Atividades do Grupo do BID com o Setor Privado: Como parte de uma iniciativa voltada a maximizar o uso eficiente de recursos do Banco e o impacto no desenvolvimento viabilizado da região por meio das atividades do Grupo do BID com o setor privado, durante a Reunião Anual do Banco, realizada na Bahia, Brasil, em março de 2014, as Assembleias de Governadores do Banco e da CII aprovaram uma resolução determinando que a Administração do Banco e da CII elaborasse uma proposta para a criação de uma entidade consolidada para o setor privado, a ser considerada pelas Assembleias de Governadores do Banco e da CII o mais tardar em março de 2015. Espera-se que o Banco e a CII apresentem tal proposta durante a Reunião Anual do Banco em Busan, República da Coreia, em março de 2015.

DEMONSTRAÇÕES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Base de apresentação

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (GAAP), que exigem da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores declarados (vide Nota B às demonstrações contábeis).

Práticas contábeis fundamentais

O Banco acredita que as práticas contábeis pertinentes e significativas discutidas abaixo, que são aplicadas na apresentação dos resultados financeiros de acordo com os GAAP e que podem envolver um alto grau de julgamento e complexidade e se relacionam com assuntos inerentemente incertos.

Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco utiliza medidas de valor justo na contabilização da carteira de investimentos de curto prazo, captações escolhidas para a opção de valor justo e todos os derivativos (principalmente swaps cam-

[6] O Grupo do BID tem três membros que se associam para desenvolver atividades relacionadas com o desenvolvimento do setor privado: o BID, a CII e o Fundo Multilateral de Investimentos II (Fumin). O BID, a CII e o Fumin são entidades distintas com titularidades e recursos financeiros distintos. A CII é uma organização pública internacional, e o Fumin é um fundo administrado pelo BID. Tanto a CII como o Fumin estão descritos em mais detalhes nesta Discussão e Análise da Administração. Nenhuma das entidades é responsável pelas obrigações das outras.

biais e de taxa de juros) e para as divulgações de instrumentos financeiros. Os valores justos baseiam-se em preços cotados pelo mercado, quando disponíveis. Caso contrário, os valores justos são baseados em preços cotados por serviços de precificação externos, se disponíveis, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Os modelos de precificação em geral usam dados de fontes de mercado, tais como curvas de rendimento de taxa de juros, taxas de câmbio e volatilidade de opções. Esses dados podem ter um efeito significativo sobre os valores justos declarados para os ativos e passivos e as respectivas receitas e despesas. A Administração acredita que as medidas de valor justo sejam razoáveis, dados os processos utilizados para obter e priorizar dados observáveis (isto é, preços e parâmetros externos), bem como a aplicação uniforme dessa abordagem em períodos sucessivos.

O componente de juros dos títulos de curto prazo e respectivos derivativos é refletido em Receita de investimentos — Juros, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. As demais variações no valor justo desses títulos são apresentadas em Receita de investimentos — Ganhos líquidos. O componente de juros das captações e dos derivativos de captações, empréstimos e equity duration é contabilizado como Despesas de captação, Receita de empréstimos e Outras receitas de juros, respectivamente. As demais variações no valor justo desses instrumentos são demonstradas em Ajustes líquidos ao valor justo das carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira. Vide Nota S às demonstrações contábeis.

Provisões para perdas com empréstimos e garantias: O Banco mantém provisões para perdas com suas carteiras de empréstimos e garantias em níveis que a Administração acredita adequados para absorver as perdas estimadas inerentes à carteira como um todo na data do balanço patrimonial. O estabelecimento do nível dessas provisões requer um grau significativo de discernimento. O uso de diferentes estimativas ou pressupostos e variações em fatores externos podem produzir níveis de provisões significativamente diferentes. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, a expectativa do Banco é que todos os empréstimos com garantia soberana sejam amortizados. Sendo assim, o nível de suas provisões para perdas com empréstimos e garantias é relativamente baixo e principalmente relacionado com as carteiras de garantias e empréstimos sem garantia soberana.

Pensões e outros benefícios pós-aposentadoria: O Banco participa, juntamente com a CII, de planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria que cobrem praticamente todos os seus funcionários. Todos os custos, ativos e passivos associados aos planos são distribuídos entre o Banco e a CII com base na participação de seus respectivos funcionários nos planos. Os custos distribuídos ao Banco são posteriormente distribuídos entre o Capital Ordinário e o FOE com base em uma porcentagem de distribuição aprovada pela Assembleia de Governadores. As premissas atuariais aplicadas na determinação das obrigações por benefícios projetadas e da posição de financiamento associada a esses planos baseiam-se nas taxas de juros vigentes no mercado financeiro, na experiência e nas melhores estimativas feitas pela Administração quanto a variações futuras nos benefícios e nas condições econômicas. Para obter mais detalhes, consulte a Nota T às demonstrações contábeis.

Auditores externos

Informações gerais: Os auditores externos são nomeados pela Assembleia de Governadores, de acordo com um processo de concorrência. Em março de 2012, a Assembleia de Governadores nomeou a KPMG LLP (KPMG) como Auditores Externos do Banco para o período quinquenal de 2012–2016.

Os honorários contratados para os serviços de auditoria prestados pela KPMG ao Banco em conexão com as auditorias das demonstrações contábeis de 2014 e do controle interno totalizam US$ 1.208.000. Além disso, a KPMG recebeu o pagamento de US$ 59.000 durante 2014, por serviços relacionados à emissão de títulos. A KPMG também prestou serviços de auditoria a fundos fiduciários administrados pelo Banco e aos planos de aposentadoria do pessoal do Banco, cujos honorários contratados para as auditorias de 2014 somam US$ 780.000.

Independência dos auditores externos: O Comitê de Auditoria é responsável por, entre outras coisas, assessorar a Diretoria Executiva na supervisão da função de auditoria externa, assim como garantir a independência dos auditores externos. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria orienta-se pelos seguintes princípios fundamentais:

- O plano de trabalho dos auditores externos, incluindo serviços de auditoria e correlatos, deve ser aprovado pela Diretoria Executiva com base em recomendação feita pelo Comitê de Auditoria.
- A participação dos auditores externos em serviços não relacionados a auditoria é limitada a serviços excepcionais relacionados a auditoria e requer a aprovação da Diretoria Executiva, que atua mediante a recomendação do Comitê de Auditoria.
- Os sócios encarregados do serviço e os revisores devem sofrer rotação pelo menos a cada cinco anos.
- O desempenho dos auditores externos é analisado anualmente.
- A independência dos auditores externos deve ser confirmada pelo Comitê de Auditoria anualmente.
- Os auditores externos têm pleno acesso ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

Informações gerais

O FOE foi instituído nos termos do Convênio com a finalidade de oferecer empréstimos "em termos e condições que permitam atender a circunstâncias especiais que se apresentem em determinados países ou que se relacionem com determinados projetos". Os períodos de amortização para empréstimos do FOE são

mais prolongados e as taxas de juros são inferiores às dos empréstimos do Capital Ordinário do Banco.

Nos termos do Convênio, o Capital Ordinário dever-se-á sempre manter, utilizar, comprometer, investir ou, de qualquer outro modo, dele se deverá dispor, de forma completamente independente do FOE. Demonstrações contábeis distintas têm de ser elaboradas paras as operações do Capital Ordinário e do FOE. Os recursos do Capital Ordinário não poderão ser, em nenhuma circunstância, empregados para cobrir perdas ou passivos resultantes de operações do FOE. Despesas administrativas e de outra natureza pertinentes às operações do FOE são debitadas do FOE (vide Nota B às demonstrações contábeis).

Em 2014, o Banco aprovou 14 empréstimos combinados no valor total de US$ 1.035 milhões, consistindo em US$ 300 milhões e US$ 735 milhões dos recursos do FOE e do Capital Ordinário, respectivamente (2013 — 16 empréstimos totalizando US$ 848 milhões, consistindo em US$ 251 milhões e US$ 597 milhões dos recursos do FOE e do Capital Ordinário, respectivamente). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de empréstimos do FOE era de US$ 4.418 milhões (2013 — US$ 4.364 milhões).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do FOE era de US$ 5.089 milhões (2013 — US$ 5.056 milhões), resultante sobretudo da subscrição de cotas de contribuição de governos dos países membros do Banco, menos o alívio de dívidas concedido aos países membros mutuários mais pobres e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores.

Aumento dos recursos do FOE

Em 31 de outubro de 2011, como parte do BID-9, a Assembleia de Governadores autorizou o aumento de recursos do FOE, consistindo em US$ 479 milhões adicionais em novas cotas de contribuição a serem pagas pelos países membros do Banco em dólares dos Estados Unidos. Os países membros tiveram a opção de fazer contribuições em um único pagamento (ou seja, sua parcela dos US$ 479 milhões) ou em cinco pagamentos anuais de igual valor de sua parcela do valor sem deságio dos US$ 479 milhões, estabelecido como US$ 517,3 milhões, a partir de 2011. Foram recebidos instrumentos de contribuição no valor de US$ 473 milhões, dos quais US$ 437 milhões estavam pagos em 31 de dezembro de 2014.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO

Os recursos do MFI são usados para subsidiar parte dos juros devidos pelos mutuários sobre certos empréstimos aprovados do Capital Ordinário até 31 de dezembro de 2006: um máximo de 3,62% por ano da taxa de juros incidente sobre tais empréstimos. O MFI atualmente é financiado com receitas derivadas de seus próprios investimentos.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID

Em 2007, a Assembleia de Governadores aprovou a criação do GRF com a finalidade de oferecer financiamentos não reembolsáveis especificamente para tratar de circunstâncias especiais que surgem em determinados países (neste momento, apenas o Haiti) ou para projetos específicos. O GRF atualmente é financiado por transferências de receitas do Capital Ordinário.

Como parte do BID-9, a Assembleia de Governadores comprometeu-se, em princípio, sujeito a aprovações anuais da Assembleia de Governadores, a aportar US$ 200 milhões anuais em transferências do resultado do Capital Ordinário para o GRF de 2011 a 2020. Em março de 2014, a Assembleia de Governadores aprovou a transferência de US$ 200 milhões (2013 — US$ 200 milhões) do resultado do Capital Ordinário para o GRF.

Os financiamentos não reembolsáveis do GRF aprovados para o Haiti durante 2014 totalizaram US$ 214 milhões (2013 — US$ 188 milhões).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CAPITAL ORDINÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO SOBRE RELATÓRIOS FINANCEIROS

13 de março de 2015

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é responsável por criar e manter um controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros do Banco. A Administração avaliou o controle interno sobre relatórios financeiros do Capital Ordinário do Banco, aplicando os critérios de controle interno eficaz definidos no Quadro Integrado de Controle Interno (2013) estabelecido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração analisou a eficácia do controle interno sobre relatórios financeiros do Capital Ordinário do Banco em 31 de dezembro de 2014. Com base na análise, a Administração acredita que o controle interno do Capital Ordinário do Banco sobre relatórios financeiros é eficaz em 31 de dezembro de 2014.

Há limites inerentes na eficácia de qualquer sistema de controle interno, inclusive a possibilidade de erro humano e de que os controles sejam burlados ou contornados. Assim sendo, mesmo que seja eficaz, o controle interno pode oferecer uma garantia apenas razoável no tocante à elaboração de demonstrações contábeis. Ademais, em virtude de mudanças nas condições, a eficácia do controle interno pode variar no decorrer do tempo.

A KPMG LLP, um escritório de contabilidade pública independente e registrado, emitiu um parecer sem qualificações sobre a eficácia do controle interno do Capital Ordinário do Banco sobre a elaboração de relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014. Além disso, as demonstrações contábeis do Capital Ordinário do Banco, em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas pela KPMG LLP.

Luis Alberto Moreno
Presidente

Jaime Alberto Sujoy
Vice-Presidente de Finanças e Administração

Alberto Suria
Gerente Geral de Finanças e Diretor Financeiro, a.i.
até 31 de janeiro de 2015

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2014		2013	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Notas C e X	**$ 535**		$ 421	
Investimentos — curto prazo — Notas D, L e X, Anexo I-1	**27.395**	**$ 27.930**	21.015	$21.436
Saldo de empréstimos — Notas E, F e X, Anexos I-2 e I-3	**74.585**		70.679	
Provisão para perdas com empréstimos	**(370)**	**74.215**	(244)	70.435
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	**54**		38	
Sobre empréstimos	**425**		435	
Sobre swaps, líquido	**332**	**811**	332	805
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas K, L, S e X				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	**136**		110	
Empréstimos	**308**		103	
Captações — Anexo I-4	**2.366**		3.161	
Outros	**51**	**2.861**	66	3.440
Outros ativos				
Ativo de planos de benefícios pós-aposentadoria — Nota T	**—**		292	
Valor a receber sobre venda de títulos para investimento	**—**		161	
Imobilizado, líquido — Nota H	**378**		354	
Outros	**104**	**482**	84	891
Total do ativo		**$106.299**		$97.007
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo				
Captações — Notas I, J, K, L, S e X, Anexo I-4				
Curto prazo	**$ 675**		$ 654	
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo	**48.881**		43.704	
Medidas ao custo amortizado	**27.753**	**$ 77.309**	24.343	$68.701
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas K, L, S e X				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	**41**		83	
Empréstimos	**876**		753	
Captações — Anexo I-4	**1.743**		1,920	
Outros	**9**	**2.669**	18	2.774
Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento		**169**		169
Valor a pagar sobre garantias recebidas em numerário		**398**		229
Passivo de planos de benefícios pós-aposentadoria — Nota T		**515**		73
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID — Nota N		**501**		435
Juros acumulados sobre captações		**492**		491
Programas especiais a desembolsar — Nota O		**244**		239
Outros passivos		**305**		346
Total do passivo		**82.602**		73.457
Patrimônio líquido				
Capital – Nota P, Anexos I-5 e I-6				
Subscritas 11.958.339 ações (2013 — 10.675.321 ações)	**144.258**		128.781	
Menos parcela exigível	**(138.901)**		(123.840)	
Capital integralizado	**5.357**		4.941	
Subscrições de capital a receber	**(84)**		(1)	
Valores a receber de países membros — Nota G	**(246)**		(262)	
Lucros retidos — Nota Q	**18.247**		17.699	
Outros resultados abrangentes acumulados — Nota R	**423**	**23.697**	1.173	23.550
Total do passivo e patrimônio líquido		**$106.299**		$97.007

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Resultado			
Empréstimos			
Juros, depois dos swaps — Notas E, K e S	**$ 1.659**	$ 1.768	$ 1.601
Outras receitas de empréstimos	**82**	90	67
	1.741	1.858	1.668
Investimentos — Notas D e K			
Juros	**74**	62	89
Ganhos líquidos	**40**	153	293
Outras receitas de juros — Notas K e S	**44**	187	113
Outros	**44**	24	26
Total do resultado	**1.943**	2.284	2.189
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps — Notas I, J, K e L	**374**	389	508
Outros custos de captação	**24**	12	11
	398	401	519
Provisão para perdas com empréstimos e garantias — Nota F	**118**	58	22
Despesas administrativas — Nota B	**668**	813	663
Programas especiais — Nota O	**107**	131	75
Total das despesas	**1.291**	1.403	1.279
Lucro antes dos ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	**652**	881	910
Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira — Notas I, J, K e S	**96**	626	194
Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores — Nota N	**(200)**	(200)	(200)
Resultado líquido	**548**	1.307	904
Lucros retidos, início do exercício	**17.699**	16.392	15.488
Lucros retidos, encerramento do exercício	**$18.247**	$17.699	$16.392

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Resultado líquido	**$ 548**	$1.307	$ 904
Outros lucros (prejuízos) abrangentes — Nota R			
Ajustes de tradução	**—**	(1)	(8)
Reconhecimento de variações em ativos e passivos de planos de benefícios pós-aposentadoria — Nota T	**(750)**	1.507	(292)
Total dos outros lucros (prejuízos) abrangentes	**(750)**	1.506	(300)
Lucro (prejuízo) abrangente	**$(202)**	$2.813	$ 604

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Fluxos de caixa gerados por atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos	**$ (9.423)**	$(10.558)	$ (6.883)
Liquidações de empréstimos	**5.213**	8.462	4.571
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	**(4.210)**	(2.096)	(2.312)
Aquisição de imobilizado	**(48)**	(38)	(22)
Outros ativos e passivos	**(30)**	17	(32)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento	**(4.288)**	(2.117)	(2.366)
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Captações de médio e longo prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	**20.928**	15.763	12.067
Amortizações	**(11.195)**	(7.966)	(9.613)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	**3.867**	3.384	4.445
Amortizações	**(3.846)**	(3.570)	(4.503)
Garantias em numerário recebidas (retornadas)	**169**	(577)	(105)
Valores recebidos de países membros	**16**	16	16
Valores recebidos em subscrições de capital	**315**	306	358
Pagamentos de manutenção de valor para os países membros	**—**	(7)	(158)
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	**10.254**	7.349	2.507
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	**(56.975)**	(48.846)	(29.087)
Recursos brutos gerados pelo vencimento ou a venda de investimentos de curto prazo	**50.426**	42.407	28.723
Receitas de operações de crédito, depois dos swaps	**1.738**	1.843	1.695
Juros e outros custos de captação, depois dos swaps	**(486)**	(636)	(1.000)
Receitas de investimentos	**253**	47	(7)
Outras receitas de juros	**44**	190	113
Outras receitas	**48**	43	38
Despesas administrativas	**(664)**	(671)	(586)
Transferências para o Fundo Não Reembolsável do BID	**(134)**	(116)	(121)
Programas especiais	**(102)**	(93)	(78)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	**(5.852)**	(5.832)	(310)
Efeito de flutuações cambiais sobre o caixa	**—**	—	1
Aumento (redução) líquido no caixa	**114**	(600)	(168)
Caixa, início do exercício	**421**	1.021	1.189
Caixa, encerramento do exercício	**$ 535**	$ 421	$ 1.021

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959, de propriedade dos respectivos países membros, que incluem 26 países membros mutuários e 22 países membros não mutuários. Os países com as cinco maiores participações (com suas porcentagens do total do poder de voto) são Estados Unidos (30,0%), Argentina (11,2%), Brasil (11,2%), México (7,2%) e Japão (5,0%). O objetivo do Banco é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, oferecendo principalmente empréstimos e a assistência técnica correspondente para projetos específicos e programas de reforma econômica. As principais atividades do Banco são conduzidas por meio do Capital Ordinário, que é suplementado pelo Fundo para Operações Especiais (FOE), pelo Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e pelo Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O FOE foi instituído com o objetivo de conceder empréstimos em condições altamente concessionais nos países membros menos desenvolvidos do Banco. O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre empréstimos concedidos a certos mutuários com recursos do Capital Ordinário até 31 de dezembro de 2006. A finalidade do GRF é de oferecer financiamentos não reembolsáveis especificamente para tratar de circunstâncias especiais que surgem em determinados países (neste momento, apenas o Haiti) ou para projetos específicos.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (GAAP). A elaboração de tais demonstrações contábeis exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores declarados dos ativos e passivos, a declaração dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores declarados de receitas e despesas durante o período. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos discernimentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros, da adequação das provisões para perdas com empréstimos e garantias, das obrigações projetadas por benefícios dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, do valor justo dos ativos dos planos e da posição de financiamento e custo líquido periódico dos benefícios associados a esses planos. Certos valores apresentados nos balanços patrimoniais de 2013 foram reclassificados para que se conformem com a apresentação de 2014.

Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em maio de 2014, o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiu a Atualização de Norma Contábil ASU No. 2014-9, Receitas de Contratos com Clientes (Tópico 606), que substitui os requisitos e a orientação anteriores para reconhecimento de receitas. Essa nova orientação não se aplica a instrumentos financeiros e garantias. A ASU entrará em vigor no Banco durante o primeiro trimestre de 2017, não se prevendo nenhum impacto relevante na condição financeira ou nos resultados das operações do Banco.

Contabilização de valores expressos em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são expressas em dólares dos Estados Unidos, que também é a moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos denominados em outras moedas, que não dólares dos Estados Unidos, são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. Receitas e despesas são traduzidas às taxas de câmbio em vigor nas datas em que são reconhecidas ou à média das taxas de câmbio praticadas pelo mercado durante cada mês. Com exceção dos ativos monetários derivados da integralização de capital social, que contam com manutenção de valor, como descrito abaixo, os ajustes líquidos resultantes da tradução de valores de todas as moedas são contabilizados, a partir de 1º de Outubro de 2013, em Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira[1] na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Até 30 de setembro de 2013, o Banco considerava funcionais as moedas de todos os países membros, tanto que as utilizava na execução de suas operações. Até essa data, os ajustes líquidos resultantes da tradução de outras moedas funcionais em dólares dos Estados Unidos eram debitados ou creditados como Ajustes de tradução, um componente distinto de Outros lucros (prejuízos) abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente. Captações e empréstimos em moedas não funcionais foram traduzidos com o ganho ou a perda contabilizada em Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. A partir de 1º de outubro de 2013, o Banco concluiu que tinha apenas uma moeda funcional, o dólar dos EUA, pois suas operações, após os swaps, eram substancialmente executadas nessa moeda. Essa mudança de designação de moeda funcional tem sido reconhecida prospectivamente e os ajustes de tradução incluídos em Outros resultados abrangentes acumulados foram congelados.

Avaliação e reconhecimento do capital

O Convênio estipula que o capital seja expresso em termos de dólares dos Estados Unidos, com peso e título de 1º de janeiro

[1] As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecem nas notas às Demonstrações Contábeis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

de 1959, cujo valor par foi definido em termos de ouro (dólar dos Estados Unidos de 1959). A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades entre o ouro e as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Consequentemente, o Departamento Jurídico do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES), criado pelo Fundo Monetário Internacional, tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para o capital do Banco e para fins de manutenção de valor dos ativos monetários mantidos pelo Banco. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas (o método de cesta de moedas), inclusive o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não seja tomada uma decisão pelos órgãos que governam o Banco e de acordo com o parecer do Departamento Jurídico, o Banco continua a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, avaliado em termos de dólares dos Estados Unidos imediatamente antes da criação do método de cesta de moedas para avaliar o DES em 1º de julho de 1974 (dólar dos Estados Unidos de 1974). O valor do dólar dos Estados Unidos de 1959 é aproximadamente equivalente a 1,2063 do dólar dos Estados Unidos de 1974, ou um DES (DES de 1974).

Os instrumentos de subscrição são recebidos dos países membros que se comprometem a subscrever ao capital integralizado e exigível de acordo com a correspondente reposição de capital. As subscrições de capital integralizado e exigível são contabilizadas na respectiva data de efetivação das parcelas individuais, como determinam as reposições. Subscrições de capital integralizado não pagas são deduzidas do capital integralizado no Balanço Patrimonial. As subscrições pagas antecipadamente são contabilizadas como passivo até a data de efetivação da respectiva parcela.

Manutenção de valor (MV)
De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do Capital Ordinário mantidos em sua moeda, exceto quanto à parcela derivada de captações. Da mesma forma, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um valor em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro, exceto quanto à parcela derivada de captações. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros é apresentado como passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Outros passivos, ou como redução do Patrimônio Líquido, caso o respectivo valor de MV seja um valor a receber.

Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores
De acordo com o Convênio, a Assembleia de Governadores pode exercer sua autoridade para aprovar transferências de resultados do Capital Ordinário para o FOE ou outras contas (atualmente apenas o GRF) administradas pelo Banco. Essas transferências, conhecidas como "transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores", são demonstradas como despesas, quando incorridas, na aprovação, e atualmente são financiadas de acordo com as necessidades do GRF. A parcela a desembolsar de transferências aprovadas é demonstrada em Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID no Balanço Patrimonial.

Lucros retidos
Os lucros retidos incluem a reserva geral e a reserva especial. A reserva geral consiste em resultados de exercícios anteriores, retidos para fazer face a possíveis excessos anuais de despesas sobre receita.

A reserva especial consiste em comissões sobre empréstimos reservadas, de acordo com o Convênio, as quais são mantidas em forma de investimentos. Esses investimentos podem ser usados exclusivamente para cobrir passivos por captações e garantias em caso de inadimplência com relação a empréstimos que o Banco tenha concedido, dos quais participe ou os quais garanta com recursos do Capital Ordinário. A distribuição dessas comissões à reserva especial cessou em 1998 e não estão sendo feitos novos acréscimos.

Investimentos
Todos os investimentos em títulos e nos respectivos instrumentos derivativos (na maioria swaps cambiais e de taxa de juros) são mantidos na carteira de investimentos de curto prazo, registrados na data de negociação e contabilizados e apresentados ao valor justo, e as alterações ao valor justo são refletidas em Receita de investimentos — Ganhos líquidos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Empréstimos
O Banco concede empréstimos aos países membros em desenvolvimento, a órgãos ou subdivisões políticas desses países e a empresas privadas que estejam realizando projetos em seus territórios. No caso de empréstimos com garantia soberana concedidos a mutuários que não sejam governos nacionais ou bancos centrais, o Banco segue a política de exigir uma garantia solidária e plena do governo. Empréstimos e garantias sem garantia soberana também são concedidos com bases em condições de mercado (i) em todos os setores econômicos (exceto os identificados na lista de exclusões) e (ii) a qualquer entidade, independentemente do grau de participação do setor privado

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

ou público, desde que a entidade não seja beneficiada por uma garantia soberana de amortização de suas obrigações e o beneficiário final do financiamento seja um projeto executado em um país membro mutuário (entidades qualificadas). Além disso, o Banco concede empréstimos a outras instituições de desenvolvimento sem garantia soberana.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados quando incorridos, por serem considerados irrelevantes aos resultados financeiros. Os encargos iniciais sobre empréstimos de emergência são diferidos e amortizados durante os quatro primeiros anos do prazo do empréstimo, usando o método retilinear, que produz resultados semelhantes aos dos juros efetivos.

O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. O Banco considera um empréstimo em mora quando as amortizações do principal e/ou os pagamentos de juros não tiverem sido recebidos na data de vencimento especificada no contrato. É política do Banco identificar como improdutivos todos os empréstimos concedidos a um país membro ou por ele garantidos, se as amortizações do principal ou os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora há mais de 180 dias, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processamento e serão recebidos no futuro imediato. Além disso, quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou certos outros fundos de titularidade do Banco ou sob sua gestão é identificado como improdutivo, todos os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a esse governo ou garantidos por ele também são considerados improdutivos. Na data em que os empréstimos a um país membro são identificados como improdutivos, o saldo de juros a pagar e outros encargos acumulados sobre os empréstimos concedidos a esse membro são debitados ao resultado do período corrente. Os juros e outros encargos sobre empréstimos improdutivos são refletidos no resultado somente na medida e no período em que os respectivos pagamentos sejam efetivamente recebidos pelo Banco. Na data em que um país membro paga o total dos valores vencidos, os respectivos empréstimos deixam de ser improdutivos, o país readquire a qualificação para novos empréstimos e todos os encargos vencidos (inclusive os dos exercícios anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no período corrente.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, a política geral do Banco é identificar como improdutivos todos os empréstimos concedidos a um mesmo mutuário quando os pagamentos de juros e outros encargos estão em mora há mais de 90 dias, ou antes, quando a administração tem dúvidas sobre a possibilidade de recebimento. Desse momento em diante, as receitas são contabilizadas em regime de caixa até que o serviço seja regularizado e a Administração não tenha mais dúvidas sobre o recebimento futuro dos valores envolvidos. Se o risco de inadimplência for considerado particularmente alto no momento da regularização das moras, os empréstimos concedidos ao mutuário poderão não sair da condição de inadimplência.

O Banco considera prejudicado um empréstimo sem garantia soberana quando, com base em informações e eventos atuais, parece provável que o Banco não tenha condições de receber todos os valores previstos no contrato original do empréstimo. São constituídas provisões específicas para as perdas relacionadas com empréstimos prejudicados, de acordo com a opinião da Administração sobre o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo, ou com base no valor justo das garantias, deduzidos os custos de liquidação.

Para determinar a provisão para perdas com empréstimos, estes são divididos em duas carteiras principais: com garantia soberana e sem garantia soberana. No caso da carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco não reescalona e jamais teve de dar baixa a qualquer empréstimo do Capital Ordinário. Além disso, em razão da natureza dos mutuários, a expectativa do Banco é de que todos os empréstimos com contragarantia soberana sejam amortizados. Portanto, o Banco determina a natureza e extensão de sua exposição ao risco de crédito considerando a nota de crédito de longo prazo atribuída a cada país mutuário pelas agências classificadoras (geralmente a Standard & Poor's — S&P), ajustada pelas probabilidades de inadimplência perante o Banco. Para a carteira de empréstimos sem garantia soberana, o Banco gere e mede o risco de crédito usando um sistema interno de classificação de risco de crédito que leva em consideração três dimensões para refletir o risco do mutuário, o respectivo título ou as características da operação e o risco relacionado com o país, os quais, combinados, produzem uma nota final que reflete as perdas esperadas associadas à operação. Estima-se que a nota final reflita a escala de classificação de crédito privado da S&P.

O Banco periodicamente analisa a viabilidade do recebimento de empréstimos e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com os empréstimos, de acordo com sua determinação do risco de recebimento das carteiras de empréstimos com e sem garantia soberana. Essas análises consideram o risco de crédito para cada carteira, de acordo com a definição acima, assim como o potencial de perda resultante da mora nas amortizações programadas.

São contabilizadas baixas parciais ou totais sempre que uma perda seja "realizada" por acordo legal ou liquidação falimentar ou quando o Banco tenha determinado, com grau razoável de certeza, que o valor relevante não será recebido.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Garantias
O Banco pode prestar garantias de risco político e garantias de crédito parciais, sem contragarantia soberana, dentro dos limites estabelecidos para tais operações, ou com a contragarantia soberana de um país membro. Como parte das atividades de empréstimo sem garantia soberana, o Banco prestou garantias de risco político e garantias de crédito parciais, concebidas para incentivar investimentos em projetos de infraestrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento de comércio. As garantias de risco político e garantias de crédito parciais podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias de risco político cobrem eventos de risco específicos relacionados a fatores não comerciais (como conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro ou inadimplência do governo). As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento de obrigações de dívida. O Banco também presta garantias plenas de crédito para operações de financiamento de comércio no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (TFFP). Em certos casos, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias para reduzir sua exposição. As taxas de garantia, exceto prêmios de resseguro, são debitadas e reconhecidas como resultado durante a vigência da garantia.

As garantias entram em vigor no momento em que o mutuário incorre na obrigação financeira subjacente e são exigidas quando a parte garantida exige pagamento nos termos da garantia. O valor da garantia em vigor representa o máximo risco potencial no caso de os pagamentos garantidos para essas entidades não serem efetuados. O passivo contingente relacionado com as prováveis perdas relativas às garantias prestadas é refletido em Outros passivos.

O Banco gere e mede o risco de crédito sobre garantias sem contragarantia soberana usando o sistema interno de classificação de risco de crédito usado para operações sem garantia soberana, como descrito no item Empréstimos, acima.

Imobilizado
O Imobilizado é contabilizado ao custo. As benfeitorias de valor significativo são capitalizadas, enquanto substituições, manutenção e reparos de rotina são debitados como despesa. A depreciação é computada pelo método retilinear de acordo com a estimativa de vida útil dos respectivos ativos (de 30 a 40 anos para edificações, 10 anos para melhorias nas edificações e software capitalizado e de 4 a 15 anos para equipamentos).

Captações
Para assegurar a disponibilidade de fundos para operações de crédito e manutenção de liquidez, o Banco capta recursos nos mercados de capitais internacionais, oferecendo títulos de dívida de sua emissão a investidores públicos e privados. O Banco também emite títulos de dívida denominados em várias moedas e com diversos vencimentos, formatos e estruturas. O Banco também emite notas com deságio para atender a necessidades de fluxo de caixa de curto prazo.

Uma quantidade substancial de captações é apresentada ao seu valor justo no Balanço Patrimonial. O componente de juros das captações é apresentado nas Despesas de captação — Juros, depois dos swaps. As demais alterações no valor justo desses instrumentos são registradas em Ajustes líquidos ao valor justo das carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Certas captações são apresentadas ao seu valor nominal (valor de face), ajustado para refletir eventuais ágios ou deságios (base de custo amortizado). A amortização de ágios e deságios é calculada usando uma metodologia que se aproxima do método de juros efetivos, e é refletida em Despesas de captação — Juros, depois dos swaps, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

O custo de emissão das captações contabilizadas ao valor justo é debitado como despesa na emissão, ao passo que o custo de emissão das captações contabilizadas pelo custo amortizado é diferido e amortizado pelo método retilinear (que se aproxima do método dos juros efetivos) durante a vida do respectivo título de dívida. O saldo a amortizar dos custos de emissão de captações é incluído em Diversos, em Outros ativos no Balanço Patrimonial, e os valores debitados como despesa ou amortizados são refletidos em Outros custos de captação, em Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

As despesas de juros sobre captações são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios, exceto o componente de juros dos derivativos de captação, calculadas de maneira que se aproxima do método do rendimento efetivo, na emissão das captações, e são incluídas em Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Derivativos
Como parte de sua gestão de ativos e passivos, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxa de juros, em suas operações de investimento, empréstimo e captação. Esses derivativos modificam as características de taxas de juros ou de câmbio das operações, para produzir o tipo desejado de taxa de câmbio ou de juros. Além disso, para administrar o impacto de variações das taxas de juros (*duration* ou *modified duration*) no seu patrimônio, o Banco utiliza swaps de *equity duration* para manter o *modified duration* do seu patrimônio dentro de uma banda de política definida de quatro a seis anos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Todos os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial ao seu valor justo e classificados como ativos ou passivos, conforme a natureza (a receber ou a pagar) de seu valor justo líquido, não sendo designados como instrumentos de hedge.

O componente de juros de investimentos, empréstimos, captações e derivativos de *equity duration* é registrado em Receita de investimentos — Juros, Receita de empréstimos — Juros, depois dos swaps, Despesas de captação — Juros, depois dos swaps, e Outras receitas de juros, respectivamente, e as demais variações no valor justo são incluídas em Receita de investimentos — Ganhos líquidos, para derivativos de investimentos, e em Ajustes líquidos ao valor justo das carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira, para empréstimos, captações e instrumentos derivativos de *equity duration*. Ganhos e perdas realizados com derivativos de longo prazo são reclassificados de Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira para Receita de empréstimos — Juros, depois dos swaps, Despesas de captação — Juros, depois dos swaps, e Outras receitas de juros, respectivamente, na liquidação de um swap.

O Banco ocasionalmente emite títulos de dívida com derivativos embutidos. Esses títulos são contabilizados ao valor justo.

Despesas administrativas
As despesas administrativas do Banco são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma porcentagem de distribuição aprovada pela Assembleia de Governadores, que atribuiu 97% ao Capital Ordinário e 3% ao FOE em 2014, 2013 e 2012.

Programas especiais
Os programas especiais financiam auxílio reembolsável, não reembolsável e para recuperação contingente aos países membros mutuários. As operações reembolsáveis são contabilizadas em Outros ativos. As operação não reembolsáveis e de recuperação contingente são contabilizadas como despesas em Programas especiais no momento da aprovação. Os cancelamentos de saldos não desembolsados de operações não reembolsáveis e as recuperações de financiamentos de recuperação contingente são compensados como despesas em Programas especiais no período em que ocorrem.

Impostos
O Banco, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas de acordo com o Convênio são isentas de qualquer tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria
A posição de financiamento dos planos de benefícios do Banco é reconhecida no Balanço Patrimonial. A posição de financiamento é medida como a diferença entre o valor justo dos ativos do plano e das obrigações por benefícios em 31 de dezembro, a data da medição. Os planos de benefícios sobrefinanciados, nos casos em que o valor justo dos ativos do plano excede o das obrigações por benefícios, são agregados e registrados como Ativo de planos de benefícios pós-aposentadoria, ao passo que os planos de benefícios subfinanciados, nos quais as obrigações por benefícios excedem o valor justo dos ativos dos planos, são agregados e registrados como Passivo de planos de benefícios pós-aposentadoria.

Os ganhos e perdas atuariais líquidos e custos de serviços anteriores que não são reconhecidos como componentes do custo periódico líquido dos benefícios no momento em que surgem, são reconhecidos como componentes de Outros lucros (prejuízos) abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente. Esses ganhos e perdas atuariais líquidos e custos de serviços anteriores são posteriormente reconhecidos como componente do custo líquido periódico dos benefícios, segundo as disposições referentes a reconhecimento e amortização das normas contábeis pertinentes.

O custo líquido periódico dos benefícios é registrado como Despesas administrativas na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e inclui custo dos serviços, custo de juros, retorno esperado sobre os ativos do plano e amortização de custos de serviços anteriores e ganhos/perdas anteriormente reconhecidos como componentes de Outros lucros (prejuízos) abrangentes remanescentes em Outros lucros abrangentes acumulados.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições
Em 31 de dezembro de 2014, o Caixa incluía US$ 140 milhões (2013 — US$ 152 milhões) em moedas emitidas pelos países membros mutuários regionais. Esses valores podem ser utilizados pelo Banco nas operações de empréstimo do Capital Ordinário e para o pagamento de despesas administrativas. Desse valor, um país membro restringiu o valor de US$ 35 milhões (2013 — US$ 42 milhões) para utilização em pagamentos por bens e serviços em seu território, em conformidade com as disposições do Convênio.

Nota D – Investimentos
Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe em governos nacionais e subnacionais, órgãos públicos, entidades supranacionais, bancos e empresas, inclusive títulos lastreados em ativos e hipotecas, e instrumentos derivativos correlatos, particularmente swaps cambiais e de taxa de juros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nos casos de obrigações emitidas por governos nacionais e subnacionais e órgãos públicos, ou com garantia incondicional destes, inclusive títulos lastreados em ativos e hipotecas, a política do Banco é de investir nessas obrigações quando contam com uma qualidade mínima de crédito equivalente a AA–. Títulos emitidos por entidades supranacionais requerem qualidade de crédito equivalente à nota AAA. Além disso, o Banco investe em obrigações bancárias preferenciais com qualidade de crédito pelo menos A+ e em empresas com qualidade de crédito pelo menos equivalente à nota AA– (títulos privados lastreados em ativos ou hipotecas requerem qualidade de crédito equivalente à nota AAA). O Banco também investe em títulos de curto prazo das classes qualificadas de ativos de investimento, acima mencionadas, desde que tenham a mais elevada nota de crédito de curto prazo.

Os ganhos líquidos a realizar sobre instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2014 totalizavam US$ 31 milhões (2013 — US$ 43 milhões; 2012 — US$ 206 milhões), e são refletidos em Receita de investimentos — Ganhos líquidos. Um resumo dos instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentado na Demonstração dos Investimentos de Curto Prazo e Swaps no Anexo I-1.

Nota E – Saldo de empréstimos e garantias

Os empréstimos aprovados são desembolsados aos mutuários de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos começam somente quando o mutuário e eventual garantidor satisfazem certas condições suspensivas exigidas por contrato.

A carteira de empréstimos inclui substancialmente empréstimos com garantia soberana, a saber:

- Empréstimo do Mecanismo de Moeda Única (SCF) (taxa de juros baseada na LIBOR e taxa de juros com custo de base fixa)
- Empréstimos do Mecanismo de Moeda Local (LCF) (taxa de juros com custo de base fixa e taxa variável)
- Empréstimos do Mecanismo de Financiamento Flexível (FFF) (taxa de juros baseada na LIBOR, taxa de juros com custo de base fixa e moeda local)

Além disso, a carteira de empréstimos também inclui empréstimos sem garantia soberana.

Carteira de empréstimos com garantia soberana

Produtos atualmente disponíveis

Desde 1º de janeiro de 2012, o FFF é a única plataforma de produtos financeiros para aprovação de todos os empréstimos com garantia soberana regulares do Capital Ordinário. Com empréstimos do FFF, os mutuários podem adaptar os termos financeiros na aprovação ou durante a vigência de um empréstimo, de acordo com a disponibilidade no mercado e considerações operacionais. A plataforma FFF permite que os mutuários: (i) administrem riscos cambiais e de taxa de juros, além de outros tipos de exposição; (ii) atendam a mudanças nas necessidades do projeto, adaptando as condições de amortização do empréstimo para melhorar a gestão dos riscos de liquidez; (iii) administrem empréstimos obtidos nos termos de produtos financeiros antigos; e (iv) executem hedges com o Banco no nível da carteira de empréstimos.

Os empréstimos do FFF têm taxa de juros baseada na LIBOR mais uma margem de financiamento, ou o custo efetivo do financiamento, e a margem de financiamento do Banco. Os mutuários também têm a opção de converter para taxa com custo de base fixa ou outras moedas.

O Banco também oferece empréstimos concessionais que combinam empréstimos do Capital Ordinário e do FOE ("empréstimos combinados"). A parcela dos empréstimos combinados que compete ao Capital Ordinário consiste em operações do SCF a taxas com custo de base fixa, vencimentos de 30 anos e 6 anos de carência.

O produto de Linha de Crédito de Sustentabilidade do Desenvolvimento (DSL), aprovado em 2012, substituiu a categoria anterior de empréstimos de emergência. A DSL é estruturada como linha de crédito condicional concebida para responder a crises econômicas exógenas. Os recursos são disponibilizados ao mutuário para mitigar os efeitos diretos de choques econômicos exógenos (sistêmicos ou específicos ao país). A DSL é limitada a US$ 300 milhões por país, ou 2% do produto interno bruto (PIB) de um país, o que for menor, e conta com US$ 5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Empréstimos da DSL são denominados em dólares dos Estados Unidos, têm prazo não superior a 6 anos, e as amortizações do principal começam após três anos. Esses empréstimos são remunerados com base na taxa LIBOR para três meses, mais uma margem de 165 pontos base acima da margem de financiamento do Banco. A DSL será extinta no final de 2015.

O Programa de Realocação de Recursos (RP), criado em 2012, oferece aos países membros mutuários flexibilidade na distribuição de sua exposição junto ao Banco, designando os recursos liberados em decorrência do pagamento adiantado de um empréstimo diretamente para o financiamento de novas operações de crédito com garantia soberana para o mesmo país. Com base nos termos dos novos empréstimos no âmbito do PRR, o prazo médio ponderado não é superior ao prazo médio ponderado restante dos empréstimos antes do pagamento adiantado.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Produtos de empréstimo suspensos
Até 31 de dezembro de 2011, o Banco oferecia dois tipos básicos de empréstimos com garantia soberana, ambos denominados na moeda ou moedas escolhidas pelo mutuário, conforme disponíveis nos programas: Empréstimos do SCF baseados na LIBOR e empréstimos do LCF.

Os empréstimos do SCF baseados na LIBOR são denominados em uma dentre quatro moedas: dólares dos Estados Unidos, euros, ienes e francos suíços, ou em uma combinação dessas moedas, e são remunerados a uma taxa de juros repactuada trimestralmente, com base na LIBOR para três meses específica para a moeda, mais uma margem, baseada no conjunto de moedas, que reflete os custos de captação do Banco e sua margem de financiamento. Os saldos dos empréstimos do SCF baseados na LIBOR podem ser convertidos em taxa com custo de base fixa, respeitadas certas condições.

No âmbito do LCF, que foi integrado ao novo produto FFF e continua disponível para operações sem garantia soberana, os mutuários dos setores público e privado têm a opção de receber financiamentos em moeda local em três modalidades diferentes: (i) financiamento diretamente em moeda local ou conversão de desembolsos futuros e/ou saldos devedores de empréstimos; (ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e (iii) desembolso de garantias exigidas em moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de atenuação de risco nos mercados financeiros. Os saldos em carteira do LCF podem ser remunerados a uma taxa de juros com custo de base fixa, flutuante ou atrelada à inflação. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha feito conversões cumulativas em moeda local de desembolsos de empréstimos e saldos devedores no valor de US$ 3.212 milhões (2013 — US$ 2.663 milhões).

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo de empréstimos do SCF baseados na LIBOR era de US$ 3.668 milhões (2013 — US$ 3.961 milhões) e de empréstimos do SCF a taxas com custo de base fixa, de US$ 12.846 milhões (2013 — US$ 14.641 milhões), que foram convertidos dos antigos produtos de empréstimo com taxa ajustável.

Carteira de empréstimos sem garantia soberana
O Banco oferece empréstimos a entidades qualificadas sem garantia soberana, sob várias condições. Os empréstimos sem garantia soberana podem ser denominados em dólares dos Estados Unidos, ienes, euros, francos suíços ou moeda local, e os mutuários podem escolher entre empréstimos com taxa de juros fixa, flutuante ou atrelada à inflação. Nos casos de empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é reajustada a cada um, três ou seis meses com base na taxa LIBOR mais a margem de financiamento. As margens e taxas de financiamento para esses empréstimos são definidas de acordo com o caso.

O Quadro de Risco (Quadro) Sem Garantia Soberana (SGS) está estruturado em três níveis: (i) o apetite de risco SGS, que limita o volume de capital econômico designado para empréstimos e garantias sem garantia soberana a 20% do patrimônio líquido total do Banco, calculado no contexto da política de adequação de capital do Banco; (ii) os limites de exposição e diretrizes suplementares das carteiras, cujo objetivo é o de promover a diversificação das carteiras e estabelecer limites por projeto, por devedor e grupo de devedores, por setor e por país; e (iii) as melhores práticas de gestão de risco SGS, que estão sendo desenvolvidas e atualizadas pela Administração em apoio à originação de projetos e à gestão de carteiras. No tocante ao limite estabelecido para um único devedor, o Quadro estabelece um limite equivalente a 2,5% do patrimônio líquido total, calculado no contexto da política de adequação de capital do Banco, ou US$ 500 milhões na ocasião da aprovação, o valor que for menor.

Os encargos sobre empréstimos do Banco consistiram em uma margem de financiamento de 0,85% e 0,84% ao ano em 2014 e 2013, sobre o saldo em carteira, mais uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre o valor do empréstimo a desembolsar, sem taxa de supervisão e inspeção em nenhum dos exercícios. Esses encargos se aplicam a empréstimos com garantia soberana, abrangendo cerca de 92% da carteira de empréstimos, e estão sujeitos à análise e aprovação anual da Diretoria Executiva.

A Receita de empréstimos — Juros, depois dos swaps, foi reduzida em US$ 391 milhões (2013 — US$ 669 milhões; 2012 — US$ 459 milhões), que representam o componente de juros líquidos das respectivas operações de swap de empréstimo.

Uma demonstração da posição do Banco em empréstimos em carteira e a desembolsar, por país, é apresentada no Anexo I-2 e uma demonstração do saldo de empréstimos por moeda e tipo de taxa de juros, e o cronograma de vencimentos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentado no Anexo I-3.

Corporação Interamericana de Investimentos (CII)
O Banco aprovou um empréstimo no valor de US$ 300 milhões para a CII (uma organização internacional distinta, cujos 45 países membros também são membros do Banco). Nos termos do empréstimo, os desembolsos são feitos em dólares dos Estados Unidos e são remunerados com base na taxa LIBOR. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desse empréstimo totalizava US$ 100 milhões.

Participações em empréstimos
O Banco mobiliza recursos de bancos comerciais e outras instituições financeiras firmando acordos de participação em em-

préstimos sem recurso e, ao mesmo tempo, reservando para si a administração dos empréstimos. As participações do Banco em empréstimos atendem aos critérios pertinentes de contabilização de venda e não estão incluídas no Balanço Patrimonial do Banco. Em 31 de dezembro de 2014, havia US$ 3.123 milhões (2013 — US$ 2.958 milhões) em saldos de participações em empréstimos sem garantia soberana.

Garantias

Durante 2014, foram aprovadas cinco garantias sem contragarantia soberana, não referentes a financiamento de comércio, no valor de US$ 146 milhões (2013 — quatro no valor de US$ 33 milhões). Não foi aprovada nenhuma garantia com contragarantia soberana em 2014 e 2013. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha aprovado garantias sem contragarantia soberana, não referentes a financiamento de comércio, excluindo-se cancelamentos e vencimentos, no valor de US$ 859 milhões (2013 — US$ 839 milhões) e garantias com contragarantia soberana no valor de US$ 60 milhões (2013 — US$ 325 milhões).

No âmbito do TFFP sem garantia soberana, além de empréstimos diretos, o Banco oferece garantias plenas de crédito em operações de curto prazo relacionadas com o comércio. O TFFP autoriza linhas de crédito em apoio a bancos emissores aprovados e instituições financeiras não bancárias, respeitado o saldo máximo agregado de US$ 1.000 milhões em qualquer momento. Em 2014, o Banco emitiu 56 garantias totalizando US$ 169 milhões no âmbito desse programa (2013 — 210 garantias no valor total de US$ 568 milhões).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US$ 251 milhões (2013 – US$ 871 milhões), inclusive US$ 16 milhões (2013 — US$ 329 milhões) em garantias do TFFP. Esse valor representa o potencial máximo não descontado de pagamentos futuros que, de acordo com essas garantias, poderiam ser exigidos do Banco. Foram ressegurados US$ 18 milhões (2013 — US$ 29 milhões) em saldos de garantias. As garantias têm prazos de vencimento remanescentes que variam de 7 a 12 anos, com exceção das garantias relacionadas com comércio, cujo prazo máximo é de três anos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição do Banco em garantias sem contragarantia soberana totalizava US$ 191 milhões e US$ 546 milhões, respectivamente, e estava classificada como (em milhões):

Classificação interna de risco de crédito (CR)	2014	2013	Nota equivalente da S&P/Moody's
CR1	$128	$154	BBB/Baa3 ou superior
CR2	1	123	BB+/Ba1
CR3	24	103	BB/Ba2
CR4	29	97	BB−/Ba3
CR5	8	60	B+/B1
CR6	—	—	B/B2
CR7	1	7	B−/B3
CR8	—	2	CCC−D/Caa−D
Total	$191	$546	

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição do Banco em garantias com contragarantia soberana totalizava US$ 60 milhões (uma garantia com nota BB+) (2013 — duas garantias de US$ 265 milhões e US$ 60 milhões com notas BBB e BBB+, respectivamente).

Subsídio do MFI

O MFI foi instituído em 1983 pela Assembleia de Governadores do Banco, com o objetivo de subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre empréstimos concedidos a certos mutuários com recursos do Capital Ordinário. O subsídio para juros concedido pelo MFI foi descontinuado para empréstimos aprovados depois de 2006. Durante 2014, o MFI pagou US$ 18 milhões (2013 — US$ 21 milhões; 2012 — US$ 21 milhões) em juros em nome dos mutuários.

Nota F – Risco de crédito da carteira de empréstimos

O risco de crédito da carteira de empréstimos é o risco de que o Banco não receba a amortização do principal ou o pagamento de juros de um ou mais empréstimos de acordo com os termos ajustados. Esse risco está diretamente relacionado com o negócio central do Banco e é o maior, entre os riscos financeiros, que ele enfrenta. O Banco usa múltiplas fontes de proteção contra o risco de crédito de sua carteira de empréstimos, inclusive uma limitação geral aos empréstimos, um quadro abrangente de adequação de capital (concebida para assegurar a suficiência do patrimônio líquido do Banco em qualquer momento, consideradas a qualidade e concentração da carteira), uma política para o tratamento de empréstimos improdutivos e uma política para a manutenção de uma provisão para perdas de empréstimos. O risco de crédito da carteira de empréstimos do Banco é determinado pela qualidade do crédito de cada mutuário e pela respectiva exposição.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

O Banco gere duas principais fontes de risco de crédito de suas atividades de financiamento: Cerca de 92% dos empréstimos contam com garantia soberana.

Empréstimos com garantia soberana: Quando o Banco concede empréstimos a mutuários do setor público, em geral exige uma garantia soberana plena ou equivalente do Estado membro mutuário. Ao conceder crédito a entidades soberanas, o Banco se expõe ao risco de país, que inclui possíveis perdas decorrentes da incapacidade ou falta de vontade de um país para cumprir suas obrigações junto ao Banco.

Para o Banco, a probabilidade de passar por um evento de inadimplência em sua carteira de empréstimos com garantia soberana é diferente da de mutuantes comerciais. O Banco não renegocia ou reescalona seus empréstimos com garantia soberana e, historicamente, sempre recebeu amortizações integrais de principal e juros devidos na resolução de um evento de inadimplência soberana. Assim sendo, a probabilidade de inadimplência junto ao Banco relacionada com cada país é ajustada para refletir a expectativa do Banco para a recuperação integral de seus empréstimos com garantia soberana. Contudo, mesmo com a amortização integral do principal e dos juros no fim de um evento de inadimplência, o Banco sofre uma perda econômica por não cobrar juros sobre juros vencidos enquanto o evento persiste.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos com garantia soberana em 31 de dezembro de 2014 e 2013, representada pelas notas de crédito em moeda estrangeira de longo prazo atribuídas a cada país mutuário pela S&P é (em milhões):

Notas dos países	2014	2013
AA+ a AA–	$ 479	$ 524
A+ a A–	628	646
BBB+ a BBB–	39.831	37.452
BB+ a BB–	4.762	6.551
B+ a B–	9.115	8.515
CCC+ a CCC	2.496	11.356
SD	11.303	—
Total	$68.614	$65.044

As notas apresentadas acima foram atualizadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

Empréstimos sem garantia soberana: O Banco não se beneficia de garantias soberanas quando concede empréstimos a mutuários sem garantia soberana. O risco e desempenho desses empréstimos são avaliados pontuando fatores de risco de cada mutuário e de acordo com as dimensões da operação. Os principais fatores de risco avaliados no nível da operação consideram a prioridade que os empréstimos concedidos pelo Banco têm em relação às outras obrigações do mutuário, o tipo de título que garante o contrato e a natureza e extensão das cláusulas restritivas que o mutuário deve cumprir. Os principais fatores de risco de crédito considerados no nível do mutuário em uma operação de financiamento de projeto podem ser agrupados em três categorias principais: risco político, risco comercial ou de projeto e risco financeiro. Os riscos políticos podem ser definidos como os riscos ao financiamento de um projeto que emanam de fontes governamentais, tanto de uma perspectiva regulatória quanto jurídica. Os riscos comerciais ou de projeto referem-se ao risco de construção ou conclusão, à viabilidade econômica ou financeira de um projeto e aos riscos operacionais. Os riscos financeiros dizem respeito à exposição do projeto à volatilidade de taxas de juros e câmbio, risco de inflação, risco de liquidez e risco de financiamento.

A avaliação de risco de crédito relacionada às operações com instituições financeiras segue um sistema de classificação uniforme, que considera os seguintes fatores: adequação de capital, qualidade dos ativos, políticas e procedimentos operacionais e quadro de gestão de riscos; qualidade da gestão e tomada de decisões; receitas e posição no mercado, liquidez e sensibilidade ao risco de mercado; qualidade dos regulamentos e órgãos reguladores; e apoio potencial do governo ou acionistas.

A avaliação de transferência e conversibilidade é a classificação associada à probabilidade de que o acesso soberano restrinja o acesso não soberano a divisas necessárias para serviço de dívidas, que é considerada uma representação do impacto do ambiente macroeconômico na capacidade do mutuário para reembolsar o Banco e, como tal, é considerada um teto para a classificação de risco na dimensão da operação. A qualidade de crédito da carteira de empréstimos sem garantia soberana em 31 de dezembro de 2014 e 2013, exceto empréstimos a outras instituições de desenvolvimento, conforme representada pela classificação interna de risco de crédito, é a seguinte (em milhões):

Classificação de risco (CR)	2014	2013	Nota equivalente da S&P/Moody's
CR1	$ 792	$ 887	BBB/Baa3 ou superior
CR2	927	898	BB+/Ba1
CR3	1.415	1.400	BB/Ba2
CR4	1.037	965	BB–/Ba3
CR5	721	437	B+/B1
CR6	263	464	B/B2
CR7	210	43	B–/B3
CR8	472	397	CCC—D/Caa—D
Total	$5.837	$5.491	

Além disso, em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha empréstimos para outras instituições de desenvolvimento no valor de US$ 134 milhões (2013 — US$ 144 milhões), com notas entre AA e A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Empréstimos em mora e improdutivos

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos sem garantia soberana e em mora há 90 dias ou mais totalizavam US$ 177 milhões (2013 — US$ 115 milhões). Empréstimos sem garantia soberana e com saldos de US$ 394 milhões estavam improdutivos (2013 — US$ 310 milhões), inclusive US$ 158 milhões em vencimentos que foram antecipados (2013 — US$ 81 milhões). Não havia empréstimos com garantia soberana em mora, prejudicados ou improdutivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Empréstimos prejudicados

O investimento registrado do Banco em empréstimos sem garantia soberana classificados como prejudicados era de US$ 394 milhões em 31 de dezembro de 2014 (2013 — US$ 310 milhões, 2012 — US$ 268 milhões). Todos os empréstimos prejudicados estão cobertos por provisões específicas para perdas com empréstimos, que totalizam US$ 183 milhões (2013 — US$ 88 milhões, 2012 — US$ 66 milhões).

Um resumo das informações financeiras relacionadas a empréstimos prejudicados que afetam os resultados das operações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Média de investimentos registrados durante o período	$354	$301	$234
Receitas reconhecidas de empréstimos	18	16	11
Receitas de empréstimos que teriam sido reconhecidas em regime de competência durante o período	27	21	18

Provisões para perdas com empréstimos e garantias

Carteira com garantia soberana: Uma avaliação coletiva da viabilidade do recebimento é feita para empréstimos e garantias com garantia soberana. Historicamente, praticamente toda a carteira de empréstimos com garantia soberana apresenta desempenho integral. O Banco não reescalona empréstimos com garantia soberana e não tem dado baixa, nem espera dar baixa, desses empréstimos. Entretanto, no passado, o Banco passou por atrasos no recebimento de pagamento de serviço de dívida, às vezes por mais de seis meses. Já que o Banco não cobra juros sobre juros em mora sobre esses empréstimos, esse atraso no serviço da dívida é visto como prejuízo potencial, porque o cronograma dos fluxos de caixa pode não ser cumprido de acordo com os termos do contrato de empréstimo.

Carteira sem garantia soberana: Para empréstimos e garantias sem garantia soberana, determina-se uma provisão coletiva para perdas baseada na classificação interna de risco de crédito discutida acima, em dois estágios: (i) identificar as probabilidades de inadimplência a serem usadas para cada empréstimo e garantia. As notas internas de crédito do Banco refletem as notas de crédito atribuídas pelas agências externas de classificação de crédito, essencialmente vinculando as probabilidades de inadimplência relativas a cada categoria de classificação de crédito do Banco às probabilidades de inadimplência publicadas pelas agências externas de classificação de crédito. As transições dos instrumentos de dívida das várias categorias de risco para o estado prejudicado/inadimplente são modeladas usando dados de operações sem garantia soberana do mundo todo, reunidos a partir de experiências documentadas de emissão de títulos de dívida sem garantia soberana classificados com níveis de risco similares; (ii) uma estimativa da taxa de perda (em caso de inadimplência) em geral é calculada com base na melhor estimativa da Administração acerca das perdas incorridas, que leva em consideração a experiência específica do Banco e referenciais externos, ou com base na taxa de perda em caso de inadimplência, calculada por agências externas de classificação de crédito para exposições similares onde o Banco tem experiência específica limitada, como nos casos de certos produtos de financiamento, tais como exposições subordinadas, para os quais o Banco atualmente usa as estimativas da Moody's. Com base (i) na probabilidade de inadimplência para cada categoria de risco, (ii) no nível de exposição de crédito em cada uma dessas categorias e (iii) na taxa de perda em caso de inadimplência, determina-se o nível exigido para a provisão coletiva para perdas.

O Banco tem provisões específicas para perdas com empréstimos prejudicados, que são avaliados e descritos individualmente, como descrito na Nota B.

A evolução da provisão para perdas com empréstimos e garantias nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 é demonstrada abaixo (em milhões):

	2014	**2013**	**2012**
Saldo, início do exercício	$255	$197	$175
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	118	58	22
Saldo, encerramento do exercício	$373	$255	$197
Composta de:			
Provisão para perdas com empréstimos	$370	$244	$180
Provisão para perdas com garantias[1]	3	11	17
Total	$373	$255	$197

[1] A provisão para perdas com garantias está incluída em Outros passivos no Balanço Patrimonial.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

A evolução da provisão para perdas com empréstimos e garantias por carteira nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 é demonstrada abaixo (em milhões):

Carteira com garantia soberana:

Provisão coletiva	2014	2013	2012
Saldo, início do exercício	$ 5	$ 4	$ 9
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	9	1	(5)
Saldo, encerramento do exercício	$ 14	$ 5	$ 4

Carteira sem garantia soberana:

Provisão específica	2014	2013	2012
Saldo, início do exercício	$ 88	$ 66	$ 41
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	95	22	25
Saldo, encerramento do exercício	$183	$ 88	$ 66

Provisão coletiva	2014	2013	2012
Saldo, início do exercício	$162	$127	$125
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	14	35	2
Saldo, encerramento do exercício	$176	$162	$127

Em 2014, 2013 e 2012, não houve alterações significativas na política do Banco no tocante à provisão para perdas com empréstimos e garantias. Exceto os empréstimos prejudicados na carteira sem garantia soberana, todos os empréstimos e garantias foram examinados coletivamente para verificar se havia algum prejudicado.

Reestruturações de dívidas problemáticas

O Banco não reescalona seus empréstimos com garantia soberana. A modificação de um empréstimo com garantia soberana é considerada uma reestruturação de uma dívida problemática quando o mutuário está enfrentando dificuldades financeiras e o Banco lhe ofereceu uma concessão.

Um empréstimo reestruturado é considerado prejudicado quando não tem desempenho de acordo com os termos do contrato de reestruturação. Um empréstimo reestruturado nos termos de uma reestruturação de dívidas problemáticas é considerado prejudicado até a sua extinção, mas não é declarado como tal após o ano da reestruturação quando o contrato de reestruturação especifica uma taxa de juros igual ou superior à taxa que o Banco estava disposto a aceitar na ocasião em que foi reestruturado na forma de um novo empréstimo com risco comparável, e o empréstimo não está prejudicado segundo os termos especificados no contrato de reestruturação.

Durante 2014 e 2013, não houve reestruturações de dívidas problemáticas nem inadimplências de pagamentos associadas a empréstimos modificados anteriormente em reestruturações de dívidas problemáticas. Em 2012, houve a reestruturação de um empréstimo sem garantia soberana classificado como prejudicado, cujo saldo era de US$ 52 milhões. A reestruturação foi implementada de acordo com um plano aprovado por uma maioria qualificada dos credores do mutuário no contexto de um processo de reestruturação com supervisão judicial. Como resultado, as principais modificações no contrato do empréstimo do Banco consistiram em um período adicional de carência, na prorrogação da data de amortização e na redução na taxa de juros para abaixo da taxa de mercado para um empréstimo com perfil de risco similar. O efeito imediato da reestruturação foi reduzir a provisão específica para a perda com o empréstimo em cerca de US$ 10 milhões.

Nota G – Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros, que totalizaram US$ 246 milhões e US$ 262 milhões em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, incluem notas à vista, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, do capital integralizado subscrito por um membro, assim como notas a prazo, não negociáveis e não remuneradas, recebidas como pagamento de obrigações de MV. Essas obrigações estão demonstradas como uma redução do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

Em 2009, o Banco chegou a um acordo com um de seus países membros mutuários acerca do saldo de suas obrigações de MV para com o Capital Ordinário, no valor de US$ 252 milhões, e aceitou um cronograma de pagamentos que previa dezesseis prestações anuais a partir de 2010. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo era de US$ 173 milhões (2013 — US$ 189 milhões).

Nota H – Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Imobilizado, líquido consistia no seguinte (em milhões):

	2014	2013
Imoblizado de uso, ao custo	$717	$668
Menos: depreciação acumulada	(339)	(314)
Total	$378	$354

Nota I – Captações

As captações de médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2014 consistiam em empréstimos, notas e obrigações em diversas moedas, com taxas de juros contratuais que variam entre 0,0% e 10,25%, antes dos swaps, e entre (0,47)% (equivalente à LIBOR-JPY para 3 meses menos 58 pontos-base) e 7,08%, depois dos swaps, com várias datas de vencimento até 2044. Uma

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

demonstração de captações e swaps de médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentada no Anexo I-4.

O Banco também tem um programa de captações de curto prazo (ou seja, o Programa de Notas com Deságio) mediante o qual são emitidas notas com deságio em valor mínimo de US$ 100.000 e vencimento não superior a 360 dias. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa média ponderada das captações de curto prazo era de 0,05% (2013 — 0,14%).

As despesas de captação foram reduzidas pelo componente de juros líquidos recebidos das respectivas operações de swap de captação no valor de US$ 1.671 milhões durante 2014 (2013 — US$ 1.672 milhões; 2012 — US$ 1.864 milhões).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o cronograma de vencimentos do saldo das captações de médio e longo prazo por ano de vencimento é o seguinte (em milhões):

2014		2013	
2015	$14.049	2014	$11.028
2016	13.654	2015	14.178
2017	11.559	2016	9.583
2018	11.350	2017	7.038
2019	8.249	2018	8.038
De 2020 a 2024	12.039	De 2019 a 2023	12.724
De 2025 a 2029	2.282	De 2024 a 2028	2.830
De 2030 a 2034	8	De 2029 a 2033	8
De 2035 a 2039	267	De 2034 a 2038	266
De 2040 a 2044	3.426	De 2039 a 2043	3.179
Total	$76.883	Total	$68.872

Nota J – Opção de valor justo

O Banco adotou a opção de valor justo prevista no GAAP para a maior parte de sua dívida de médio e longo prazo para reduzir a volatilidade do resultado decorrente da assimetria contábil anterior, de marcar a mercado os swaps de captação por meio da receita e, ao mesmo tempo, reconhecer todas as captações ao custo amortizado. Captações individuais são selecionadas para declaração de valor justo instrumento por instrumento. A seleção é feita no reconhecimento inicial de uma captação e, uma vez feita, não pode ser revogada. Contudo, as variações no valor justo dos swaps dos empréstimos do Banco continuam a causar volatilidade do resultado, pois não são compensadas por variações correspondentes no valor justo dos empréstimos, e todos os empréstimos do Banco são contabilizados ao custo amortizado. Para tratar dessa volatilidade do resultado, o Banco toma em consideração todos os seus instrumentos financeiros de longo prazo (ou seja, captações, empréstimos e derivativos) ao fazer suas seleções de opção de valor justo para captações.

As variações no valor justo das captações para as quais tenha sido feita a opção de valor justo estão refletidas na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, como se segure (em milhões):

	2014	2013	2012
Despesas de captação — Juros, depois dos swaps	$(1.503)	$(1.658)	$(1.932)
Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	1.257	3.623	(12)
Variações totais no valor justo refletidas em Lucro liquido	$ (246)	$ 1.965	$(1.944)

A diferença entre o valor justo e o saldo a amortizar do valor do principal de captações medidas ao valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era a seguinte (em milhões):

	2014	2013
Valor justo	$49.245[1]	$44.087[1]
Saldo do principal a amortizar	47.199	42.419
Valor justo sobre saldo do principal a amortizar	$ 2.046	$ 1.668

[1] Inclui juros acumulados de US$ 364 milhões e US$ 383 milhões em 2014 e 2013, respectivamente.

Nota K – Derivativos

Estratégia de gestão de riscos e uso de derivativos: A estratégia utilizada pelo Banco para a gestão de riscos financeiros foi concebida para reforçar sua capacidade para cumprir seus objetivos. Essa estratégia inclui principalmente a elaboração, implementação, atualização e monitoração do conjunto de políticas e diretrizes financeiras inter-relacionadas do Banco, bem como a utilização de instrumentos financeiros e estruturas organizacionais adequadas. O Banco enfrenta riscos resultantes das movimentações de mercado, principalmente variações nas taxas de juros e de câmbio, atenuados pelo quadro integrado de gestão de ativos e passivos. O objetivo do quadro de gestão de ativos e passivos é alinhar as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros de ativos e passivos de cada carteira de produtos de liquidez e financiamento, de acordo com os requisitos específicos daquele produto e dentro dos parâmetros de risco prescritos. Quando necessário, o Banco usa derivativos para alcançar esse alinhamento. Esses instrumentos, em sua maioria swaps cambiais e de taxa de juros, são usados principalmente para fins de hedge econômico, mas não são designados como instrumentos de hedge para fins contábeis.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Uma parte significativa das operações de captação atuais inclui swaps como hedge econômico de um passivo subjacente específico, produzindo a captação necessária (isto é, moeda e tipo de taxa de juros adequados). O Banco também usa swaps de empréstimos como hedge econômico para empréstimos remunerados a taxas fixas, taxas com custo de base fixa e em moedas locais, bem como swaps de investimentos que servem como hedge de um título subjacente usado como investimento e produzem o veículo apropriado para o investimento de caixa. Além disso, o Banco utiliza swaps de taxa de juros para manter o *duration* de seu patrimônio dentro da banda de 4 a 6 anos prescrita pela política.

Apresentação nas demonstrações contábeis: Todos os instrumentos derivativos são declarados ao valor justo. Os instrumentos derivativos do Banco e os respectivos ganhos e perdas são apresentados no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e na Demonstração do Resultado Abrangente, como se segue (em milhões):

Balanço Patrimonial

Derivativos não designados como instrumentos de hedge	Localização no Balanço Patrimonial	31 de dezembro de 2014[1] Ativo	31 de dezembro de 2014[1] Passivo	31 de dezembro de 2013[1] Ativo	31 de dezembro de 2013[1] Passivo
Swaps cambiais	Swaps cambiais e de taxa de juros Investimentos — Carteira de curto prazo	$ 111	$ 4	$ 84	$ 32
	Empréstimos	306	136	89	243
	Captações	1.319	1.534	2.119	1.354
	Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps, líquido	56	(97)	86	(88)
Swaps de taxa de juros	Swaps cambiais e de taxa de juros Investimentos — Carteira de curto prazo	25	37	26	51
	Empréstimos	2	740	14	510
	Captações	1.047	209	1.042	566
	Outros	51	9	66	18
	Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps, líquido	199	20	189	31
		$3.116	$2.592	$3.715	$2.717

[1] Os saldos refletidos são brutos, antes da liquidação da contraparte, de acordo com os contratos mestre de derivativos de liquidação vigentes.

Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e Demonstração do Resultado Abrangente

Derivativos não designados como instrumentos de hedge	Localização de Ganhos (perdas) com derivativos	Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2014	2013	2012
Swaps cambiais				
Investimentos — Carteira de curto prazo	Receita de investimentos: Juros	$ (13)	$ (17)	$ (19)
	Ganhos líquidos	14	22	22
	Outros lucros abrangentes — Ajustes de tradução	—	115	36
	Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	236	28	—
Empréstimos	Receita de empréstimos — Juros, depois dos swaps	(102)	(106)	(87)
	Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	349	192	(211)
Captações	Despesas de captação — Juros, depois dos swaps	837	941	1.068
	Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	(1.288)	(2.708)	280
	Outros lucros abrangentes — Ajustes de tradução	—	3	40
Swaps de taxa de juros				
Investimentos — Carteira de curto prazo	Receita de investimentos: Juros	(69)	(34)	(22)
	Ganhos líquidos	8	41	(5)
Empréstimos	Receita de empréstimos — Juros, depois dos swaps	(289)	(563)	(372)
	Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	(242)	1.023	(50)
Captações	Despesas de captação – Juros, depois dos swaps	804	731	796
	Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	389	(1.281)	(89)
	Outros lucros abrangentes — Ajustes de tradução	—	1	2
Outros	Outras receitas de juros	44	187	113
	Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	(6)	(231)	65
		$ 672	$(1.656)	$1.567

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Atualmente, o Banco não está obrigado a prestar garantias nos termos de seus contratos de instrumentos derivativos. Se a nota de crédito do Banco for rebaixada do atual nível AAA, aplicar-se-ão as exigências de prestação de garantias que o Banco terá de atender, previstas nos contratos de swap padrão, por contraparte. O valor justo agregado de todos os instrumentos derivativos com características contingentes relacionadas com risco de crédito que estavam em posição passiva em 31 de dezembro de 2014 totalizava US$ 612 milhões (2013 — US$ 1.053 milhões) (após consideração dos contratos globais de compensação de derivativos). Se sua nota de crédito fosse rebaixada um nível em relação à atual nota de crédito AAA, o Banco teria de prestar garantias no valor de US$ 155 milhões em 31 de dezembro de 2014 (2013 — US$ 512 milhões).

O quadro abaixo apresenta informações sobre os valores teóricos e contratuais dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhões). Swaps cambiais são demonstrados em seu valor de face e swaps de taxa de juros, ao valor teórico de cada ponta a pagar ou a receber. O Banco utiliza swaps de empréstimo para converter empréstimos em moedas locais para dólares dos Estados Unidos, e empréstimos com taxas fixas e taxas com custo de base fixa em taxas flutuantes. Inclusos na outra categoria estão os swaps de taxa de juros usados para manter o *duration* do patrimônio dentro dos limites da política. Para obter mais informações sobre swaps de investimento e captação, vide Anexos I-1 e I-4.

	31 de dezembro de 2014			
	Swaps cambiais		Swaps de taxa de juros	
Tipo de instrumento derivado/Tipo de taxa	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Investimentos				
Fixa	$ —	$ 2.094	$ —	$ 7.987
Ajustável	2.240	—	7.987	—
Empréstimos				
Fixa	—	1.347	57	8.837
Ajustável	3.142	1.592	8.837	57
Captações				
Fixa	17.929	107	46.074	348
Ajustável	1.502	20.291	3.969	48.335
Outros				
Fixa	—	—	2.453	400
Ajustável	—	—	400	2.453

	31 de dezembro de 2013			
	Swaps cambiais		Swaps de taxa de juros	
Tipo de instrumento derivado/Tipo de taxa	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Investimentos				
Fixa	$ —	$ 1.309	$ —	$ 4.936
Ajustável	1.470	91	4.936	—
Empréstimos				
Fixa	—	1.401	83	9.471
Ajustável	2.656	1.349	9.471	83
Captações				
Fixa	18.485	203	38.348	349
Ajustável	2.243	20.089	5.437	42.051
Outros				
Fixa	—	—	2.869	450
Ajustável	—	—	450	2.869

Os derivativos do Banco estão sujeitos a contratos globais de compensação (Contratos). O Banco adotou a prática contábil de apresentar todos os ativos e passivos derivativos em termos brutos. As informações brutas e líquidas sobre os derivativos do Banco sujeitos aos Contratos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes (em milhões):

	31 de dezembro de 2014			
	Valores brutos de ativos apresentados no Balanço Patrimonial[1]	Valores brutos não compensados no Balanço Patrimonial		
Descrição		Instrumentos financeiros	Garantias recebidas[3]	Valor líquido
Derivativos	$ 3.116	$ (1.980)	$ (1.015)	$ 121

	Valores brutos de passivos apresentados no Balanço Patrimonial[2]	Valores brutos não compensados no Balanço Patrimonial		
Descrição		Instrumentos financeiros	Garantias empenhadas	Valor líquido
Derivativos	$ (2.592)	$ 1.980	$ —	$ (612)

	31 de dezembro de 2013			
	Valores brutos de ativos apresentados no Balanço Patrimonial[1]	Valores brutos não compensados no Balanço Patrimonial		
Descrição		Instrumentos financeiros	Garantias recebidas[3]	Valor líquido
Derivativos	$ 3.715	$ (1.665)	$ (1.876)	$ 174

	Valores brutos de passivos apresentados no Balanço Patrimonial[2]	Valores brutos não compensados no Balanço Patrimonial		
Descrição		Instrumentos financeiros	Garantias empenhadas	Valor líquido
Derivativos	$ (2.717)	$ 1.665	$ —	$ (1.052)

[1] Inclui juros acumulados no valor de US$ 255 milhões e US$ 275 milhões, em 2014 e 2013, respectivamente, apresentados no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps, líquido.
[2] Inclui juros acumulados de US$ (77) milhões e US$ (57) milhões, em 2014 e 2013, respectivamente, apresentados no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados – Sobre swaps, líquido.
[3] Inclui garantias em numerário no valor de US$ 398 milhões (2013 — US$ 229 milhões). Os demais valores representam Obrigações do Tesouro dos EUA recebidas como garantias e não incluídas no Balanço Patrimonial pelo Banco.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

O Banco celebra swaps e outros derivativos de balcão diretamente com as contrapartes em operações financeiras. Esses derivativos são celebrados nos termos de documentos de relacionamento comercial baseados em formulários padrão da International Swaps and Derivatives Association (ISDA), sobretudo Contratos Mestre da ISDA (Contratos ISDA).

Disposições de liquidação por compensação obrigatória
As disposições de liquidação por compensação obrigatória dos Contratos ISDA preveem o cálculo de um valor global único na extinção antecipada de operações após a ocorrência de um evento de inadimplência ou liquidação. As disposições de compensação dos Contratos ISDA permitem que a parte não inadimplente determine se a compensação se aplica e, em caso positivo, que qualquer valor global calculado após a extinção antecipada das operações e a pagar pela parte não inadimplente à outra parte seja deduzido de eventuais valores devidos pela outra parte à parte não inadimplente nos termos dos contratos celebrados. Essa compensação, caso se aplique às circunstâncias de uma determinada extinção antecipada, efetivamente reduz o valor a pagar pela parte não inadimplente nos termos do respectivo Contrato ISDA.

Termos dos contratos de garantia
Atualmente, o Banco não está obrigado a prestar garantias nos termos de seus Contratos ISDA. O desempenho das obrigações das contrapartes do Banco pode ser respaldado pelas garantias prestadas nos termos de um anexo de apoio ao crédito (CSA). O CSA oferece apoio ao crédito para garantir a exposição de marcação a mercado do Banco às suas contrapartes na forma de dólares dos EUA e Obrigações do Tesouro dos EUA. O Banco pode vender, empenhar, re-hipotecar ou tratar essas garantias de qualquer outra forma, como sua propriedade, onde permitido, sujeito apenas à obrigação de (i) devolver as garantias e (ii) repassar distribuições referentes a qualquer garantia não monetária.

Em caso de inadimplência, o Banco pode exercer certos direitos e provimentos referentes às garantias. Entre esses direitos figuram: (i) todos os direitos e provimentos disponíveis a uma parte garantida; (ii) o direito de compensar certos valores a pagar pela contraparte, referentes a quaisquer obrigações, com quaisquer garantias detidas pelo Banco; e (iii) o direito de liquidar quaisquer garantias detidas pelo Banco.

O Banco classifica garantias recebidas em numerário em Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois essas garantias estão relacionadas principalmente com swaps de captações.

Nota L – Medições ao valor justo
O quadro de medição do valor justo cria uma hierarquia de valor justo que prioriza os dados utilizados pelas técnicas de avaliação na medição do valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

Nível 1 — Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2 — Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos para ativos ou passivos idênticos ou similares; ou modelos de precificação para os quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;
Nível 3 — Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis.

Os instrumentos de investimento do Banco avaliados exclusivamente com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, que é uma técnica de avaliação condizente com a abordagem de mercado, podem incluir obrigações dos Estados Unidos e de certos outros governos soberanos. Esses instrumentos são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Praticamente todos os demais instrumentos de investimento do Banco são avaliados com base em preços cotados em mercados não ativos, em cotações externas, quando disponíveis, preços solicitados a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando dados observáveis no mercado e fluxos de caixa descontados. Essas metodologias se aplicam a investimentos em títulos emitidos por governos e órgãos públicos, títulos de entidades subnacionais e supranacionais, títulos de empresas privadas, títulos lastreados em ativos e hipotecas, obrigações bancárias e instrumentos derivativos financeiros correlatos (principalmente swaps cambiais e de taxa de juros). Esses instrumentos são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e medidos ao valor justo usando técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e rendimento.

A principal metodologia das cotações externas envolve uma "abordagem de mercado" que exige um volume predeterminado de atividade de preços de mercado para o desenvolvimento de um preço composto. Os preços de mercado utilizados são fornecidos por operações em boa ordem executadas no mercado relevante; as operações que não são executadas em boa

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

ordem ou que são executadas em mercados externos são excluídas no cálculo do preço composto. Outras cotações externas usam modelos de precificação avaliada que variam por categoria de ativo e, na preparação de avaliações, usam informações disponíveis no mercado por intermédio de curvas de referencial, de títulos similares usados como referências, agrupamento por setores e precificação por matrizes.

Os títulos usados como investimento também são avaliados pelos preços obtidos de corretoras e distribuidoras. Os preços das corretoras e distribuidoras podem se basear em diversos tipos de dados, que vão de preços observados a modelos de avaliação exclusivos. O Banco analisa os preços fornecidos pelas corretoras/distribuidoras, para verificar se são razoáveis, calculando estimativas de valor justo com técnicas internas de avaliação baseados em dados observáveis no mercado.

As captações de médio e longo prazo escolhidas para a opção de valor justo e todos os swaps cambiais e de taxa de juros são avaliados pelo uso de modelos quantitativos, inclusive modelos de fluxos de caixa descontados, bem como técnicas mais avançadas de modelagem de opções, quando necessário, dependendo das estruturas específicas dos instrumentos. Esses modelos e técnicas exigem o uso de múltiplos grupos de dados do mercado, inclusive curvas de rendimento do mercado e/ou taxas de câmbio, taxas de juros, margens, volatilidades e correlações. Os dados de mercado significativos são observáveis durante o prazo total dos instrumentos. O Banco, de acordo com as exigências do quadro de medição do valor justo, considera o impacto de sua própria nota de crédito na avaliação de seus passivos. Esses instrumentos são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo, já que os dados significativos usados nos modelos são observáveis, e medidos ao valor justo usando técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e rendimento.

Eventuais instrumentos de investimento, captação e swap do Nível 3 são avaliados com as melhores estimativas da Administração, que usam as informações disponíveis, inclusive (i) cotações externas, quando disponíveis, ou preços de corretoras/distribuidoras; quando há menos liquidez, um preço cotado fica desatualizado ou os preços entre corretoras e distribuidoras apresentam uma variação muito grande, outras técnicas de avaliação podem ser usadas (como uma combinação de abordagem de mercado e de rendimento) e (ii) curvas de rendimento de mercado de outros instrumentos, substituindo as curvas de rendimento dos instrumentos, para as captações e os respectivos swaps. Essas metodologias representam técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de rendimento e mercado.

Os quadros abaixo apresentam os ativos e passivos financeiros do Banco contabilizados ao seu valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por nível, dentro da hierarquia de valor justo (em milhões). De acordo com as exigências do quadro de medição do valor justo, os ativos e passivos financeiros são integralmente classificados com base no mais baixo nível de dados significativos para sua medição ao valor justo.

Ativos financeiros:

Ativos	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2014[1]	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos — Carteira de curto prazo:				
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	$ 5.435	$4.935	$ 500	$—
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA	599	—	599	—
Obrigações de governos, exceto dos EUA	3.959	1.043	2.916	—
Obrigações de órgãos, exceto dos EUA	9.427	—	9.427	—
Obrigações de governos subnacionais, exceto dos EUA	1.667	—	1.667	—
Obrigações de entidades supranacionais	1.430	—	1.430	—
Obrigações de bancos[2]	4.054	—	4.054	—
Títulos privados	423	—	423	—
Títulos lastreados em hipotecas	345	—	345	—
Títulos lastreados em ativos	110	—	95	15
Total de investimentos — Carteira de curto prazo	27.449	5.978	21.446	15
Swaps cambiais e de taxa de juros	3.116	—	3.116	—
Total	$30.565	$5.978	$24.572	$ 15

[1] Representa o valor justo dos ativos em referência, inclusive juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados — Sobre investimentos, de US$ 54 milhões para investimentos de curto prazo, e em Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps, excluindo-se US$ 255 milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.

[2] Podem incluir notas e obrigações bancárias, certificados de depósito bancário, papeis comerciais e depósitos de curtíssimo prazo.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Ativo	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2013[1]	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos – Carteira de curto prazo:				
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	$ 6.073	$6.073	$ —	$—
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA	207	—	207	—
Obrigações de governos, exceto dos EUA	2.196	332	1.864	—
Obrigações de órgãos, exceto dos EUA	5.877	—	5.877	—
Obrigações de governos subnacionais, exceto dos EUA	949	—	949	—
Obrigações de entidades supranacionais	1.360	—	1.360	—
Obrigações de bancos[2]	3.527	—	3.527	—
Títulos privados	147	—	147	—
Títulos lastreados em hipotecas	489	—	489	—
Títulos lastreados em ativos	228	—	208	20
Total de investimentos — Carteira de curto prazo	21.053	6.405	14.628	20
Swaps cambiais e de taxa de juros	3.715	—	3.715	—
Total	$24.768	$6.405	$18.343	$20

[1] Representa o valor justo dos ativos em referência, inclusive juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados — Sobre investimentos, de US$ 38 milhões para investimentos de curto prazo, e em Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps, excluindo-se US$ 275 milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.
[2] Podem incluir notas e obrigações bancárias, certificados de depósito bancário, papeis comerciais e depósitos de curtíssimo prazo.

Passivos financeiros:

Passivo	Medições ao valor justo em 31 de dezembro de 2014[1]	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Captações medidas ao valor justo	$49.245	$—	$49.245	$—
Swaps cambiais e de taxa de juros	2.592	—	2.592	—
Total	$51.837	$—	$51.837	$—

[1] Representa o valor justo dos passivos em referência, inclusive juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros acumulados sobre captações, de US$ 383 milhões, e em Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps,excluindo-se US$ (57) milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.

Passivo	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2013[1]	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Captações medidas ao valor justo	$44.087	$—	$44.087	$—
Swaps cambiais e de taxa de juros	2.717	—	2.717	—
Total	$46.804	$—	$46.804	$—

[1] Representa o valor justo dos passivos em referência, inclusive juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros acumulados sobre captações, de US$ 383 milhões, e em Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps,excluindo-se US$ (57) milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de investimentos incluía US$ 15 milhões (2013 — US$ 20 milhões) em títulos classificados como Nível 3. As informações de preço desses títulos não são desenvolvidas nem ajustadas pelo Banco, sendo obtidas como cotações externas.

Os dados significativos não observáveis usados nas medições ao valor justo dos investimentos do Banco em títulos lastreados em ativos, classificados como Nível 3, são taxas de pagamento antecipado, probabilidade de inadimplência e gravidade da perda em caso de inadimplência. Aumentos (reduções) significativos em qualquer desses dados isoladamente resultariam em uma medição bem menor (maior) do valor justo. Em geral, uma variação no pressuposto usado no cálculo da probabilidade de inadimplência é acompanhada de uma variação direcionalmente similar no pressuposto usado para a gravidade da perda e de uma variação direcionalmente oposta no pressuposto usado para taxas de pagamento antecipado.

A Divisão de Tesouraria é responsável pelas avaliações de marcação a mercado para fins de demonstração contábil de investimentos, captações e derivativos, inclusive aqueles com dados significativos não observáveis e relatórios ao Tesoureiro do Banco. A Divisão de Contabilidade é responsável por acompanhar, controlar, registrar e declarar valores justos referentes a investimentos, captações e todos os derivativos. Os dois grupos trabalham em estreita coordenação para verificar se os valores justos são razoáveis. O acompanhamento inclui, entre outros aspectos, a validação baseada nos valores da contraparte, modelos desenvolvidos internamente e cotações independentes de preços para instrumentos similares, quando disponíveis.

Os quadros abaixo mostram uma conciliação dos saldos iniciais e finais de todos os ativos financeiros medidos ao seu valor justo de forma recorrente, usando dados significativos não observáveis (Nível 3) para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (em milhões). Não havia passivos financeiros de Nível 3 em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Ativos financeiros:

	Medições ao valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014		
	Investimentos — Carteira de curto prazo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício	$20	$—	$20
Total de ganhos incluídos em Lucro líquido[1]	2	—	2
Liquidações	(7)	—	(7)
Saldo, encerramento do exercício	$15	$—	$15
Total de ganhos para o exercício refletidos em Lucro líquido atribuível à alteração em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda em carteira no encerramento do exercício[1]	$ 1	$—	$ 1

	Medições ao valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013		
	Investimentos — Carteira de curto prazo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício	$ 76	$—	$ 76
Total de ganhos incluídos em Lucro líquido[1]	18	—	18
Liquidações	(74)	—	(74)
Saldo, encerramento do exercício	$ 20	$—	$ 20
Total de ganhos para o exercício refletidos em Lucro líquido atribuível à alteração em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda em carteira no encerramento do exercício[1]	$ 9	$—	$ 9

	Medições ao valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012		
	Investimentos — Carteira de curto prazo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício	$ 75	$—	$ 75
Total de ganhos refletidos em:			
Lucro líquido[1]	22	—	22
Outros lucros abrangentes	1	—	1
Liquidações	(22)	—	(22)
Saldo, encerramento do exercício	$ 76	$—	$ 76
Ganhos totais para o exercício refletidos em Lucro líquido atribuível à alteração em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda em carteira no encerramento do exercício[1]	$ 22	$—	$ 22

[1] Ganhos em ativos financeiros de Nível 3 são divulgados em Receita de investimentos — Ganhos líquidos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Não houve transferências entre níveis durante 2014, 2013 e 2012, para títulos em carteira no encerramento desses exercícios. A política do Banco para transferências entre níveis é refletir essas transferências no início do período.

O Banco contabiliza seus empréstimos e certas captações ao custo amortizado, com declarações do valor justo correspondente incluídas na Nota X — Valores justos de instrumentos financeiros.

O valor justo da carteira de empréstimos, que totalizava cerca de US$ 77.053 milhões em 31 de dezembro de 2014 (US$ 72.256 milhões em 31 de dezembro de 2013) foi calculado aplicando-se um método de fluxos de caixa descontados (abordagem de rendimento) pelo qual os fluxos de caixa são descontados com base em (i) curvas de rendimento de mercado pertinentes, ajustadas ao custo de captação do Banco mais sua margem de financiamento, para empréstimos com garantia soberana, e (ii) curvas de rendimento de mercado compatíveis com nota de crédito equivalente da S&P para o mutuário, para empréstimos sem garantia soberana. O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar o desenvolvimento em países da América Latina e do Caribe e não vende seus empréstimos nem acredita que haja um mercado comparável para seus empréstimos. Portanto, essa metodologia foi desenvolvida com base em pressupostos de avaliação que, na opinião da Administração, um participante no mercado em uma suposta operação utilizaria para precificar os empréstimos do Banco. O Banco considera que, no caso de seus empréstimos com garantia soberana, as instituições de financiamento multilateral com a mesma missão de desenvolvimento do Banco

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

seriam os supostos participantes no mercado mais apropriados para o Banco vender seus empréstimos em uma operação em boa ordem. Entre os pressupostos de avaliação aplicados figuram dados observáveis, como as curvas de rendimento de mercado que se baseiam principalmente na taxa LIBOR, e dados não observáveis, tais como pressupostos internos de risco de crédito. Como os dados não observáveis são considerados significativos, a declaração do valor justo da carteira de empréstimos do Banco foi classificada como Nível 3.

O valor justo das captações contabilizadas ao custo amortizado, que totalizava cerca de US$ 28.963 milhões em 31 de dezembro de 2014 (US$ 24.869 milhões em 31 de dezembro de 2013) foi calculado com base nos mesmos dados e técnicas de avaliação mencionadas acima para as captações contabilizadas ao valor justo. Essas técnicas de avaliação baseiam-se em fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação (abordagem de rendimento) e usam dados observáveis do mercado. Assim sendo, a declaração do valor justo das captações contabilizadas ao custo amortizado é considerada de Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Nota M – Risco de crédito comercial

Risco de crédito comercial é a exposição a perdas que poderiam resultar da inadimplência de uma das contrapartes do Banco em investimentos, operações financeiras ou derivativos. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. O objetivo principal da gestão de ativos líquidos é a manutenção de uma exposição conservadora a riscos de crédito, mercado e liquidez. Assim sendo, o Banco investe apenas em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por governos nacionais e subnacionais, órgãos públicos, entidades supranacionais, bancos e empresas, inclusive em títulos lastreados em ativos e hipotecas, como discutido em mais detalhes na Nota D — Investimentos. Além disso, o Banco limita suas atividades no mercado de capitais a contrapartes, emissores e distribuidores autorizados, selecionados com base nas políticas de gestão de riscos do Banco, e estabelece limites de exposição e prazo para essas contrapartes, emissores e distribuidores, com base em seu porte e nota de crédito.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, financiamento, captação e gestão de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente swaps cambiais e de taxa de juros, sobretudo para fins de hedge econômico. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de derivativos e tem contratos globais de derivativos com disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos globais também preveem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de marcação ao mercado exceda certos patamares contratuais. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em derivativos entre em inadimplência. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha recebido garantias qualificadas (Títulos do Tesouro dos EUA ou disponibilidades) no valor de US$ 1.226 milhões (2013 — US$ 2.083 milhões), nos termos de seus contratos globais de derivativos.

As exposições de crédito com derivativos apresentadas abaixo representam o potencial de perda máximo, com base no valor justo bruto dos instrumentos financeiros, sem considerar disposições de liquidação por compensação obrigatória em contratos globais de derivativos, que o Banco incorreria se as partes dos instrumentos financeiros derivativos totalmente descumprissem os termos dos contratos e se a garantia ou outra eventual caução para o valor devido demonstrasse ser desprovida de valor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, essas exposições de crédito, antes da consideração dos eventuais contratos globais de derivativos ou garantias fornecidas, totalizavam (em milhões):

	2014	2013
Investimentos — Carteira de curto prazo		
Swaps cambiais	$ 107	$ 82
Swaps de taxa de juros	20	23
Carteira de empréstimos		
Swaps cambiais	291	78
Swaps de taxa de juros	2	14
Carteira de captações		
Swaps cambiais	1.397	2.220
Swaps de taxa de juros	1.266	1.234
Outros		
Swaps de taxa de juros	53	69

Nota N – Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores

Como parte do nono aumento geral de recursos do Banco (BID-9), a Assembleia de Governadores aprovou, em princípio e sujeito a aprovações anuais da Assembleia de Governadores, e em conformidade com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio), a disponibilização de US$ 200 milhões anuais para transferências de receitas do Capital Ordinário para o Fundo Não Reembolsável do BID de 2011 a 2020. Em sua Reunião Anual na Bahia, Brasil, em março de 2014, a Assembleia de Governadores aprovou a transferência de US$ 200 milhões correspondente a 2014.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota O – Programas especiais a desembolsar

Segue-se um sumário das variações em Programas especiais a desembolsar para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhões):

	2014	2013
Programas especiais a desembolsar em 1º de janeiro	$ 239	$201
Programas especiais aprovados	116	139
Cancelamentos	(9)	(8)
Programas especiais, líquido	107	131
Desembolsos	(102)	(93)
Programas especiais a desembolsar em 31 de dezembro	$ 244	$239

Nota P – Capital e poder de voto

Capital

O BID-9 entrou em vigor em 29 de fevereiro de 2012, permitindo um aumento de US$ 70.000 milhões no Capital Ordinário do Banco, que está sendo subscrito pelos países membros em cinco parcelas anuais desde 2012. Desse valor, US$ 1.700 milhões constituem capital integralizado e o restante, capital exigível. Dois países membros, Países Baixos e Venezuela, não subscreveram suas ações, disponibilizando a parcela de suas ações a outros acionistas. Posteriormente, a Assembleia de Governadores do Banco redistribui a íntegra dessas ações a outros países membros.

Em 28 de fevereiro de 2014, a data de efetivação da terceira parcela, foram efetivadas 1.366.740 ações no valor de US$ 16.487 milhões (US$ 416 milhões integralizados; US$ 16.071 exigíveis), após a troca de ações temporárias exigíveis pelo Canadá. O valor total das ações representava: (i) 1.044.438 ações da terceira parcela do BID-9; (ii) 206.412 ações redistribuídas da Venezuela e dos Países Baixos; e (iii) 115.890 ações subscritas na primeira e segunda parcelas, mas não efetivadas até 28 de fevereiro de 2014 para manter a conformidade com os respectivos requisitos de poder mínimo de voto previsto no Convênio.

As datas de efetivação das três primeiras parcelas do aumento de recursos do Capital Ordinário foram 29 de fevereiro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013 e 2014. As duas parcelas restantes serão efetivadas no último dia de fevereiro de 2015 e 2016.

Em 2009, o Canadá subscreveu 334.887 ações do capital exigível sem direito a voto. Os termos e as condições da subscrição do Canadá estipulam que a subscrição seja temporária e concedem ao Canadá o direito de substituir sua subscrição temporária por ações emitidas nos termos de um futuro aumento do capital, na respectiva data de efetivação. Assim, quando o BID-9 entrou em vigor, o Canadá exerceu seu direito e, em 31 de dezembro de 2014, substituiu um total de 135.909 ações exigíveis sem direito a voto, no valor de US$ 1.640 milhões, por uma quantidade equivalente de ações exigíveis com direito a voto. Além disso, em julho de 2014, o Canadá devolveu 83.722 ações exigíveis no valor de US$ 1.010 milhões. A quantidade total de ações exigíveis sem direito a voto será substituída ou devolvida até o fim de 2015.

O Anexo I-5 traz uma demonstração das subscrições de capital. As mudanças no capital subscrito durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram as seguintes (em milhões, exceto as informações referentes a ações):

	Capital subscrito			
	Ações	Integralizado	Exigível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	9.688.828	$4.640	$112.240	$116.880
Subscrições em 2013	1.026.851	301	12.087	12.388
Devolução de capital exigível pelo Canadá	(40.358)	—	(487)	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.675.321	4.941	123.840	128.781
Subscrições em 2014	1.421.933	416	16.737	17.153
Devolução de capital exigível pelo Canadá	(55.193)	—	(666)	(666)
Devolução de capital exigível pelo Canadá	(83.722)	—	(1.010)	(1.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.958.339	$5.357	$138.901	$144.258

Poder de voto

De acordo com o Convênio, cada país membro tem direito a 135 votos, mais um voto por ação do Banco com direito a voto detida pelo país. O Convênio também estipula que nenhum aumento nas subscrições de capital de qualquer país membro poderá reduzir o poder de voto dos países membros regionais em desenvolvimento para menos de 50,005%, dos Estados Unidos para menos de 30% e do Canadá para menos de 4% do total dos direitos de voto, deixando disponível para os membros extrarregionais o poder de voto de até 15,995%, inclusive cerca de 5% para o Japão.

O total de subscrições de capital e o poder de voto dos países membros em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados na Demonstração das Subscrições de Capital e Poder de Voto, no Anexo I-6.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota Q – Lucros retidos

A composição de Lucros retidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte (em milhões):

	2014	2013
Reserva geral	$15.582	$15.034
Reserva especial	2.665	2.665
Total	$18.247	$17.699

Nota R – Outros lucros abrangentes acumulados

Atualmente, Outros lucros (prejuízos) abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente compreendem basicamente os efeitos da contabilização de pensões e benefícios pós-aposentadoria de pensão. Consulte a Note B – Resumo das principais políticas contábeis, Contabilização de valores expressos em moeda estrangeira, para obter mais informações. Segue-se um sumário das variações em Outros lucros abrangentes acumulados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (em milhões):

	Distribuição de ajustes de tradução			
	Reserva geral	Reserva especial	Ajustes em pensões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	$1.020	$(100)	$ (953)	$ (33)
Ajustes de tradução	(8)	—	—	(8)
Reconhecimento de variações em ativos e passivos de planos de benefícios pós-aposentadoria:				
Perdas atuariais líquidas	—	—	(346)	(346)
Reclassificação para resultado— amortização do				
Custo de serviço anterior	—	—	8	8
Perdas atuariais líquidas	—	—	46	46
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.012	(100)	(1.245)	(333)
Ajustes de tradução	(1)	—	—	(1)
Reconhecimento de variações em ativos e passivos de planos de benefícios pós-aposentadoria:				
Ganhos atuariais líquidos	—	—	1.401	1.401
Reclassificação para resultado— amortização do				
Custo de serviço anterior	—	—	1	1
Perdas atuariais líquidas	—	—	105	105
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.011	(100)	262	1.173
Reconhecimento de variações em ativos e passivos de planos de benefícios pós-aposentadoria:				
Crédito de serviço anterior	—	—	22	22
Perdas atuariais líquidas	—	—	(772)	(772)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	$1.011	$(100)	$ (488)	$ 423

A amortização do custo (crédito) de serviço anterior e de eventuais ganhos e perdas atuariais líquidas é um componente do custo periódico líquido dos benefícios declarados em Despesas administrativas na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. Vide informações adicionais na Nota T — Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria.

Nota S – Ajustes líquidos ao valor justo das carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira

Os ajustes líquidos ao valor justo em ganhos e perdas das carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 compreendem (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Ajustes ao valor justo — ganhos (perdas)[1]			
Captações	$1.257	$ 3.623	$ (12)
Derivativos			
Swaps para captações	(899)	(3.989)	191
Swaps para empréstimos	107	1.215	(261)
Swaps de *equity duration*	(6)	(231)	65
Ganhos (perdas) com operações cambiais relativas a captações e empréstimos, a o custo amortizado, e outros	(363)	8	211
	$ 96	$ 626	$ 194

[1] Os valores refletem ganhos e perdas com operações cambiais, conforme detalhes abaixo.

Os ajustes líquidos ao valor justo, no valor de US$ 96 milhões (2013 — US$ 626 milhões; 2012 — US$ 194 milhões), estão relacionados, em grande medida, com variações no valor justo de: (i) captações ao valor justo, resultantes de variações nas margens de crédito do próprio Banco; (ii) swaps de empréstimos e certas captações, resultantes de variações nas taxas de juros em USD, que não são compensadas por variações no valor dos respectivos empréstimos e captações, por não serem registrados ao valor justo; e (iii) swaps de *equity duration*, resultantes de variações nas taxas de juros em USD. Além disso, em 2013, o Banco realizou ganhos no valor de US$ 125 milhões gerados com a liquidação de swaps de *equity duration* como resultado da gestão de *equity duration*, assim como perdas no valor de US$ 232 milhões decorrentes da liquidação de swaps de empréstimos como resultado de pagamentos adiantados de empréstimos. Esses valores foram reclassificados de Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira para Receita de empréstimos — Juros, depois dos swaps, respectivamente, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

O Banco atua em várias moedas. Contudo, uma parte substancial dos ativos e passivos depois dos swaps está denominada em dólares dos Estados Unidos. O Banco minimiza o risco de taxa de câmbio casando as moedas de seu passivo e ativo, mantendo substancialmente todo o seu patrimônio em dólares dos Estados Unidos. Portanto, flutuações cambiais têm um impacto mínimo nos lucros. Os impactos de flutuações cambiais, que estão refletidos no quadro acima, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, são os seguintes (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Ganhos (perdas) com operações cambiais:			
Captações, ao valor justo	$ 1.730	$1.803	$(241)
Derivativos, ao valor justo			
Swaps para captações	(1.699)	(1.916)	228
Swaps para empréstimos	327	94	(186)
	358	(19)	(199)
Ganhos (perdas) com operações cambiais relativas a:			
Captações ao custo amortizado	80	85	30
Empréstimos	(338)	(94)	181
Outros	(105)	17	—
	(363)	8	211
Total	$ (5)	$ (11)	$ 12

Nota T – Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria

O Banco mantém dois planos de aposentadoria com benefícios definidos (Planos), que oferecem benefícios de pensão a funcionários do Banco e da CII: o Plano de Aposentadoria dos Funcionários (SRP), para seus funcionários internacionais, e o Plano de Aposentadoria Local (LRP), para os funcionários nacionais das representações nos diversos países. Os Planos são financiados por contribuições dos funcionários, do Banco e da CII, de acordo com as disposições dos próprios Planos. Todas as contribuições aos Planos feitas pelo Banco e pela CII são irrevogáveis e são mantidas separadamente em fundos destinados exclusivamente para o pagamento dos benefícios concedidos pelos Planos.

O Banco também presta assistência médica e hospitalar aos aposentados, além de certos outros benefícios. Todos os funcionários que se aposentam e recebem uma pensão mensal do Banco ou da CII, e que atendem a certas exigências, fazem jus a benefícios pós-aposentadoria. Os aposentados contribuem para o plano de saúde do Banco com base em uma tabela de prêmios estabelecida. O Banco e a CII contribuem com o restante dos custos futuros dos benefícios pós-aposentadoria, calculados com base em um método atuarial, nos termos do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PRBP). Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PRBP sejam propriedade do Banco, esses valores são mantidos e administrados separadamente dos outros ativos do Banco, exclusivamente para fins de pagamento dos benefícios nos termos do PRBP.

Tanto o Banco como a CII participam do SRP e do PRBP e, portanto, cada empregador apresenta sua própria parcela desses planos. Os valores apresentados abaixo refletem a participação do Banco nos custos, ativos e obrigações dos Planos e do PRBP.

Obrigações e posição de financiamento

O Banco usa o dia 31 de dezembro como data de medição para os Planos e para o PRBP. O quadro abaixo resume a parcela do Banco na movimentação das obrigações por benefícios, da movimentação dos ativos dos Planos e da posição de financiamento dos Planos e do PRBP, bem como os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (em milhões):

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Variação nas obrigações por benefícios						
Obrigações por benefícios, início do exercício	$3.251	$3.868	$3.277	$1.526	$1.817	$1.524
Custo do serviço	80	117	86	43	59	47
Custo dos juros	154	152	150	75	72	73
Transferências líquidas para o plano	1	2	1	—	—	—
Contribuições dos participantes do plano	25	25	23	—	—	—
Subsídio recebido para medicamentos de aposentados	—	—	—	—	—	1
Alteração do plano	—	—	—	(22)	—	—
Benefícios pagos	(123)	(119)	(115)	(34)	(34)	(32)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos	486	(794)	446	352	(388)	204
Obrigações por benefícios, encerramento do exercício	3.874	3.251	3.868	1.940	1.526	1.817
Variação nos ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	3.529	3.208	2.851	1.467	1.324	1.154
Transferências líquidas para o plano	1	2	1	—	—	—
Retorno efetivo sobre os ativos do plano	231	338	397	123	142	167
Contribuições do empregador	52	75	51	28	35	35
Contribuições dos participantes do plano	25	25	23	—	—	—
Benefícios pagos	(123)	(119)	(115)	(34)	(34)	(32)
Valor justo dos ativos do plano, encerramento do exercício	3.715	3.529	3.208	1.584	1.467	1.324
Posição de financiamento, encerramento do exercício	$ (159)	$ 278	$ (660)	$ (356)	$ (59)	$ (493)
Os valores reconhecidos em Outros lucros abrangentes acumulados consistem em:						
Ganhos (perdas) atuariais líquidos	$ 263	$ (196)	$ 826	$ 247	$ (66)	$ 418
Custo (crédito) de serviço anterior	—	—	1	(22)	—	—
Valor líquido reconhecido	$ 263	$ (196)	$ 827	$ 225	$ (66)	$ 418

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Passivos referentes a planos de benefícios pós-aposentadoria apresentados no Balanço Patrimonial compreendem a posição de financiamento dos planos de benefícios que estão subfinanciados. Em 2014, todos os planos de benefícios estavam subfinanciados, com o valor justo agregado de US$ 5.299 milhões para os ativos dos planos e de US$ 5.814 milhões para as obrigações por benefícios, contribuindo para o passivo total de US$ 515 milhões. Em 2013, o LRP e o PRBP estavam subfinanciados, com o valor justo agregado de US$ 1.623 milhões para os ativos dos planos e de US$ 1.696 milhões para as obrigações por benefícios, contribuindo para o passivo total de US$ 73 milhões.

A obrigação acumulada por benefícios dos Planos, que exclui o efeito de aumentos futuros de salários, era de US$ 3.488 milhões, US$ 2.949 milhões e US$ 3.345 milhões em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, respectivamente.

Durante 2014, o valor justo dos ativos dos Planos e do PRBP foi particularmente beneficiado por fortes retornos de ações de empresas dos EUA, títulos imobiliários públicos e privados, assim como classes de ativos de renda fixa de *duration* longo. Os retornos dos ativos dos Planos foram ligeiramente superiores ao retorno esperado de 6,75%, mas o valor líquido presente dos passivos de pensão aumentou, em grande medida, como resultado da redução nas taxas de juros do mercado. Como resultado, a posição de financiamento de cada Plano diminuiu em relação aos níveis do ano anterior.

O custo periódico líquido dos benefícios, reconhecido em Despesas administrativas, e outras variações nos ativos dos planos e nas obrigações por benefícios, reconhecidas em Outros lucros (prejuízos) abrangentes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, consistem nos seguintes componentes (em milhões):

Custo periódico líquido dos benefícios:

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Custo do serviço	$ 80	$ 117	$ 86	$ 43	$ 59	$ 47
Custo dos juros	154	152	150	75	72	73
Retorno esperado dos ativos do plano	(204)	(186)	(183)	(85)	(77)	(75)
Amortização de:						
Custo de serviço anterior	—	1	1	—	—	7
Perdas atuariais líquidas	—	75	31	—	30	15
Custo periódico líquido dos benefícios	$ 30	$ 159	$ 85	$ 33	$ 84	$ 67
Composto de:						
Parcela do Capital Ordinário	$ 29	$ 154	$ 82	$ 32	$ 81	$ 65
Parcela do FOE	1	5	3	1	3	2

Outras variações nos ativos do plano e nas obrigações por benefícios reconhecidas em Outros lucros (prejuízos) abrangentes:

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Ganhos (perdas) atuariais líquidos	$459	$ (947)	$233	$313	$(454)	$113
Crédito de serviço anterior	—	—	—	(22)	—	—
Amortização de:						
Custo de serviço anterior	—	(1)	(1)	—	—	(7)
Perdas atuariais líquidas	—	(75)	(31)	—	(30)	(15)
Total reconhecido em Outros lucros (prejuízos) abrangentes	$459	$(1.023)	$201	$291	$(484)	$ 91
Total reconhecido em Custo periódico líquido dos benefícios e Outros lucros (prejuízos) abrangentes	$489	$ (864)	$286	$324	$(400)	$158

O Banco distribui o custo periódico líquido dos benefícios entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma porcentagem de distribuição aprovada pela Assembleia de Governadores para despesas administrativas.

O Banco estima que perdas atuariais líquidas no valor de US$ 28 milhões e US$ 23 milhões serão amortizadas com recursos de Outros lucros abrangentes acumulados a serem aplicados ao custo periódico líquido dos benefícios durante 2015 para os Planos e o PRBP, respectivamente. Além disso, o crédito estimado do serviço anterior do PRBP a ser amortizado durante 2015 totaliza US$ 3 milhões.

Pressupostos atuariais

Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em taxas de juros do mercado financeiro, na experiência histórica e na melhor estimativa da Administração acerca das variações em benefícios futuros e das condições econômicas. Variações nesses pressupostos afetarão as obrigações e os custos dos benefícios futuros. Quando os resultados efetivos diferem dos esperados, ocorrem ganhos ou perdas atuariais. Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em Outros lucros abrangentes acumulados que excedam 10% do maior entre a obrigação por benefícios ou o valor relacionado com o mercado dos ativos dos planos no início do período são amortizados como lucros durante o período de serviço médio remanescente dos funcionários ativos que deverão receber benefícios nos termos do SRP, LRP e PRBP, o que se aproxima de 11,6, 11,3 e 11,4 anos, respectivamente. O crédito de serviço anterior a reconhecer é amortizado no decorrer de 7,8 anos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

As médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração no cálculo das obrigações por benefícios e custo periódico líquido dos benefícios eram as seguintes:

Média ponderada dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Taxa de desconto – SRP	3,88%	4,85%	4,00%			
Taxa de desconto – LRP	3,94%	4,94%	4,00%			
Taxa de desconto – PRBP				3,97%	4,99%	4,25%
Taxa de aumento salarial SRP	4,16%	4,30%	5,50%			
Taxa de aumento salarial LRP	5,78%	5,90%	7,30%			
Taxa de inflação	2,20%	2,29%	2,50%	2,20%	2,29%	2,50%

Média ponderada dos pressupostos levados em consideração para o cálculo do custo periódico líquido dos benefícios nos exercícios encerrados em 31 de dezembro	Benefícios de pensão			Benefício pós-aposentadoria		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Taxa de desconto – SRP	4,85%	4,00%	4,75%			
Taxa de desconto – LRP	4,94%	4,00%	4,75%			
Taxa de desconto – PRBP				4,99%	4,25%	5,00%
Retorno de longo prazo esperado dos ativos do plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento salarial SRP	4,30%	5,50%	5,50%			
Taxa de aumento salarial LRP	5,90%	7,30%	7,30%			
Taxa de inflação	2,29%	2,50%	2,50%	2,29%	2,50%	2,50%

O retorno de longo prazo esperado sobre os ativos dos planos representa a melhor estimativa da Administração após conduzir uma pesquisa com especialistas externos em investimentos, das taxas de retorno prospectivas de longo prazo (dez anos ou mais) projetadas para as categorias de ativos usadas pelos planos, ponderadas pelas distribuições de ativos da política de investimentos dos planos. As obrigações acumuladas e projetadas por benefícios são medidas ao valor presente dos pagamentos esperados. A taxa de desconto utilizada é selecionada por referência ao rendimento, no fim do exercício, de títulos privados AA com vencimentos que correspondem ao pagamento de benefícios. Para a taxa de inflação presumida, o Banco criou um processo pelo qual se analisa uma variedade de dados, inclusive projeções de peritos para 10 anos, a média das medidas de inflação implícita (breakeven inflation rates) dos Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra a Inflação (U.S. TIPS) com prazos de 10 anos e 30 anos e médias históricas.

Para participantes que deverão aposentar-se nos Estados Unidos, a obrigação acumulada por benefícios pós-aposentadoria foi calculada com base nas seguintes taxas de tendência de custo da saúde em 31 de dezembro:

	2014	2013	2012
Taxas de tendência dos custos da saúde presumidas para o próximo ano:			
Médica (sem Medicare)	7,00%	7,00%	7,50%
Médica (com Medicare)	6,00%	6,00%	6,50%
Medicamentos	6,00%	6,00%	7,00%
Odontológica	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa à qual se presume que a taxa de tendência de custos venha a se reduzir (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2019	2018	2018

No caso dos participantes cuja aposentadoria presumivelmente ocorrerá fora dos Estados Unidos, foi utilizada uma taxa de tendência de custo de saúde de 6,00% para 2014 (2013 — 6,00%; 2012 — 6,50%) com uma taxa de tendência final de 4,50% alcançada em 2018.

As taxas de tendências de custos de saúde presumidas têm um efeito significativo sobre os valores divulgados para o PRBP. Uma variação de um ponto percentual nas taxas de tendência de custo de saúde presumidas em 31 de dezembro de 2014 teria os seguintes efeitos (em milhões):

	Aumento de 1 ponto percentual	Aumento de 1 ponto percentual
Efeito no total dos componentes de custo de serviços e juros	$ 31	$ (22)
Efeito nas obrigações por benefícios pós-aposentadoria	353	(263)

Ativos dos planos

Os ativos dos Planos e do PRBP são administrados, principalmente, por gestores de investimentos empregados pelo Banco, aos quais são fornecidas diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimentos dos Planos e do PRBP. Tais políticas de investimentos com distribuições estratégicas de ativos a longo prazo foram elaboradas para que haja uma expectativa de retornos suficientes para atender às necessidades de financiamento de longo prazo, com o investimento de 65% dos ativos em estratégias de retorno (as Estratégias de Retorno). Essas políticas também designam 35% dos ativos para investimentos em títulos de renda fixa e atrelados à inflação dos EUA (as Estratégias de Passivos), para fins de hedge parcial da exposição dos passivos dos Planos e do PRBP a taxas de juros e inflação, além de proteção contra a desinflação.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

A meta das Estratégias de Retorno dos ativos dos Planos inclui designações de 45% a 61% para um conjunto bem diversificado de ações de mercados desenvolvidos e emergentes, assim como exposições de 3% a títulos de dívida de mercados emergentes, 3% a futuros de índices de mercadorias, de 0% a 2% a títulos imobiliários públicos, de 2% a 3% a títulos imobiliários privados e de 0% a 2% a títulos de renda fixa de alto rendimento. A meta das Estratégias de Passivos dos Planos inclui exposições de 5% a títulos de renda fixa de núcleo, 15% a títulos de renda fixa de *duration* longo e 15% a títulos atrelados à inflação dos EUA.

A meta das Estratégias de Retorno do PRBP inclui designações de 46% a 62% para um conjunto bem diversificado de ações de mercados desenvolvidos e emergentes, assim como exposições de 3% a títulos de dívida de mercados emergentes, 3% a futuros de índices de mercadorias, 3% a títulos imobiliários públicos e 2% a títulos de renda fixa de alto rendimento. A meta das Estratégias de Passivos do PRPB inclui exposições de 15% a títulos de renda fixa de *duration* longo, 5% a títulos de renda fixa de núcleo e 15% a títulos atrelados à inflação dos EUA.

A meta de distribuições da política de investimento em 31 de dezembro de 2014 era a seguinte:

	SRP	LRP	PRBP
Ações de empresas dos EUA	25%	28%	26%
Ações de empresas de outros países	24%	24%	24%
Ações de mercados emergentes	4%	4%	4%
Títulos imobiliários públicos	2%	0%	3%
Títulos de renda fixa de *duration* longo	15%	15%	15%
Núcleo de renda fixa	5%	5%	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	2%	0%	2%
Obrigações dos EUA atreladas à inflação	15%	15%	15%
Títulos de dívida de mercados emergentes	3%	3%	3%
Títulos imobiliários privados	2%	3%	0%
Futuros de índices de mercadorias	3%	3%	3%
Fundos de investimento de curto prazo	0%	0%	0%

A gestão de risco é realizada pelo contínuo monitoramento de cada nível de categoria de ativos e cada gestor de investimentos. Os investimentos são rebalanceados em direção à meta de distribuições da política usando-se fluxos de caixa e por meio de exercícios mensais de rebalanceamento. Os gestores de investimento, de modo geral, não estão autorizados a investir mais do que 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, salvo os do governo dos Estados Unidos. O uso de derivativos por um gestor de investimentos dos Planos e do PRBP é especificamente aprovado pelos Comitês de Gestão dos Planos e do PRBP.

Para os Planos e o PRBP, as classes de ativos são:

- Ações de empresas dos EUA: Para os Planos e o PRBP, fundos combinados que investem, apenas comprados, em ações ordinárias de empresas dos EUA. A gestão dos fundos reproduz ou otimiza o Índice S&P 500 para alta capitalização, o Índice Russell 3000 para todas as capitalizações, o Índice Russell 2000 para baixa capitalização e o Índice S&P 400 para média e baixa capitalização; no caso exclusivo do SRP, cerca de 20% dos ativos investidos em ações de empresas dos EUA são administrados em contas segregadas contendo ações individuais;
- Ações de empresas de outros países: Para os Planos e o PRBP, fundos combinados que investem, apenas comprados, em ações ordinárias de empresas de outros países. A gestão dos fundos otimiza o Índice MSCI EAFE para grande e média capitalização; no caso exclusivo do SRP, um sexto dos ativos investidos em ações de empresas de fora dos EUA é administrado em contas segregadas contendo ações individuais;
- Ações de mercados emergentes: Para os Planos, um fundo combinado com gestão ativa, que investe, apenas comprado, em ações ordinárias de empresas de mercados emergentes. A gestão do fundo seleciona ações, com base em características fundamentais, em geral encontradas no Índice MSCI Emerging Markets Free para grande e média capitalização; no caso do PRBP, um fundo combinado que investe, apenas comprado, em ações ordinárias de empresas de mercados emergentes. A gestão do fundo otimiza o Índice MSCI Emerging Markets Free para grande e média capitalização;
- Títulos imobiliários públicos: Para o SRP e o PRBP, uma conta individual (segregada) contendo, apenas comprada, títulos imobiliários. A conta tem gestão ativa com base em características fundamentais, investindo em títulos geralmente encontrados no Índice MSCI U.S. REIT;
- Títulos de renda fixa de *duration* longo: Para o LRP, um fundo mútuo que investe, apenas comprado, em títulos públicos e de crédito de *duration* longo. A gestão do fundo investe em títulos geralmente encontrados no Índice Barclays Capital U.S. Long Government/Credit Bond Index; nos casos do SRP e PRBP, os ativos de renda fixa de *duration* longo são investidos em contas segregadas contendo títulos individuais geralmente encontrados no Índice Barclays Capital U.S. Long Government/Credit Bond;
- Núcleo de renda fixa: Para os Planos e o PRBP, um fundo mútuo que investe, apenas comprado, em títulos públicos e de crédito de *duration* intermediário. A gestão dos fundos otimiza títulos de forma a corres-

ponder às características e ao desempenho do Índice Barclays Capital U.S. Aggregate Bond;

- Títulos de renda fixa de alto rendimento: Para o SRP, os ativos são investidos em títulos individuais, e para o PRBP, em um fundo combinado. Para ambos os planos, o universo de investimentos possíveis geralmente consiste em títulos encontrados no Índice Barclays Capital High Yield 2% Constrained, assim como investimentos oportunistas em títulos não incluídos em índices. Títulos de alto rendimento são obrigações financeiras de empresas dos EUA com nota inferior a grau de investimento conferida por pelo menos uma das organizações de classificação estatística de renome nacional;
- Obrigações dos EUA indexadas à inflação: Para os Planos e o PRBP, títulos individuais do Tesouro dos EUA protegidos contra a inflação em contas sob gestão interna;
- Títulos de dívida de mercados emergentes: Para os Planos e o PRBP, fundos combinados com gestão ativa, que investem, apenas comprados, em títulos de renda fixa de mercados emergentes. Os fundos investem em títulos denominados em dólares dos Estados Unidos ou moedas locais, com garantia soberana ou subsoberana. A gestão do fundo investe em títulos geralmente encontrados no Índice J.P. Morgan EMBI Global Diversified;
- Títulos imobiliários privados: Exclusivamente para os Planos, um fundo combinado aberto, que investe, apenas comprado, em imóveis nos EUA. O fundo tem gestão ativa, com base nas características fundamentais dos imóveis;
- Futuros de índices de mercadorias: Para o SRP e o PRBP, contas segregadas contendo futuros de índices de mercadorias, apenas comprados, geralmente encontrados no Índice S&P GSCI.

Os quadros abaixo mostram os investimentos dos Planos e do PRBP em 31 de dezembro de 2014 e 2013, medidos ao seu valor justo e apresentados junto com sua distribuição média ponderada, por nível dentro da hierarquia de valor justo (em milhões). Como exige o quadro de contabilização ao valor justo, esses investimentos são classificados integralmente com base no mais baixo nível de dados significativos para a medição ao valor justo, exceto no caso de certos fundos de investimento, cuja classificação na hierarquia de valor justo depende da capacidade para resgatar suas respectivas cotas ao valor patrimonial líquido no curto prazo.

Ativos do plano:

Categoria de investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2014	Distribuições médias ponderadas
Ações e fundos de ações:					
Ações de empresas dos EUA	$ 183	$ 748	$—	$ 931	25%
Ações de empresas de outros países	141	728	—	869	23%
Ações de mercados emergentes	—	145	—	145	4%
Títulos imobiliários públicos	78	—	—	78	2%
Títulos públicos e fundos de renda fixa diversificados:					
Títulos de renda fixa de *duration* longo	229	363	—	592	16%
Núcleo de renda fixa	—	169	—	169	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	67	—	67	2%
Obrigações dos EUA atreladas à inflação	556	—	—	556	15%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	114	—	114	3%
Fundos de investimentos imobiliários:					
Títulos imobiliários privados	—	—	93	93	2%
Futuros de índices de mercadorias	—	—	—	—	0%
Fundos de investimento de curto prazo	70	31	—	101	3%
Total	$1.257	$2.365	$93	$3.715	100%

Categoria de investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2013	Distribuições médias ponderadas
Ações e fundos de ações:					
Ações de empresas dos EUA	$ 176	$ 738	$—	$ 914	26%
Ações de empresas de outros países	259	584	—	843	24%
Ações de mercados emergentes	—	143	—	143	4%
Títulos imobiliários públicos	60	—	—	60	2%
Títulos públicos e fundos de renda fixa diversificados:					
Títulos de renda fixa de *duration* longo	187	333	—	520	15%
Núcleo de renda fixa	166	—	—	166	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	66	—	66	2%
Obrigações dos EUA atreladas à inflação	505	—	—	505	14%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	105	—	105	3%
Fundos de investimentos imobiliários:					
Títulos imobiliários privados	—	—	84	84	2%
Futuros de índices de mercadorias	—	5	—	5	0%
Fundos de investimento de curto prazo	90	28	—	118	3%
Total	$1.443	$2.002	$84	$3.529	100%

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Ativos do PRBP:

Categoria de investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2014	Distribuições médias ponderadas
Ações e fundos de ações:					
Ações de empresas dos EUA	$ —	$ 419	$—	$ 419	27%
Ações de empresas de outros países	—	370	—	370	24%
Ações de mercados emergentes	—	57	—	57	4%
Títulos imobiliários públicos	53	—	—	53	3%
Títulos públicos e fundos de renda fixa diversificados:					
Títulos de renda fixa de *duration* longo	89	154	—	243	16%
Núcleo de títulos de renda fixa	—	83	—	83	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	29	—	29	1%
Obrigações dos EUA atreladas à inflação	228	—	—	228	15%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	46	—	46	3%
Fundos de investimento de curto prazo	38	—	—	38	2%
Total de investimentos	$408	$1.158	$—	1.566	100%
Outros ativos				18	
Total				$1.584	

Categoria de investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Medições ao valor justo 31 de dezembro de 2013	Distribuições médias ponderadas
Ações e fundos de ações:					
Ações de empresas dos EUA	$—	$ 387	$—	$ 387	27%
Ações de empresas de outros países	—	353	—	353	24%
Ações de mercados emergentes	—	58	—	58	4%
Títulos imobiliários públicos	40	—	—	40	3%
Títulos públicos e fundos de renda fixa diversificados:					
Títulos de renda fixa de *duration* longo	79	136	—	215	15%
Núcleo de títulos de renda fixa	71	—	—	71	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	29	—	29	2%
Obrigações dos EUA atreladas à inflação	208	—	—	208	14%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	41	—	41	3%
Fundos de investimento de curto prazo	49	—	—	49	3%
Total de investimentos	$447	$1.004	$—	1.451	100%
Outros ativos				16	
Total				$1.467	

Os títulos mantidos como investimento medidos ao seu valor justo com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, que é uma técnica de avaliação condizente com a abordagem de mercado, incluem ações de empresas dos EUA, ações de empresas de fora dos EUA, fundos mútuos de renda fixa e obrigações do Tesouro dos EUA atreladas à inflação. Esses títulos são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Fundos combinados de propriedade de gestores de investimento que investem em ações de empresas dos EUA, ações globais, títulos de dívida de mercados emergentes, fundos combinados de renda fixa, futuros de índices de mercadorias e/ou títulos de curto prazo, que não sejam negociados publicamente, são medidos ao valor justo com base no valor patrimonial líquido dos fundos de investimento e classificados como Nível 2, visto que podem ser resgatados no curto prazo ao seu valor patrimonial líquido por cota na data da medição. Essa técnica de avaliação é condizente com a abordagem de mercado.

Fundos combinados de propriedade de gestores de investimento em títulos imobiliários privados são medidos ao valor justo com base no valor patrimonial líquido desses fundos de investimento e são classificados como Nível 3. Entre os pressupostos de avaliação aplicados por esses fundos de investimento figuram: (i) valor de mercado de imóveis similares; (ii) fluxos de caixa descontados; (iii) custo de reposição; e (iv) endividamento sobre o imóvel (capitalização direta). Essas metodologias são cnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e custo.

O quadro abaixo mostra uma conciliação dos saldos inicial e final dos investimentos dos Planos medidos ao seu valor justo em bases recorrentes, usando seu valor patrimonial líquido por cota, e cujos prazos de resgate são incertos (Nível 3) para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhões):

	2014	2013
Saldo, início do exercício	$84	$73
Ganho líquido total	9	11
Saldo, encerramento do exercício	$93	$84
Total de ganhos do ano atribuíveis à evolução em ganhos a realizar relativos a investimentos ainda em carteira em 31 de dezembro	$ 9	$11

Fluxos de caixa

Contribuições

As contribuições do Banco aos Planos e ao PRBP durante 2015 devem somar cerca de US$ 70 milhões e US$ 31 milhões, respectivamente. Todas as contribuições são feitas com disponibilidades.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Estimativa de pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo apresenta os pagamentos de benefícios, que refletem o serviço futuro esperado, conforme o caso, que o Banco espera pagar em cada um dos próximos cinco anos e seu valor agregado para os cinco anos subsequentes (em milhões). Esses valores baseiam-se nos mesmos pressupostos usados para medir as obrigações por benefícios em 31 de dezembro de 2014.

Exercício	Planos	PRBP
2015	$133	$ 49
2016	139	52
2017	146	56
2018	153	59
2019	160	62
2020–2024	912	361

Nota U – Entidades de participação societária variável

Uma entidade tem participação societária variável quando: (i) seu patrimônio não é suficiente para financiar suas atividades sem apoio financeiro subordinado adicional de outras partes; (ii) não tem investidores acionários com poder de decisão sobre as operações da entidade; ou (iii) seus investidores acionários não absorvem as perdas esperadas nem recebem os retornos esperados da entidade em proporção aos seus direitos de voto.

Uma entidade desse tipo é consolidada por seu beneficiário principal, que é a parte envolvida com a entidade e que tem o poder de direcionar as atividades com mais impacto em seu desempenho econômico, e que tem a obrigação de absorver a maior parte das perdas esperadas ou o direito de receber a maior parte dos retornos residuais esperados, ou ambos. Um empreendimento pode ter participações variáveis significativas nessas entidades, que não são consolidadas porque o empreendimento não é o beneficiário principal ou porque a entidade é considerada irrelevante para a apresentação das demonstrações contábeis da entidade.

O Banco identificou empréstimos e garantias para entidades de participação societária variável nas quais não é o beneficiário principal, mas nas quais se considera que tivesse uma participação societária variável significativa em 31 de dezembro de 2014 e 2013. A maioria dessas entidades não envolve securitizações ou outros tipos de financiamento estruturado. Essas entidades são, principalmente: (i) sociedades subsidiárias de propósito específico ou fundos de investimento, nos quais o patrocinador, sócio geral ou gestor do fundo não tenha capital substancial em risco; (ii) entidades operacionais nas quais o investimento acionário total seja considerado insuficiente para que tal entidade financie suas atividades sem apoio financeiro subordinado adicional; e (iii) entidades nas quais as atividades operacionais sejam tão estreitamente definidas por contrato (p. ex., contratos de concessão) que se considera que os investidores acionários não tenham autoridade para tomar decisões.

O envolvimento do Banco com essas entidades limita-se a empréstimos e garantias, que são refletidas como tal nas demonstrações contábeis do Banco. Com base nos dados disponíveis mais recentes a respeito dessas entidades, seu porte, medido pelos ativos totais nos quais se considera que o Banco tenha participações societárias significativas, somava US$ 7.223 milhões em 31 de dezembro de 2014 (2013 — US$ 8.280 milhões). O saldo total de empréstimos e garantias do Banco para essas entidades era de US$ 479 milhões e US$ 76 milhões, respectivamente (2013 — US$ 519 milhões e US$ 108 milhões, respectivamente). Os valores comprometidos e a desembolsar relativos a tais empréstimos e garantias somavam US$ 38 milhões (2013 — US$ 38 milhões), que, combinados com o saldo em carteira, resultam em um total máximo de US$ 593 milhões em exposição do Banco em 31 de dezembro de 2014 (2013 — US$ 665 milhões).

Dentre os empréstimos e garantias nos quais se considera que o Banco tenha uma participação societária variável significativa, o Banco concedeu um empréstimo de US$ 32 para uma entidade de participação societária variável da qual se considera que o Banco seja o beneficiário principal. O envolvimento do Banco com essa entidade é limitada ao empréstimo, o que se reflete nas demonstrações contábeis do Banco. Com base nos dados disponíveis mais recentes, o porte dessa entidade, medido pelos ativos totais, somava cerca de US$ 32 milhões (2013 — US$ 32 milhões), que são considerados irrelevantes e, portanto, não estão consolidados nas demonstrações contábeis do Banco.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota V – Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre lucro líquido e caixa líquido aplicado nas atividades operacionais, como aparece na Demonstração dos Fluxos de Caixa (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Lucro líquido	$ 548	$ 1.307	$ 904
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receitas de empréstimos	(3)	(15)	27
Receitas de investimentos	170	(125)	(183)
Outras receitas de juros	—	3	—
Outras receitas	4	19	12
Juros e outros custos de captação, depois dos swaps	(88)	(235)	(481)
Despesas administrativas, incluindo depreciação	4	142	77
Programas especiais	5	38	(3)
Ajustes líquidos ao valor justo realizados nas carteiras de longo prazo e operações em moeda estrangeira	(96)	(626)	(194)
Transferências para o Fundo Não Reembolsável do BID	66	84	79
Aumento líquido em investimentos de curto prazo	(6.549)	(6.439)	(364)
Ganhos líquidos a realizar sobre investimentos de curto prazo	(31)	(43)	(206)
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	118	58	22
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	$(5.852)	$(5.832)	$(310)
Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa			
Aumento (redução) resultante de flutuações cambiais:			
Investimentos de curto prazo	$ (131)	$ 42	$ 20
Saldo de empréstimos	(9)	33	(17)
Captações	(111)	58	9

Nota W – Informações sobre segmentos

A Administração determinou que o Banco tem somente um segmento para fins de declaração, já que a gestão de suas operações não se baseia na distribuição de recursos de acordo com as contribuições feitas pelas operações individuais ao lucro líquido. O Banco não distingue entre a natureza dos produtos fornecidos ou serviços prestados, o processo de preparação ou o método usado para prestar esses serviços aos diversos países. Nos exercícios de 2014, 2013 e 2012, os empréstimos feitos a três países ou garantidos por eles individualmente geraram mais de 10% da receita de empréstimos, antes dos swaps, como se segue (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Argentina	$369	$391	$310
Brasil	253	302	365
México	443	436	381

Nota X – Valores justos de instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para medir o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos mantidos como investimento são baseados em preços cotados, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precificação externos, distribuidoras independentes ou modelos de fluxos de caixa descontados.

Empréstimos: O valor justo da carteira de empréstimos do Banco é estimado aplicando-se um método de fluxos de caixa descontados, conforme descrito na Nota L — Medições ao valor justo.

Swaps: Os valores justos dos swaps cambiais e de taxa de juros são baseados nos fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação.

Captações: O valor justo das captações baseia-se em fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

O quadro abaixo apresenta os valores justos dos instrumentos financeiros, juntamente com os respectivos valores escriturais, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhões):

	2014[1]		2013[1]	
	Valor escritural	Valor justo	Valor escritural	Valor justo
Caixa	$ 535	$ 535	$ 421	$ 421
Investimentos				
Carteira de curto prazo	27.449	27.449	21.053	21.053
Saldo de empréstimos, líquido	74.640	77.053	70.870	72.256
Swaps cambiais e de taxa de juros a receber				
Investimentos — Carteira de curto prazo	123	123	104	104
Empréstimos	293	293	90	90
Captações	2.647	2.647	3.452	3.452
Outras	53	53	69	69
Captações				
Curto prazo	675	675	654	654
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo	49.245	49.245	44.087	44.087
Medidas ao custo amortizado	27.881	28.963	24.451	24.869
Swaps cambiais e de taxa de juros a pagar				
Investimentos — Carteira de curto prazo	62	62	105	105
Empréstimos	934	934	822	822
Captações	1.587	1.587	1.772	1.772
Outras	9	9	18	18

[1] Inclui juros acumulados.

Nota Y — Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 13 de março de 2015, data em que as demonstrações contábeis foram publicadas. A avaliação não identificou eventos subsequentes que exijam reconhecimento ou declaração nas demonstrações contábeis do Banco em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E SWAPS[1]

31 de dezembro de 2014
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Euros	Dólares dos Estados Unidos	Outras	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:				
Valor escritural	—	6.021	—	6.021[2]
Saldo médio durante o exercício	—	6.490	—	6.490
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	—	—	—	—
Obrigações de governos, exceto dos EUA, órgãos, governos subnacionais e entidades supranacionais				
Valor escritural	44	14.269	2.134	16.447
Saldo médio durante o exercício	314	12.896	1.481	14.691
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	(2)	9	—	7
Obrigações bancárias:				
Valor escritural	279	3.771	—	4.050
Saldo médio durante o exercício	260	4.067	36	4.363
Perdas líquidas no exercício	(1)	(7)	(14)	(22)
Títulos privados:				
Valor escritural	—	422	—	422
Saldo médio durante o exercício	—	103	17	120
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	—	—	—	—
Títulos lastreados em ativos e hipotecas:				
Valor escritural	308	147	—	455
Saldo médio durante o exercício	401	174	—	575
Ganhos líquidos no exercício	28	2	—	30
Total de investimentos de curto prazo:				
Valor escritural	631	24.630	2.134	27.395
Saldo médio durante o exercício	975	23.730	1.534	26.239
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	25	4	(14)	15
Swaps de taxas de juros, líquidos:				
Valor escritural[3]	—	(11)	—	(11)
Saldo médio durante o exercício	—	(21)	—	(21)
Ganhos líquidos no exercício	—	10	—	10
Swaps cambiais a receber:				
Valor escritural[3]	—	2.242	—	2.242
Saldo médio durante o exercício	—	1.570	—	1.570
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	—	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:				
Valor escritural[3]	—	—	(2.136)	(2.136)
Saldo médio durante o exercício	(65)	—	(1.464)	(1.529)
Ganhos líquidos no exercício	2	—	13	15
Total de investimentos de curto prazo e swaps:				
Valor escritural	631	26.861	(2)	27.490
Saldo médio durante o exercício	910	25.279	70	26.259
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	27	14	(1)	40
Retorno no exercício (%)	3,29	0,46	N/D	0,47

[1] Não inclui juros acumulados.
[2] Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE. na sigla em inglês), tais como títulos de dívida e títulos lastreados em ativos e hipotecas, no valor de US$ 598 milhões. As obrigações das GSE não contam com a garantia plena do governo dos Estados Unidos.
[3] O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta individual a receber (pagar), classificada pela sua moeda. Moeda cambiais e de taxa de jurossão representados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, de acordo com a natureza (débito ou crédito) do valor justo líquido dos contratos.
N/D – Não disponível.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E SWAPS[1]

31 de dezembro de 2013
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Euros	Dólares dos Estados Unidos	Todas as Outras moedas	
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:				
Valor escritural	—	6.277	—	6.277
Saldo médio durante o exercício	—	5.954	—	5.954
Perdas líquidas no exercício	—	(4)	—	(4)
Obrigações de governos, exceto dos EUA, órgãos, governos subnacionais e entidades supranacionais				
Valor escritural	737	8.750	864	10.351
Saldo médio durante o exercício	787	7.065	1.218	9.070
Perdas líquidas no exercício	(13)	(28)	—	(41)
Obrigações bancárias:				
Valor escritural	147	3.287	90	3.524
Saldo médio durante o exercício	119	3.158	188	3.465
Perdas líquidas no exercício	(1)	(8)	(10)	(19)
Títulos privados:				
Valor escritural	—	116	30	146
Saldo médio durante o exercício	—	136	23	159
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	—	—	—	—
Títulos lastreados em ativos e hipotecas:				
Valor escritural	503	214	—	717
Saldo médio durante o exercício	602	451	—	1.053
Ganhos líquidos no exercício	61	92	—	153
Total de investimentos de curto prazo:				
Valor escritural	1.387	18.644	984	21.015
Saldo médio durante o exercício	1.508	16.764	1.429	19.701
Ganhos (perdas) líquidos no exercício	47	52	(10)	89
Swaps de taxas de juros, líquidos:				
Valor escritural[3]	(1)	(25)	—	(26)
Saldo médio durante o exercício	(1)	(33)	—	(34)
Ganhos líquidos no exercício	2	39	—	41
Swaps cambiais a receber:				
Valor escritural[3]	—	1.476	—	1.476
Saldo médio durante o exercício	—	1.932	—	1.932
Perdas líquidas no exercício	—	(4)	—	(4)
Swaps cambiais a pagar:				
Valor escritural[3]	(436)	—	(987)	(1.423)
Saldo médio durante o exercício	(452)	—	(1.422)	(1.874)
Ganhos líquidos no exercício	13	—	14	27
Total de investimentos de curto prazo e swaps:				
Valor escritural	950	20.095	(3)	21.042
Saldo médio durante o exercício	1.055	18.663	7	19.725
Ganhos líquidos no exercício	62	87	4	153
Retorno no exercício (%)	6,00	0,87	N/D	1,27

[1] Não inclui juros acumulados.
[2] Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE. na sigla em inglês), tais como títulos de dívida e títulos lastreados em ativos e hipotecas, no valor de US$ 207 milhões. As obrigações das GSE não contam com a garantia plena do governo dos Estados Unidos.
[3] O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta individual a receber (pagar), classificada pela sua moeda. Contratos de swaps cambiais e de taxa de juros estão demonstrados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, de acordo com a natureza (a receber ou a pagar) do valor justo líquido dos contratos.
N/D – Não disponível.

CAPITAL ORDINÁRIO **ANEXO I-2**
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS[1]

31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Solde de 2014			Moedas de que o solde devedor deve ser recebido		Parcela a desembolsar de empréstimos aprovados		
País membro em cujo território foram concedidos empréstimos	Com garantia soberana	Sem garantia soberana	Total	Moedas de países não mutuários[2]	Moedas de países mutuários	Total	Firmados	Salto total de 2013
Argentina	$11.303	$ 86	$11.389	$11.382	$ 7	$ 4.055	$ 3.595	$11.089
Bahamas	280	—	280	280	—	125	92	264
Barbados	256	—	256	256	—	97	79	240
Belize	120	—	120	120	—	50	23	120
Bolívia	689	30	719	719	—	722	552	505
Brasil	13.572	890	14.462	14.447	15	8.842	6.742	13.677
Chile	479	393	872	872	—	318	141	841
Colômbia	7.210	139	7.349	7.339	10	1.707	1.169	7.326
Costa Rica	687	487	1.174	1.174	—	1.248	1.191	779
El Salvador	1.889	134	2.023	2.023	—	609	334	2.063
Equador	2.708	177	2.885	2.885	—	1.632	966	2.567
Guatemala	2.101	210	2.311	2.311	—	538	244	2.383
Guiana	81	—	81	81	—	87	79	70
Haiti	—	1	1	1	—	4	—	3
Honduras	648	55	703	703	—	340	226	538
Jamaica	1.410	57	1.467	1.467	—	219	219	1.326
México	13.078	545	13.623	13.596	27	2.703	2.183	12.481
Nicarágua	394	56	450	450	—	279	237	359
Panamá	1.898	498	2.396	2.396	—	341	314	2.086
Paraguai	918	192	1.110	1.110	—	775	415	1.007
República Dominicana	2.073	105	2.178	2.178	—	1.087	957	2.410
Peru	2.086	603	2.689	2.689	—	1.308	346	2.623
Suriname	365	—	365	365	—	106	73	322
Trinidad e Tobago	628	—	628	628	—	605	495	646
Uruguai	1.651	361	2.012	2.012	—	1.520	1.086	1.892
Venezuela	2.022	—	2.022	2.013	9	1.501	1.501	1.934
Regional	68	952	1.020	1.020	—	783	550	1.128
Total 2014	$68.614	$5.971	$74.585	$74.517	$68	$31.601	$23.809	
Total 2013	$65.044	$5.635	$70.679	$70.605	$74	$29.207	$22.001	$70.679

[1] Este quadro não inclui o saldo de participações em empréstimos sem garantia soberana, de US$ 3.123 milhões em 31 de dezembro de 2014 (2013 —US$ 2.958 milhões). O quadro também não inclui o saldo de garantias no valor de US$ 251 milhões em 31 de dezembro de 2014 (2013 — US$ 871 milhões).
[2] Inclui US$ 2.896 milhões em empréstimos em moedas de países mutuários, que foram transformados, por meio de swaps, em dólares dos Estados Unidos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-3

DEMONSTRAÇÃO DE SALDO DE EMPRÉSTIMOS POR MOEDA, TIPO DE TAXA DE JUROS E CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS[1]

31 de dezembro de 2014
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/tipo de taxa	Valor	Taxa[4] média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)
Dólares dos Estados Unidos			
Custo com base fixa	$27.573	4,48	7,36
Ajustável	2.376	2,64	6,41
Flutuante com base na LIBOR	41.624	1,44	8,77
Outras			
Custo com base fixa	1.470	5,84	2,88
Ajustável	1.494	3,67	3,91
Flutuante com base na LIBOR	48	0,60	4,38
Saldo de empréstimos			
Custo com base fixa	29.043	4,54	7,14
Ajustável	3.870	3,04	5,44
Flutuante com base na LIBOR	41.672	1,44	8,77
Total	$74.585	2,73	7,96

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS DE SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2014
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Custo com base fixa[3]	Ajustável[2]	Total
2015	$ 3.096	$ 2.762	$ 5.858
2016	2.422	2.724	5.146
2017	2.425	3.187	5.612
2018	2.373	2.641	5.014
2019	2.314	2.812	5.126
De 2020 a 2024	8.412	13.476	21.888
De 2025 a 2029	5.147	12.311	17.458
De 2030 a 2034	2.321	4.642	6.963
De 2035 a 2039	416	937	1.353
De 2040 a 2044	117	50	167
Total	$29.043	$45.542	$74.585
Vencimento médio (anos)	7,14	8,49	7,96

[1] Informações apresentadas antes dos swaps cambiais e de taxa de juros.
[2] Inclui empréstimos com taxa flutuante com base na LIBOR.
[3] Inclui um total de US$ 939 milhões em empréstimos com taxa fixa.
[4] A taxa média ponderada de toda a carteira. depois dos swaps. foi de 2.31%.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-3

DEMONSTRAÇÃO DE SALDO DE EMPRÉSTIMOS POR MOEDA, TIPO DE TAXA DE JUROS E CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS[1]

31 de dezembro de 2013
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/tipo de taxa	Valor	Taxa[4] média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)
Dólares dos Estados Unidos			
Custo com base fixa	$29.071	4,51	7,42
Ajustável	2.509	2,47	6,40
Flutuante com base na LIBOR	36.269	1,50	8,89
Outras			
Custo com base fixa	1.541	5,82	3,47
Ajustável	1.203	4,14	3,65
Flutuante com base na LIBOR	86	2,28	5,94
Saldo de empréstimos			
Custo com base fixa	30.612	4,57	7,22
Ajustável	3.712	3,01	5,51
Flutuante com base na LIBOR	36.355	1,50	8,89
Total	$70.679	2,91	7,99

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS DE SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2013
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Custo com base fixa[3]	Ajustável[2]	Total
2014	$ 2.629	$ 2.439	$ 5.068
2015	3.035	2.395	5.430
2016	2.442	2.526	4.968
2017	2.430	2.851	5.281
2018	2.385	2.334	4.719
De 2019 a 2023	9.059	11.482	20.541
De 2024 a 2028	5.443	10.783	16.226
De 2029 a 2033	2.622	4.255	6.877
De 2034 a 2038	494	922	1.416
De 2039 a 2043	73	80	153
Total	$30.612	$40.067	$70.679
Vencimento médio (anos)	7,22	8,57	7,99

[1] Informações apresentadas antes dos swaps cambiais e de taxa de juros.
[2] Inclui empréstimos com taxa flutuante com base na LIBOR.
[3] Inclui um total de US$ 1.503 milhões em empréstimos com taxa fixa.
[4] A taxa média ponderada de toda a carteira, depois dos swaps, foi de 2,34%.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-4

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

31 de dezembro de 2014
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Captações diretas			Contratos de swaps cambiais			Contratos de swaps de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
Moeda/tipo de taxa	Valor	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor[2] a pagar (a receber)	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor[2] a pagar (a receber)	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor[2] a pagar (a receber)	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)[1]
Euros												
Fixa	$ 363	0,33	2,36	$ —	—	—	$ —	—	—	$ 363	0,33	2,36
	—	—	—	(363)	0,33	2,36	—	—	—	(363)	0,33	2,36
Ajustável	352	4,96	3,86	779	(0,10)	1,45	—	—	—	1.131	1,48	2,20
	—	—	—	(449)	3,86	3,19	—	—	—	(449)	3,86	3,19
Dólares dos Estados Unidos												
Fixa	48.804	2,39	5,31	91	5,53	2,23	348	5,25	2,96	49.243	2,41	5,29
	—	—	—	—	—	—	(46.074)	2,22	5,03	(46.074)	2,22	5,03
Ajustável	9.592	0,21	1,99	19.512	0,27	4,05	48.310	0,26	4,25	77.414	0,26	3,92
	—	—	—	(847)	0,03	1,46	(3.944)	0,22	2,83	(4.791)	0,19	2,59
Outras												
Fixa	17.548	4,85	4,11	—	—	—	—	—	—	17.548	4,85	4,11
	—	—	—	(17.548)	4,85	4,11	—	—	—	(17.548)	4,85	4,11
Ajustável	224	2,52	4,63	—	—	—	25	(0,47)	3,83	249	2,22	4,55
	—	—	—	(206)			(25)			(231)	2,04	3,88
Tota												
Fixa	66.715	3,02	4,98	91			348			67.154	3,04	4,96
	—	—	—	(17.911)			(46.074)			(63.985)	2,93	4,76
Ajustável	10.168	0,42	2,12	20.291			48.335			78.794	0,28	3,90
	—	—	—	(1.502)			(3.969)			(5.471)	0,57	2,69
Principal ao valor de face	76.883	2,68	4,60	969			(1.360)			76.492	0,47	4,20
Ajustes ao valor justo	1.696			(1.125)			(839)			(268)		
Desconto líquido a amortizar	(1.945)			372			1.360[3]			(213)		
Total	$76.634	2,68	4,60	$ 216			$ (839)			$ 76.011	0,47	4,20

[1] Em 31 de dezembro de 2014, o prazo médio de repactuação das obrigações cambiais líquidas por captações a taxas ajustáveis era de 3,1 meses.

[2] Swaps cambiais são demonstrados em seu valor de face e swaps de taxa de juros, ao valor teórico de cada ponta a pagar (receber), classificados pela moeda. Tanto os swaps cambiais quanto os de taxa de juros são ajustados, no total, ao valor justo, como indicado. O valor justo líquido a receber de swaps cambias e o valor justo líquido a receber de swaps de taxa de juros, no valor de US$ 216 milhões e US$ 839 milhões, respectivamente, mostrados no quadro acima, são representados por ativos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US$ 2.366 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US$ 1.743 milhões, incluídos no Balanço Patrimonial.

[3] Representa o desconto a amortizar sobre swaps de taxa de juros de cupom zero.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-4

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

31 de dezembro de 2013

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Captações diretas			Contratos de swaps cambiais			Contratos de swaps de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
Moeda/tipo de taxa	Valor	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor[2] a pagar (a receber)	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor[2] a pagar (a receber)	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor[2] a pagar (a receber)	Custo médio pond. (%)	Vencimento médio (anos)[1]
Euros												
Fixa	$ 275	4,39	0,96	$ —	—	—	$ —	—		$ 275	4,39	0,96
	—		—		—	—	(275)	4,39	0,96	(275)	4,39	0,96
Ajustável	538	4,98	3,66	1.144	0,05	2,09	275	(0,09)	0,96	1.957	1,38	2,37
	—	—	—	(915)	2,90	2,65	—	—	—	(915)	2,90	2,65
Dólares dos Estados Unidos												
Fixa	41.503	2,75	5,83	181	5,87	2,08	349	5,25	3,96	42.033	2,78	5,80
	—	—	—	—	—	—	(38.073)	2,54	5,55	(38.073)	2,54	5,55
Ajustável	7.841	0,33	1,72	18.945	0,31	3,92	41.748	0,34	4,34	68.534	0,33	3,92
	—	—	—	(1.098)	0,03	2,10	(5.409)	0,50	1,84	(6.507)	0,42	1,88
Outras												
Fixa	18.462	5,13	4,04	—	—	—	—	—	—	18.462	5,13	4,04
	—	—	—	(18.462)	5,13	4,04	—	—	—	(18.462)	5,13	4,04
Ajustável	253	2,59	5,67	—	—	—	28	(0,43)	4,83	281	2,29	5,59
	—	—	—	(230)	2,16	4,90	(28)	1,23	4,83	(258)	2,06	4,89
Total												
Fixa	60.240	3,49	5,26	181			349			60.770	3,50	5,24
	—	—	—	(18.462)			(38.348)			(56.810)	3,39	5,04
Ajustável	8.632	0,68	1,96	20.089			42.051			70.772	0,37	3,89
	—		—	(2.243)			(5.437)			(7.680)	0,77	2,07
Principal ao valor de face	68.872	3,13	4,85	(435)			(1.385)			67.052	0,60	4,35
Ajustes ao valor justo	1.318			(789)			(476)			53		
Desconto líquido a amortizar	(2.143)			459			1.385[3]			(299)		
Total	$68.047	3,13	4,85	$ (765)			$ (476)			$66.806	0,60	4,35

[1] Em 31 de dezembro de 2013, o prazo médio de repactuação das obrigações cambiais líquidas por captações a taxas ajustáveis era de 3,2 meses.

[2] Swaps cambiais são demonstrados em seu valor de face e swaps de taxa de juros, ao valor teórico de cada ponta a pagar (receber), classificados pela moeda. Tanto os swaps cambiais quanto os de taxa de juros são ajustados, no total, ao valor justo, como indicado. O valor justo líquido a receber de swaps cambiais e de taxa de juros de US$ 765 milhões e US$ 476 milhões, respectivamente, mostrados no quadro acima, são representados pelos ativos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US$ 3.161 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US$ 1.920 milhões, inclusos no Balanço Patrimonial.

[3] Representa o desconto a amortizar sobre swaps de taxa de juros de cupom zero.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

DEMONSTRAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL

31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhões de dólares dos Estados Unidos[1]

Países membros	Ações	Parcela integralizada do capital subscrito	Parcela exigível do capital subscrito	Total 2014	Total 2013
Alemanha	224.650	$ 101,6	$ 2.608,5	$ 2.710,1	$ 2.386,6
Argentina	1.325.725	589,8	15.403,0	15.992,8	13.869,3
Áustria	18.901	8,5	219,5	228,0	200,6
Bahamas	24.688	13,7	284,2	297,9	268,5
Barbados	15.888	7,1	184,5	191,6	166,3
Bélgica	38.904	17,6	451,7	469,3	413,1
Belize	13.576	8,5	155,3	163,8	141,8
Bolívia	106.476	47,3	1.237,1	1.284,4	1.113,7
Brasil	1.325.725	589,8	15.403,1	15.992,9	13.869,3
Canadá[2]	589.433	214,5	6.896,1	7.110,6	8.104,0
Chile	364.058	162,0	4.229,8	4.391,8	3.808,5
China	325	0,1	3,8	3,9	3,2
Colômbia	364.058	162,0	4.229,8	4.391,8	3.808,5
Coreia, República da	325	0,1	3,8	3,9	3,2
Costa Rica	53.254	23,7	618,8	642,5	557,0
Croácia	5.743	2,6	66,7	69,3	60,8
Dinamarca	20.100	9,1	233,4	242,5	213,4
El Salvador	53.152	23,6	617,6	641,2	557,0
Equador	70.942	31,6	824,2	855,8	743,4
Eslovênia	3.502	1,6	40,7	42,3	37,0
Espanha	230.527	103,3	2.677,6	2.780,9	2.386,6
Estados Unidos	3.557.210	1.609,1	41.303,1	42.912,2	37.794,4
Finlândia	18.901	8,5	219,5	228,0	200,6
França	224.650	101,6	2.608,5	2.710,1	2.386,6
Guatemala	68.326	30,8	793,4	824,2	743,4
Guiana	19.018	9,5	220,0	229,5	206,8
Haiti	53.152	23,6	617,6	641,2	557,0
Honduras	53.254	23,7	618,8	642,5	557,0
Israel	18.640	8,4	216,4	224,8	197,8
Itália	224.650	101,6	2.608,5	2.710,1	2.386,6
Jamaica	68.326	30,8	793,4	824,2	743,4
Japão	592.753	268,1	6.882,5	7.150,6	6.297,6
México	852.220	379,1	9.901,6	10.280,7	8.915,5
Países Baixos	28.207	14,6	325,6	340,2	340,3
Nicarágua	53.152	23,6	617,6	641,2	557,0
Noruega	20.100	9,1	233,4	242,5	213,4
Panamá	53.152	23,6	617,6	641,2	557,0
Paraguai	53.152	23,6	617,6	641,2	557,0
Peru	177.442	78,9	2.061,6	2.140,5	1.856,2
Portugal	6.388	2,9	74,2	77,1	67,7
Reino Unido	114.097	51,6	1.324,8	1.376,4	1.212,1
República Dominicana	71.077	31,6	825,8	857,4	743,4
Suécia	38.662	17,5	448,9	466,4	410,6
Suíça	55.763	25,2	647,5	672,7	592,3
Suriname	10.450	6,6	119,4	126,0	113,5
Trinidad e Tobago	51.193	23,1	594,5	617,6	557,0
Uruguai	142.185	63,2	1.652,0	1.715,2	1.487,3
Venezuela	482.267	249,3	5.568,5	5.817,8	5.817,8
Total 2014	11.958.339	$ 5.357	$138.901	$ 144.258	
Total 2013	10.675.321	$ 4.941	$123.840		$ 128.781

[1] Em virtude do arredondamento dos dados. o total geral pode não corresponder exatamente à soma das parcelas.

[2] Inclui 115.256 (2013 — 254.171) ações temporárias exigíveis sem poder de voto e com valor nominal de US$ 1.390 milhões (2013 — US$ 3.066 milhões).

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-6

DEMONSTRAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL E PODER DE VOTO

31 de dezembro de 2014

Países membros	Ações subscritas com poder de voto	Quantidade de votos	% da quantidade total de votos[1]
Países membros regionais em desenvolvimento			
Argentina	1.325.725	1.325.860	11,189
Bahamas	24.688	24.823	0,209
Barbados	15.888	16.023	0,135
Belize	13.576	13.711	0,116
Bolívia	106.476	106.611	0,900
Brasil	1.325.725	1.325.860	11,189
Chile	364.058	364.193	3,073
Colômbia	364.058	364.193	3,073
Costa Rica	53.254	53.389	0,451
República Dominicana	71.077	71.212	0,601
Equador	70.942	71.077	0,600
El Salvador	53.152	53.287	0,450
Guatemala	68.326	68.461	0,578
Guiana	19.018	19.153	0,162
Haiti	53.152	53.287	0,450
Honduras	53.254	53.389	0,451
Jamaica	68.326	68.461	0,578
México	852.220	852.355	7,193
Nicarágua	53.152	53.287	0,450
Panamá	53.152	53.287	0,450
Paraguai	53.152	53.287	0,450
Peru	177.442	177.577	1,499
Suriname	10.450	10.585	0,089
Trinidad e Tobago	51.193	51.328	0,433
Uruguai	142.185	142.320	1,201
Venezuela	482.267	482.402	4,071
Total dos países membros regionais em desenvolvimento	5.925.908	5.929.418	50,039
Canadá[2]	474.177	474.312	4,003
Estados Unidos	3.557.210	3.557.345	30,021
Membros extrarregionais			
Áustria	18.901	19.036	0,161
Bélgica	38.904	39.039	0,329
China	325	460	0,004
Croácia	5.743	5.878	0,050
Dinamarca	20.100	20.235	0,171
Finlândia	18.901	19.036	0,161
França	224.650	224.785	1,897
Alemanha	224.650	224.785	1,897
Israel	18.640	18.775	0,158
Itália	224.650	224.785	1,897
Japão	592.753	592.888	5,003
Coreia, República da	325	460	0,004
Países Baixos	28.207	28.342	0,239
Noruega	20.100	20.235	0,171
Portugal	6.388	6.523	0,055
Eslovênia	3.502	3.637	0,031
Espanha	230.527	230.662	1,947
Suécia	38.662	38.797	0,327
Suíça	55.763	55.898	0,472
Reino Unido	114.097	114.232	0,964
Total dos países membros extrarregionais	1.885.788	1.888.488	15,937
Total geral	11.843.083	11.849.563	100,000

[1] Em virtude do arredondamento dos dados, o total geral pode não corresponder exatamente à soma das parcelas.
[2] Não inclui 115.256 ações temporárias exigíveis sem poder de voto.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO SOBRE RELATÓRIOS FINANCEIROS

29 de março de 2015

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é responsável por criar e manter um controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros do Banco. A Administração avaliou o controle interno sobre relatórios financeiros do Fundo para Operações Especiais (FOE) do Banco, aplicando os critérios de controle interno eficaz definidos no Quadro Integrado de Controle Interno (2013) estabelecido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração analisou a eficácia do controle interno sobre relatórios financeiros do FOE em 31 de dezembro de 2014. Com base na análise, a Administração acredita que o controle interno do FOE sobre relatórios financeiros é eficaz em 31 de dezembro de 2014.

Há limites inerentes na eficácia de qualquer sistema de controle interno, inclusive a possibilidade de erro humano e de que os controles sejam burlados ou contornados. Assim sendo, mesmo que seja eficaz, o controle interno pode oferecer uma garantia apenas razoável no tocante à elaboração de demonstrações contábeis. Ademais, em virtude de mudanças nas condições, a eficácia do controle interno pode variar no decorrer do tempo.

A KPMG LLP, um escritório de contabilidade pública independente e registrado, emitiu um parecer sem qualificações sobre a eficácia do controle interno do FOE sobre a elaboração de relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014. Além disso, as demonstrações contábeis do FOE, em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas pela KPMG LLP.

Luis Alberto Moreno
Presidente

Jaime Alberto Sujoy
Vice-Presidente de Finanças e Administração

Alberto Suria
Gerente Geral de Finanças e Diretor Financeiro, a.i.
até 31 de janeiro de 2015

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2014		2013	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Notas C e L	**$ 422**		$ 427	
Investimentos — Notas D, E, L e Anexo II-1	**555**	**$ 977**	704	$1.131
Saldo de empréstimos, líquido — Notas E, F, L e Anexo II-2		**4.418**		4.364
Juros e outros encargos acumulados sobre empréstimos		**15**		16
Outros ativos		**10**		1
Total do ativo		**$5.420**		$5.512
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	**$ —**		$ 8	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar — Nota H	**3**		11	
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID — Nota I	**85**		157	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários — Nota G	**243**	**$ 331**	280	$ 456
Saldo do fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas — Nota J e Anexo II-3	**10.240**		10.240	
Menos: cotas de contribuição a receber	**(36)**		(61)	
	10.204		10.179	
Valores a receber de países membros — Nota G				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda	**(442)**		(444)	
Notas a prazo	**(92)**		(101)	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	**(85)**		(59)	
	(619)		(604)	
Reserva (déficit) geral	**(4.596)**		(4.619)	
Outros resultados abrangentes acumulados — Nota K	**100**	**5.089**	100	5.056
Total do passivo e saldo do fundo		**$5.420**		$5.512

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESERVA (DÉFICIT) GERAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Años terminados el 31 de diciembre de		
	2014	**2013**	**2012**
Receitas			
Empréstimos			
Juros	**$ 62**	$ 64	$ 64
Outras receitas de empréstimos	**—**	—	1
	62	64	65
Investimentos — Nota D	**3**	5	13
Receitas de cooperação técnica	**8**	8	8
Total do resultado	**73**	77	86
Despesas			
Despesas administrativas — Nota B.	**19**	24	20
Perdas em moeda estrangeiras, líquidas — Nota B.	**31**	—	—
Total das despesas	**50**	24	20
Resultado líquido	**23**	53	66
Reserva (déficit) geral, início do exercício	**(4.619)**	(4.672)	(4.738)
Reserva (déficit) geral, encerramento do exercício	**$(4.596)**	$(4.619)	$(4.672)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Años terminados el 31 de diciembre de		
	2014	**2013**	**2012**
Resultado líquido	**$23**	$53	$66
Ajustes de tradução, líquidos — Nota K	**—**	1	1
Resultado abrangente	**$23**	$54	$67

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Fluxos de caixa gerados por atividades de empréstimo e investimento			
Desembolsos de empréstimos	**$ (302)**	$ (322)	$ (317)
Liquidações de empréstimos	**187**	222	196
Participações em empréstimos, líquidas	**(4)**	(4)	(4)
Outros ativos e passivos	**(15)**	7	(1)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento	**(134)**	(97)	(126)
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Valores recebidos de países membros	**11**	12	15
Cotas de contribuição de países membros	**25**	37	73
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	**36**	49	88
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	**(2.027)**	(1.625)	(1.730)
Recursos brutos gerados pelo vencimento ou a venda de investimentos	**2.139**	1.713	1.726
Receita de empréstimos	**64**	66	64
Receita de investimentos	**6**	9	18
Despesas administrativas	**(21)**	(28)	(20)
Receitas de cooperação técnica	**—**	(5)	(17)
Transferências de caixa para o Fundo Não Reembolsável do BID	**(72)**	(68)	(28)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	**89**	62	13
Efeito de flutuações câmbiais sobre o caixa	**4**	5	7
(Redução) aumento líquido no caixa	**(5)**	19	(18)
Caixa, início do exercício	**427**	408	426
Caixa, encerramento do exercício	**$ 422**	$ 427	$ 408

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959, Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, oferecendo principalmente empréstimos e a assistência técnica correspondente para projetos específicos e programas de reforma econômica. As principais atividades do Banco são conduzidas por meio do Capital Ordinário. O Fundo para Operações Especiais (FOE) foi instituído nos termos do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) com o objetivo de conceder empréstimos em condições altamente concessionais aos países membros menos desenvolvidos do Banco. Além disso, oferece assistência técnica tanto no âmbito de projetos como desconectada de empréstimos específicos. O FOE é de propriedade de seus países membros, que incluem 26 países membros regionais em desenvolvimento, Estados Unidos, Canadá e 20 países extrarregionais, e complementa as atividades do Capital Ordinário, do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e do Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre empréstimos concedidos a certos mutuários com recursos do Capital Ordinário. A finalidade do GRF é de oferecer financiamentos não reembolsáveis especificamente para tratar de circunstâncias especiais que surgem em determinados países (neste momento, apenas o Haiti) ou para projetos específicos.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis do FOE são elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A elaboração de tais demonstrações contábeis exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores declarados dos ativos e passivos, a declaração dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores declarados de receitas e despesas durante o período. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos discernimentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros e da adequação das provisões para perdas com empréstimos. Certos valores apresentados nos saldos de 2013 e 2012 foram reclassificados para que se conformem com a apresentação de 2014.

Contabilização de valores expressos em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são expressas em dólares dos Estados Unidos, que também é a moeda funcional do FOE. Os ativos e passivos denominados em outras moedas, que não dólares dos Estados Unidos, são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. Receitas e despesas são traduzidas às taxas de câmbio em vigor nas datas em que são reconhecidas ou à média das taxas de câmbio praticadas pelo mercado durante cada mês. Com exceção dos ativos monetários derivados da integralização de cotas de contribuição, que contam com manutenção de valor, como descrito abaixo, os ajustes líquidos resultantes da tradução de valores de todas as moedas são contabilizados, a partir de 1° de janeiro de 2014, em Perdas em moedas estrangeiras, líquidas[1] na Demonstração do Resultado e Reserva (Déficit) Geral.

Até 31 de dezembro de 2013, o FOE considerava como moedas funcionais as moedas de todos os seus países membros. Até essa data, os ajustes líquidos resultantes da tradução de outras moedas funcionais em dólares dos Estados Unidos eram debitados ou creditados como Ajustes de tradução, um componente distinto de Outros lucros abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente. As operações do FOE têm passado por mudanças graduais, com um aumento significativo do volume de suas operações em dólares dos Estados Unidos em detrimento de outras moedas, levando a Administração a reavaliar sua determinação de longa data, de utilizar múltiplas moedas funcionais. Como resultado, o FOE concluiu que, como resultado dessas mudanças nas operações, o FOE tem uma única moeda funcional, o dólar dos Estados Unidos, pois suas operações agora são conduzidas substancialmente nessa moeda. Essa mudança de designação de moeda funcional tem sido reconhecida prospectivamente desde 1° de janeiro de 2014, pois o exercício de 2014 foi identificado como o período em que mudanças significativas em fatos e circunstâncias econômicas indicam que o FOE agora tem uma única moeda funcional. Os ajustes de tradução anteriormente incluídos em Outros lucros abrangentes acumulados foram congelados no Balanço Patrimonial. Desde 1° de janeiro de 2014, ganhos e perdas com operações em moeda estrangeira são contabilizados em Perdas em moedas estrangeiras, líquidas na Demonstração do Resultado e Reserva (Déficit) Geral.

Investimentos

As operações que envolvem títulos mantidos como investimento são contabilizadas na data da execução. Todos esses investimentos são mantidos em uma carteira de curto prazo contabilizada ao valor justo, sendo que as variações no valor justo são incluídas em Receitas de investimentos.

Empréstimos

O Banco utiliza os recursos do FOE para conceder empréstimos em condições altamente concessionais, denominados predomi-

[1] As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecem nas notas às Demonstrações Contábeis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

nantemente em dólares dos EUA, para os países membros mutuários menos desenvolvidos, seus órgãos públicos ou subdivisões políticas. Em anos anteriores, o Banco também concedeu empréstimos concessionais em moedas locais a países membros mutuários. No caso de empréstimos a mutuários que não são governos nacionais, bancos centrais ou outras entidades governamentais ou intergovernamentais, o Banco observa a política geral de exigir a garantia plena do governo. Nos termos dos contratos de empréstimo com os mutuários, o Banco vende participações em certos empréstimos para o Fundo Fiduciário de Progresso Social, reservando para si a administração de tais empréstimos. Em 31 de dezembro de 2014, havia um saldo de US$ 10 milhões (2013 — US$ 14 milhões) em participações em empréstimos.

O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. O FOE considera um empréstimo em mora quando as amortizações do principal e/ou pagamentos de juros não tiverem sido recebidos na data de vencimento especificada no contrato. É política do Banco identificar como improdutivos todos os empréstimos concedidos a um governo membro quando o serviço relativo a qualquer empréstimo concedido para tal governo, ou garantido por ele, por qualquer fundo de titularidade do Banco ou certos fundos sob sua gestão, está em mora há mais de 180 dias, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processamento e serão recebidos no futuro imediato. Na data em que um empréstimo a um país membro é identificado como improdutivo, todos os empréstimos a esse país membro também o são. Quando um empréstimo é identificado como improdutivo, os encargos acumulados e em aberto são deduzidos da receita do período corrente. Os encargos sobre empréstimos improdutivos são refletidos no resultado somente quando e no período em que os respectivos pagamentos são de fato recebidos. Na data em que um país membro paga o total dos valores vencidos, os respectivos empréstimos deixam de ser improdutivos, o país readquire a qualificação para novos empréstimos e todos os encargos vencidos (inclusive os dos exercícios anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no período corrente.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados quando incorridos, por serem irrelevantes aos resultados financeiros.

O FOE não reescalona seus empréstimos. Além disso, em razão da natureza dos mutuários, a expectativa do FOE é de que todos os empréstimos sejam amortizados. Contudo, mesmo com a amortização integral do principal e dos juros no fim de um evento de inadimplência, o FOE sofre uma perda econômica por não cobrar juros sobre juros vencidos enquanto o evento persiste. A natureza e extensão da exposição do FOE ao risco de crédito são determinadas considerando-se a nota de crédito estrangeiro de longo prazo atribuída a cada país mutuário pelas agências classificadoras (geralmente a Standard & Poor's – S&P), ajustada de acordo com as probabilidades de inadimplência perante o Banco.

O Banco analisa a viabilidade do recebimento de empréstimos e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com os empréstimos, de acordo com sua determinação do risco de recebimento do total da carteira de empréstimos. Essas análises consideram o risco de crédito, de acordo com a definição acima, assim como o potencial de perda resultante da mora nas amortizações programadas.

Reconhecimento de alívio de dívida: O banco participou de iniciativas de alívio de dívida coordenadas por organizações internacionais para tratar dos problemas de dívida dos países membros com o perdão total ou parcial do pagamento de encargos futuros sobre os saldos de empréstimos do FOE. O componente de principal dos empréstimos afetados pelas iniciativas de alívio de dívida do banco é reconhecido como despesa de alívio de dívida na demonstração de resultado e reserva geral (déficit) e como redução em saldo de empréstimos, por intermédio de uma provisão para alívio de dívida, no período em que o compromisso de alívio de dívida do FOE é provável e o valor do alívio de dívida pode ser estimado. Não houve alívio de dívida durante 2014, 2013 e 2012.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem notas à vista, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, das cotas de contribuição de um membro, notas a prazo, não negociáveis e não remuneradas, recebidas como pagamento de obrigações de MV e outras obrigações de MV. Essas obrigações estão demonstradas como uma redução do saldo do Fundo no Balanço Patrimonial.

Cotas de contribuição

Reconhecimento: O nono aumento geral de recursos (BID-9) do Banco disponibilizou um aumento dos recursos do FOE. Antes da data de efetivação do BID-9 em 2011, foram autorizadas contribuições antecipadas da íntegra do aumento em contribuições de um país membro ou de sua primeira parcela. Cotas de contribuição adicionais são pagas pelos países membros em uma parcela ou em cinco pagamentos anuais de igual valor.

O valor total das subscrições às cotas de contribuição é reconhecido no recebimento do instrumento de contribuição do país membro. Os valores subscritos e não pagos são contabilizados como uma redução nas Cotas de Contribuição autori-

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

zadas e subscritas no Balanço Patrimonial. As contribuições antecipadas recebidas foram efetivadas e contabilizadas no recebimento do pagamento em disponibilidades.

Avaliação: O Convênio estipula que o capital seja expresso em termos de dólares dos Estados Unidos, com peso e título de 1º de janeiro de 1959, cujo valor par foi definido em termos de ouro (dólar dos Estados Unidos de 1959). A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades entre o ouro e as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Consequentemente, o Departamento Jurídico do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES), criado pelo Fundo Monetário Internacional, tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para o capital do Banco e para fins de manutenção de valor dos ativos monetários mantidos pelo Banco. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas (o método de cesta de moedas), inclusive o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não seja tomada uma decisão pelos órgãos que governam o Banco e de acordo com o parecer do Departamento Jurídico, o Banco continua a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, avaliado em termos de dólares dos Estados Unidos imediatamente antes da criação do método de cesta de moedas para avaliar o DES em 1º de julho de 1974 (dólar dos Estados Unidos de 1974). O valor do dólar dos Estados Unidos de 1959 é aproximadamente equivalente a 1,2063 do dólar dos Estados Unidos de 1974, ou um DES (DES de 1974).

Manutenção de valor
De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do FOE mantidos em sua moeda, nos termos dos respectivos aumentos em cotas de contribuição. Da mesma forma, e de acordo com os mesmos termos de aumento de cotas de contribuição, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor de ativos do FOE denominado na moeda desse membro. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959. Os ativos monetários derivados dos aumentos nas cotas de contribuição em 1983, 1990, 1995 e 2011 não contam com proteção de MV.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros o Banco é apresentado no Balanço Patrimonial como passivo, incluído em Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários ou como uma redução no saldo do Fundo, quando o respectivo valor de MV é um valor a receber.

Despesas administrativas
As despesas administrativas do Banco são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma porcentagem de distribuição aprovada pela Assembleia de Governadores, que atribuiu 97% ao Capital Ordinário e 3% ao FOE em 2014, 2013 e 2012.

Cooperação técnica
Até 31 de dezembro de 2010, o Banco aprovava projetos de cooperação técnica não reembolsáveis, bem como certos financiamentos cuja recuperação depende explicitamente de eventos que podem não ocorrer, com recursos do FOE. Os cancelamentos de saldos a desembolsar desses financiamentos e as recuperações de financiamentos de recuperação condicional são reconhecidos como Receitas de cooperação técnica no período em que ocorrem.

Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores
Antes de 1° de janeiro de 2012, a Assembleia de Governadores aprovava transferências de reserva geral do FOE para o GRF. Essas transferências eram reconhecidas como despesa quando aprovadas pela Assembleia de Governadores e estão sendo financiadas de acordo com as necessidades de recursos do GRF. A parcela a desembolsar de transferências aprovadas é demonstrada em Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID no Balanço Patrimonial.

Impostos
O FOE, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas de acordo com o Convênio são isentas de qualquer tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições
Em 31 de dezembro de 2014, o Caixa incluía US$ 397 milhões (2013 — US$ 418 milhões) em moedas emitidas pelos países membros regionais em desenvolvimento. Esses valores podem ser utilizados em operações de financiamento e para o pagamento de despesas administrativas. Desse valor, um país membro restringiu o valor de US$ 37 milhões (2013 — US$ 42 milhões) para utilização específica em pagamentos por bens e serviços em seu território, em conformidade com as disposições do Convênio.

Nota D – Investimentos
Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do FOE em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas, diretamente ou por meio de dois fundos comuns de investimento

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

administrados pelo Banco para o benefício do FOE e do MFI. Os investimentos podem incluir obrigações emitidas por governos nacionais e subnacionais, órgãos públicos, entidades supranacionais, bancos e empresas, assim como títulos lastreados em ativos e hipotecas, com notas de crédito na faixa entre AAA e A, assim como títulos de curto prazo das mesmas classes qualificadas de ativos para investimento, desde que tenham a mais elevada nota de crédito de curto prazo. O processo utilizado pelo Banco para controlar o risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitáveis; c) definição de limites aceitáveis de nota de crédito; e d) especificação de limites de exposição e prazo para contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitáveis, com base em seu porte e capacidade creditícia.

Durante 2014, a participação do FOE nos ganhos com investimentos a realizar desses fundos totalizou US$ 0 milhões (2013 — US$ 0 milhões; 2012 — US$ 8 milhões) e foi contabilizada em Receitas de investimentos.

Um resumo dos títulos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, incluindo a participação proporcional do FOE nos ativos desses fundos comuns de investimento, é apresentado na Demonstração de Investimentos no Anexo II-1.

Nota E – Medições ao valor justo

O quadro de medição do valor justo cria uma hierarquia de valor justo que prioriza os dados utilizados pelas técnicas de avaliação na medição do valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

Nível 1 — Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 — Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos para ativos ou passivos idênticos ou similares; ou modelos de precificação para os quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;

Nível 3 — Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis.

As obrigações do governo dos Estados Unidos, no valor de US$ 53 milhões e US$ 53 milhões, e as obrigações de certos governos e órgãos públicos de outros países, no valor de US$ 19 milhões e US$ 0 milhões em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, são avaliadas com base em preços cotados em mercados ativos, que é uma técnica de avaliação condizente com a prática no mercado. Esses instrumentos são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Todos os demais títulos mantidos como investimento do FOE são medidos ao valor justo com base em preços cotados em mercados não ativos, em informações de serviços externos de precificação, quando disponíveis, ou preços solicitados a corretoras ou distribuidoras de valores. Essas metodologias representam técnicas de avaliação condizentes com a prática no mercado. Esses títulos mantidos como investimento são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e totalizavam US$ 483 milhões e US$ 651 milhões em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. Consulte o Anexo II-1 para examinar a discriminação dos títulos mantidos como investimento na carteira de curto prazo, por classe.

A política do FOE para transferências entre níveis é refletir essas transferências no início do período. Não houve transferências entre níveis durante 2014, 2013 e 2012.

O valor justo da carteira de empréstimos do FOE, que totalizava cerca de US$ 3.328 milhões em 31 de dezembro de 2014 (US$ 3.064 milhões em 31 de dezembro de 2013), foi calculado com base em um método de fluxos de caixa descontados (abordagem de receita), pelo qual os fluxos de caixa são descontados com base em curvas pertinentes de rendimento de mercado, ajustados de acordo com o custo de captação do Capital Ordinário do Banco, mais sua margem de financiamento, de forma condizente com as taxas às quais os empréstimos atualmente seriam concedidos a mutuários similares no Capital Ordinário. O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar o desenvolvimento em países da América Latina e do Caribe e não vende seus empréstimos nem acredita que haja um mercado comparável para seus empréstimos. Portanto, essa metodologia foi desenvolvida com base em pressupostos de avaliação que, na opinião da Administração, um suposto participante no mercado utilizaria para precificar os empréstimos do FOE. O Banco considera que as instituições de financiamento multilateral com a mesma missão de desenvolvimento do Banco seriam os supostos participantes no mercado mais apropriados para o FOE vender seus empréstimos em uma operação em boa ordem.

Nota F – Saldo de empréstimos e provisão para perdas com empréstimos

Os empréstimos aprovados são desembolsados aos mutuários de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos começam somente quando o mutuário e eventual

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

garantidor satisfazem certas condições suspensivas exigidas por contrato. Os empréstimos aprovados até 2007 normalmente tinham até 40 anos de prazo e até 10 anos de período de carência para as amortizações do principal, e normalmente tinham uma taxa de juros de 1% durante o período de carência e de 2% após esse período. Desde 2007, o Banco oferece apenas uma combinação de empréstimos do FOE e do Capital Ordinário ("empréstimos combinados"). A parcela do FOE nos empréstimos combinados é composta por empréstimos com parcela única, vencimento em 40 anos e taxa de juros de 0,25%. O principal dos empréstimos pode ser amortizado e os juros acumulados podem ser pagos nas mesmas moedas dos empréstimos.

O saldo dos empréstimos, por país, é apresentado na Demonstração de Saldo de Empréstimos e Cronograma de Vencimentos no Anexo II-2. A taxa de juros média para o saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de 1,39% e 1,44%, respectivamente. O prazo médio era de 17,3 anos e 16,2 anos em 2014 e 2013, respectivamente.

Para o FOE, a probabilidade de passar por um evento de inadimplência em sua carteira de empréstimos é diferente da de mutuantes comerciais. O FOE não renegocia ou reescalona seus empréstimos e, historicamente, sempre recebeu amortizações integrais de principal e juros devidos na resolução de um evento de inadimplência. Assim sendo, a probabilidade de inadimplência junto ao FOE relacionada com cada país é ajustada para refletir a expectativa do FOE para a recuperação integral de seus empréstimos. Contudo, já que o FOE não cobra juros sobre juros em mora sobre esses empréstimos, esse atraso no serviço da dívida é visto como prejuízo potencial, porque o cronograma dos fluxos de caixa não é cumprido de acordo com os termos do contrato de empréstimo.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos, representada pelas notas de crédito estrangeiro de longo prazo atribuídas a cada país mutuário pela S&P, que foram atualizadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte (em milhões):

Notas dos países	2014	2013
A	$ 4	$ 5
BBB+ a BBB–	106	133
BB+ a BB-	1,246	1,539
B+ a B–	1,626	1,314
CCC+ a CCC–	1,398	1,373
SD	38	—
Total	$4.418	$4.364

O Banco realiza avaliações coletivas da viabilidade do recebimento da carteira de empréstimos do FOE. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para perdas com empréstimos era *de minimis*. Além disso, não foram feitas alterações na política do FOE, no que diz respeito à provisão para perdas com empréstimos durante 2014, 2013 e 2012.

Empréstimos em mora e improdutivos
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havia nenhum empréstimo considerado em mora ou improdutivo.

Nota G – Valores a receber de países membros
A composição de valores líquidos a receber de países membros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte (em milhões):

	2014	2013
Países membros regionais em desenvolvimento. .	$ 533	$ 545
Canadá.	32	20
Países membros extrarregionais, líquido	(189)	(241)
Total.	$ 376	$ 324

Esses valores estão representados no Balanço Patrimonial como se segue (em milhões):

	2014	2013
Valores a receber de países membros	$ 619	$ 604
Valores a pagar para a manutenção do valor de ativos monetários	(243)	(280)
Total.	$ 376	$ 324

Em 2009, o Banco chegou a um acordo com um de seus países membros mutuários acerca do saldo de suas obrigações de MV para com o FOE, no valor de US$ 146 milhões, e aceitou um cronograma de pagamentos que previa 16 prestações anuais a partir de 2010. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo desse valor era de US$ 92 milhões (2013 — US$ 101 milhões) e está demonstrado como como uma redução do saldo do Fundo no Balanço Patrimonial.

Nota H – Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar
Segue-se um sumário das variações em Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (em milhões):

	2014	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	$ 11	$ 24	$ 49
Cancelamentos	(2)	(2)	(3)
Desembolsos	(6)	(11)	(22)
Saldo em 31 de dezembro	$ 3	$ 11	$ 24

Nota I – Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID
Segue-se um sumário das variações em Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhões):

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	$157	$225
Desembolsos	(72)	(68)
Saldo em 31 de dezembro	$ 85	$157

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota J – Cotas de contribuição autorizadas e subscritas

Em 31 de outubro de 2011, como parte do BID-9, a Assembleia de Governadores autorizou o aumento de recursos do FOE, consistindo em US$ 479 milhões adicionais em novas cotas de contribuição a serem pagas pelos países membros do FOE em dólares dos EUA. Os países membros tiveram a opção de fazer contribuições em um único pagamento (ou seja, sua respectiva parcela dos US$ 479 milhões) ou em cinco pagamentos anuais de igual valor de sua parcela do valor sem deságio dos US$ 479 milhões (estabelecido como US$ 517,3 milhões) a partir de 2011. Foram recebidos instrumentos de contribuição no valor de US$ 473 milhões, consistindo no seguinte (em milhões):

	31 de dezembro de 2014		
	Total	Pago	A receber
Contribuições adiantadas	$281	$281	$—
Uma parcela	42	42	—
Cinco parcelas	150	114	36
Saldo em 31 de dezembro de 2014	$473	$437	$36

	31 de dezembro de 2013		
	Total	Pago	A receber
Contribuições adiantadas	$281	$281	$—
Uma parcela	42	42	—
Cinco parcelas	150	89	61
Saldo em 31 de dezembro de 2013	$473	$412	$61

Notas à vista, não negociáveis e não remuneradas, foram aceitas em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, das cotas de contribuição dos países membros referentes a reposições anteriores. O pagamento das cotas de contribuição depende dos processos orçamentários e, em alguns casos, legislativos dos países membros.

Para examinar a Demonstração das Cotas de Contribuição em 31 de dezembro de 2014 e 2013, vide Anexo II-3.

Poder de voto

Na tomada de decisões com respeito a operações do FOE, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos que se aplicam a decisões que envolvem o Capital Ordinário.

Nota K – Outros lucros abrangentes acumulados

Os Outros lucros abrangentes acumulados compõem-se de ajustes de tradução acumulados até 31 de dezembro de 2013. Consulte a Note B — Resumo das principais políticas contábeis, Contabilização de valores expressos em moeda estrangeira, para obter mais informações. Segue-se um sumário das variações em Ajustes de tradução acumulados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhões):

	2013	2012
Saldo em 1° de janeiro	$ 99	$98
Ajustes de tradução	1	1
Saldo em 31 de dezembro	$100	$99

Nota L – Conciliação entre lucro (prejuízo) líquido e caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre lucro (prejuízo) líquido e caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais, como aparece na Demonstração dos Fluxos de Caixa (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Lucro líquido	$ 23	$ 53	$ 66
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receitas de empréstimos	2	1	(1)
Receitas de investimentos	4	4	13
Receitas de cooperação técnica	(8)	(13)	(25)
Despesas administrativas	(3)	(3)	—
Perdas em moeda estrangeira, líquidas	31	—	—
Transferências para o GRF	(72)	(68)	(28)
Ganhos líquidos a realizar sobre investimentos	—	—	(8)
Redução (aumento) líquida em investimentos	112	88	(4)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	$ 89	$ 62	$ 13
Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa			
Aumento (redução) resultante de flutuações cambiais:			
Investimentos	$(34)	$5	$7
Saldo de empréstimos	(65)	(16)	(11)
Valores a receber de países membros, líquidos	64	9	(2)

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota M – Valores justos de instrumentos financeiros
Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para medir o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos mantidos como investimento são baseados em preços cotados, quando disponíveis, ou em informações de serviços externos de precificação ou distribuidoras independentes.

Empréstimos*:* O valor justo da carteira de empréstimos do FOE é estimada aplicando-se um método de fluxos de caixa descontados, conforme descrito na Nota E — Medições ao valor justo.

O quadro abaixo apresenta os valores justos dos instrumentos financeiros, juntamente com os respectivos valores escriturais, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhões):

	2014		2013	
	Valor escritural	Valor justo	Valor escritural	Valor justo
Caixa	$ 422	$ 422	$ 427	$ 427
Investimentos	555	555	704	704
Saldo de empréstimos[(1)]	4.433	3.328	4.380	3.064

[(1)] Inclui juros acumulados.

Nota N – Eventos subsequentes
A Administração avaliou os eventos subsequentes até 29 de março de 2015, data em que as demonstrações contábeis foram disponibilizadas para publicação. A avaliação não identificou eventos subsequentes que exijam reconhecimento ou declaração nas demonstrações contábeis do FOE em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-1

DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	**2014**	**2013**
Fundos comuns de investimento[1]:		
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	$ 53	$ 53
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA	1	1
Obrigações de órgãos, exceto dos EUA	83	142
Obrigações de governos subnacionais, exceto dos EUA	11	7
Obrigações de entidades supranacionais	7	15
Obrigações de bancos[2]	103	109
Títulos lastreados em hipotecas	10	15
Títulos lastreados em ativos	10	16
	278	358
Investimentos diretos:		
Obrigações de governos e órgãos, exceto dos EUA	259	336
Obrigações de bancos[2]	18	10
	$555	$704

[1] Os detalhes dos investimentos, por classe, representam a parcela proporcional dos ativos dos fundos comuns de investimento que case ao FOE. Para mais detalhes, consulte a Nota D.

[2] Podem incluir notas e obrigações bancárias, certificados de depósito bancário, papeis comerciais e depósitos de curtíssimo prazo.

As moedas dos investimentos acima são as seguintes:

Moedas	**2014**	**2013**
Coroas suecas	$ —	$ 7
Dólares canadenses	77	83
Dólares dos Estados Unidos	296	368
Euros	164	215
Libras esterlinas	18	31
	$555	$704

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-2

DEMONSTRAÇÃO DE SALDO DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País membro em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo em carteira 2014[1]	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido: Moedas de países não mutuários	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido: Moedas de países mutuários	Parcela a desembolsar de empréstimos aprovados: Total	Parcela a desembolsar de empréstimos aprovados: Firmados	Saldo em carteira 2013[1]
Argentina	$ 39	$ —	$ 39	$ —	$ —	$ 47
Barbados	2	2	—	—	—	3
Bolívia	767	750	17	218	181	693
Brasil	50	—	50	—	—	67
Colômbia	42	—	42	—	—	48
Costa Rica	7	6	1	—	—	10
El Salvador	254	251	3	—	—	283
Equador	287	253	34	—	—	320
Guatemala	246	216	30	50	18	270
Guiana	406	406	—	64	56	399
Honduras	857	836	21	131	98	774
Jamaica	7	5	2	—	—	10
Nicarágua	991	978	13	236	236	927
Panamá	2	2	—	—	—	4
Paraguai	220	212	8	58	44	236
Peru	12	—	12	—	—	13
República Dominicana	176	173	3	—	—	205
Suriname	5	4	1	—	—	5
Trinidad e Tobago	4	—	4	—	—	4
Uruguai	—	—	—	—	—	2
Regional	44	44	—	4	4	44
Total 2014	$4.418	$4.138	$280	$761	$637	
Total 2013		$4.036	$328	$763	$723	$4.364

[1] Não inclui as participações em empréstimos vendidas ao Fundo Fiduciário de Progresso Social no valor total de US$ 10 milhões (2013 — US$ 14 milhões), inclusive US$ 1 milhão (2013 — US$ 1 milhão) para a Costa Rica, US$ 1 milhão (2013 — US$ 1 milhão) para a República Dominicana, US$ 2 milhões (2013 — US$ 2 milhões) para o Equador, US$ 6 milhões (2013 — US$ 7 milhões) para El Salvador, US$ 0 milhão (2013 — US$ 1 milhão) para a Guatemala, US$ 0 milhão (2013 — US$ 1 milhão) para o Panamá e US$ 0 milhão (2013 — US$ 1 milhão) para o Paraguai.

As moedas dos países membros não mutuários nas quais os saldos devedores devem ser recebidos são as seguintes:

Moedas	2014	2013	Moedas	2014	2013
Coroas dinamarquesas	$ 13	$ 17	Euros	$ 262	$ 318
Coroas norueguesas	5	7	Francos suíços	19	23
Coroas suecas	4	6	Ienes japoneses	56	71
Dólares canadenses	76	89	Libras esterlinas	17	$20
Dólares dos Estados Unidos	3.686	3.485		$4.138	$4.036

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS DE SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	2014	Ano de vencimento	2013
2015	$ 185	2014	$ 190
De 2016 a 2019	732	De 2015 a 2018	758
De 2020 a 2024	708	De 2019 a 2023	767
Posteriormente	2.793	Posteriormente	2.649
Total	$4.418	Total	$4.364

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-3

DEMONSTRAÇÃO DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO

31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhões de dólares dos Estados Unidos[1]

	Cotas de contribuição autorizadas e subscritas		Cotas de contribuição a receber dos membros	
Países membros	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Alemanha	241,3	241,3	—	—
Argentina	$532,2	$ 532,2	$5,3	$10,7
Áustria	21,0	21,0	—	—
Bahamas	11,2	11,2	0,2	0,3
Barbados	1,9	1,9	0,1	0,1
Bélgica	44,6	44,6	—	—
Belize	8,0	8,0	0,1	0,2
Bolívia	51,1	51,1	—	—
Brasil	573,2	573,2	9,3	11,5
Canadá	329,7	328,9	—	—
Chile	166,1	166,1	1,7	3,3
China	131,1	131,1	—	—
Colômbia	161,2	161,2	—	—
Coreia, República da	1,0	1,0	—	—
Costa Rica	24,5	24,5	—	—
Croácia	6,2	6,2	0,1	0,1
Dinamarca	21,0	21,0	—	—
El Salvador	22,5	22,5	0,5	0,7
Eslovênia	3,6	3,6	—	0,1
Espanha	226,4	226,4	—	—
Equador	31,9	31,9	0,3	0,7
Estados Unidos	5,076,4	5,076,4	—	—
Finlândia	19,9	19,9	—	—
França	232,8	232,8	2,3	4,7
Guatemala	34,4	34,4	—	—
Guiana	8,7	8,7	—	—
Haiti	22,9	22,9	—	—
Honduras	27,8	27,8	—	—
Israel	18,0	18,0	—	—
Itália	227,2	227,2	4,6	4,6
Jamaica	30,2	30,2	—	—
Japão	623,3	623,3	6,3	13,1
Países Baixos	36,9	36,9	—	—
México	346,4	346,4	3,5	7,0
Nicarágua	25,4	25,4	—	—
Noruega	21,0	21,0	—	—
Panamá	26,7	26,7	—	—
Paraguai	29,3	29,3	—	—
Peru	84,0	84,0	0,9	1,7
Portugal	8,2	8,2	0,1	0,2
Reino Unido	183,9	183,9	—	—
República Dominicana	35,7	35,7	0,4	0,7
Suécia	42,2	42,2	0,4	0,9
Suíça	67,3	67,1	—	—
Suriname	6,6	6,6	—	—
Trinidad e Tobago	22,0	22,0	0,4	0,4
Uruguai	58,7	58,7	—	—
Venezuela	315,3	315,3	—	—
Total	$10.240	$10.240	$36	$61

[1] Em virtude do arredondamento dos dados, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO SOBRE RELATÓRIOS FINANCEIROS

29 de março de 2015

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é responsável por criar e manter um controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros do Banco. A Administração avaliou o controle interno sobre relatórios financeiros do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) do Banco, aplicando os critérios de controle interno eficaz definidos no Quadro Integrado de Controle Interno estabelecido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração analisou a eficácia do controle interno sobre relatórios financeiros do MFI em 31 de dezembro de 2014. Com base na análise, a Administração acredita que o controle interno do MFI sobre relatórios financeiros é eficaz em 31 de dezembro de 2014.

Há limites inerentes na eficácia de qualquer sistema de controle interno, inclusive a possibilidade de erro humano e de que os controles sejam burlados ou contornados. Assim sendo, mesmo que seja eficaz, o controle interno pode oferecer uma garantia apenas razoável no tocante à elaboração de demonstrações contábeis. Ademais, em virtude de mudanças nas condições, a eficácia do controle interno pode variar no decorrer do tempo.

A KPMG LLP, um escritório de contabilidade pública independente e registrado, emitiu um parecer sem qualificações sobre a eficácia do controle interno do MFI sobre a elaboração de relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014. Além disso, as demonstrações contábeis do MFI, em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas pela KPMG LLP.

Luis Alberto Moreno
Presidente

Jaime Alberto Sujoy
Vice-Presidente de Finanças e Administração

Alberto Suria
Gerente Geral de Finanças e Diretor Financeiro, a.i.
até 31 de janeiro de 2015

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2014	**2013**
ACTIVOS		
Caixa	**$ —**	$ —
Investimentos — Notas C e D	**117**	135
Total do ativo	**$117**	$135
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo		
Valores devidos ao Capital Ordinário	**$ 3**	$ 4
Saldo do fundo	**114**	131
Total do passivo e saldo do fundo	**$117**	$135

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Acréscimos			
Receitas de investimentos — Nota C.	**$ 1**	$ 2	$ 4
Deduções			
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário — Nota E	**18**	21	21
Variação no saldo do fundo	**(17)**	(19)	(17)
Saldo do fundo, início do exercício	**131**	150	167
Saldo do fundo, encerramento do exercício	**$114**	$131	$150

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Receitas de investimentos	**$ 3**	$ 4	$ 4
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário	**(19)**	(20)	(22)
Recursos gerados pelo vencimento ou a venda de investimentos	**16**	16	18
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	**—**	**—**	**—**
Caixa, início do exercício	**—**	**—**	**—**
Caixa, encerramento do exercício	**$ —**	**$ —**	**$ —**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959, Seu objetivo é promover desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, oferecendo principalmente empréstimos e a assistência técnica correspondente para projetos específicos e programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) determina que suas operações sejam conduzidas por meio do Capital Ordinário e do Fundo para Operações Especiais (FOE). Em 1983, a Assembleia de Governadores do Banco criou o Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) para subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre empréstimos concedidos a certos mutuários com recursos do Capital Ordinário. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente com transferências do FOE. Em 2007, o Banco cessou as transferências do FOE para o MFI. A expectativa é de que o MFI, com os recursos restantes, poderá continuar a oferecer subsídios para pagamentos de juros durante vários anos.

Na tomada de decisões com respeito a operações do MFI, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos que se aplicam a decisões que envolvem o Capital Ordinário, exceto pelo fato de que a autoridade de voto para decisões de conceder subsídios do MFI para empréstimos é determinada de acordo com a contribuição proporcional feita por cada país membro ao FOE.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos e expressas em dólares dos Estados Unidos. A elaboração de tais demonstrações contábeis exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores declarados dos ativos e passivos, a declaração dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores declarados de acréscimos e deduções feitas no saldo do fundo durante o período. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos discernimentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros.

Investimentos

As operações com títulos para investimento são registradas na data de execução e os títulos são mantidos em uma carteira de curto prazo contabilizada ao valor justo, sendo que as variações no valor justo são incluídas em Receitas de investimentos[1]. Os valores justos dos títulos mantidos como investimento são baseados em preços cotados, quando disponíveis, ou em informações de serviços externos de precificação ou distribuidoras independentes.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do MFI são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma porcentagem de distribuição aprovada pela Assembleia de Governadores. Assim, o MFI não contabiliza nenhuma despesa administrativa.

Impostos

O MFI, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas são isentas de qualquer tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Nota C – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do MFI em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas, por meio de dois fundos comuns de investimento administrados pelo Banco para o benefício do MFI e do FOE. Os investimentos podem incluir obrigações emitidas por governos nacionais e subnacionais, órgãos públicos, entidades supranacionais, bancos e empresas, assim como títulos lastreados em ativos e hipotecas, com notas de crédito na faixa entre AAA e A, assim como títulos de curto prazo das mesmas classes qualificadas de ativos para investimento, desde que tenham a mais elevada nota de crédito de curto prazo. O processo utilizado pelo Banco para controlar o risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitáveis; c) definição de limites aceitáveis de nota de crédito; e d) especificação de limites de exposição e prazo para contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitáveis, com base em seu porte e capacidade creditícia.

A parcela proporcional do MFI nos ativos dos fundos comuns de investimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentada abaixo (em milhões). Todos os investimentos são denominados em dólares dos Estados Unidos. Durante 2014, a

[1] As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecem nas notas às Demonstrações Contábeis.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

participação do MFI nos ganhos líquidos com investimentos a realizar desses fundos totalizou US$ 0 milhões (2013 — US$ 0 milhões; 2012 — US$ 2 milhões).

	31 de dezembro	
	2014	2013
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	$ 22	$ 21
Obrigações de órgãos, exceto dos EUA	35	53
Obrigações de governos subnacionais, exceto dos EUA.	5	3
Obrigações de entidades supranacionais	3	6
Obrigações de bancos[1]	43	41
Títulos lastreados em hipotecas	4	5
Títulos lastreados em ativos	5	6
	$117	$135

[1] Podem incluir notas e obrigações bancárias, certificados de depósito bancário, papeis comerciais e depósitos de curtíssimo prazo.

Nota D – Medições ao valor justo

O quadro de medição do valor justo cria uma hierarquia de valor justo que prioriza os dados utilizados pelas técnicas de avaliação na medição do valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

Nível 1 — Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 — Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos para ativos ou passivos idênticos ou similares; ou modelos de precificação para os quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;

Nível 3 — Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis.

Os instrumentos de investimento do MFI avaliados com base em preços cotados em mercados ativos, que é uma técnica de avaliação condizente com a prática no mercado, consistem em obrigações do governo dos Estados Unidos no valor de US$ 22 milhões e US$ 21 milhões em 2014 e 2013, respectivamente. Esses instrumentos são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Todos os demais títulos mantidos como investimento do MFI são medidos ao valor justo com base em preços cotados em mercados não ativos, em informações de serviços externos de precificação, quando disponíveis, ou preços solicitados a corretoras ou distribuidoras de valores. Essas metodologias representam técnicas de avaliação condizentes com a prática no mercado. Esses títulos mantidos como investimento são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e totalizavam US$ 95 milhões em 31 de dezembro de 2014 (2013 — US$ 114 milhões).

A política do MFI para transferências entre níveis é refletir essas transferências no início do período. Não houve transferências entre níveis durante 2014, 2013 e 2012.

Nota E – Compromissos

O pagamento, pelo MFI, de parte dos juros devidos por mutuários ao Capital Ordinário depende da disponibilidade de recursos. Em 31 de dezembro de 2014, os valores dos saldos a desembolsar, classificados por país, dos empréstimos do Capital Ordinário de que o MFI pagaria parte dos juros são os seguintes (em milhões):

País	Desembolsados em carteira	A desembolsar
Barbados.	$ 10	$—
Costa Rica	20	—
El Salvador	276	—
Equador	386	—
Guatemala	320	—
Jamaica	123	—
Nicarágua	22	—
Panamá.	18	—
Paraguai	189	12
República Dominicana	203	—
Suriname	41	—
Trinidad e Tobago	3	—
Uruguai.	2	—
Regional	10	—
	$1.623	$12

O subsídio de taxa de juros para certos empréstimos do Capital Ordinário é ajustado com frequência trimestral ou semestral. O subsídio não pode exceder 3,62% por ano. Os juros pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário totalizaram US$ 18 milhões durante 2014 (2013 — US$ 21 milhões; 2012 — US$ 21 milhões).

Os empréstimos aprovados depois de 31 de dezembro de 2006 não estão mais qualificados para o subsídio. Espera-se que, com o tempo, o Banco distribua todos os recursos do MFI para subsidiar parte dos pagamentos de juros pelos quais certos mutuários do Capital Ordinário são responsáveis.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota F – Conciliação entre a Variação no saldo do fundo e o Caixa líquido gerado por atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre a Variação no saldo do fundo e o Caixa líquido gerado por atividades operacionais, como apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Variação no saldo do fundo	$(17)	$(19)	$(17)
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receitas de investimentos	2	2	2
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário	(1)	1	(1)
Redução em investimentos, líquida	16	16	18
Ganhos líquidos a realizar sobre investimentos	—	—	(2)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	$ —	$ —	$ —

Nota G – Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 29 de março de 2015, data em que as demonstrações contábeis foram disponibilizadas para publicação. A avaliação não identificou eventos subsequentes que exijam reconhecimento ou declaração nas demonstrações contábeis do MFI em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO SOBRE RELATÓRIOS FINANCEIROS

29 de março de 2015

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é responsável por criar e manter um controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros do Banco. A Administração avaliou o controle interno sobre relatórios financeiros do Fundo Não Reembolsável (GRF) do Banco, aplicando os critérios de controle interno eficaz definidos no Quadro Integrado de Controle Interno (2013) estabelecido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração analisou a eficácia do controle interno sobre relatórios financeiros do GRF em 31 de dezembro de 2014. Com base na análise, a Administração acredita que o controle interno do GRF sobre relatórios financeiros é eficaz em 31 de dezembro de 2014.

Há limites inerentes na eficácia de qualquer sistema de controle interno, inclusive a possibilidade de erro humano e de que os controles sejam burlados ou contornados. Assim sendo, mesmo que seja eficaz, o controle interno pode oferecer uma garantia apenas razoável no tocante à elaboração de demonstrações contábeis. Ademais, em virtude de mudanças nas condições, a eficácia do controle interno pode variar no decorrer do tempo.

A KPMG LLP, um escritório de contabilidade pública independente e registrado, emitiu um parecer sem qualificações sobre a eficácia do controle interno do GRF sobre a elaboração de relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014. Além disso, as demonstrações contábeis do GRF, em e referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas pela KPMG LLP.

Luis Alberto Moreno
Presidente

Jaime Alberto Sujoy
Vice-Presidente de Finanças e Administração

Alberto Suria
Gerente Geral de Finanças e Diretor Financeiro, a.i.
até 31 de janeiro de 2015

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2014	**2013**
ATIVO		
Caixa	**$ —**	$ —
Valores a receber do Fundo para Operações Especiais	**85**	157
Valores a receber do Capital Ordinário	**501**	435
Total do ativo	**$586**	$592
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo		
Financiamentos não reembolsáveis a desembolsar — Nota D	**$585**	$578
Saldo do Fundo	**1**	14
Total do passivo e saldo do fundo	**$586**	$592

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Acréscimos			
Transferências do Capital Ordinário — Nota C	**$200**	$200	$200
Deduções			
Financiamentos não reembolsáveis	**213**	187	243
Variação no saldo do fundo	**(13)**	13	(43)
Saldo do fundo, início do exercício	**14**	1	44
Saldo do fundo, encerramento do exercício	**$ 1**	$ 14	$ 1

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Transferências de caixa do Fundo para Operações Especiais	**$ 72**	$ 68	$ 28
Transferências de caixa do Capital Ordinário	**134**	116	121
Desembolsos de financiamentos não reembolsáveis	**(206)**	(186)	(147)
Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais e (redução) aumento líquido no C/aixa	**—**	(2)	2
Caixa, início do exercício	**—**	2	—
Caixa, encerramento do exercício	**$ —**	$ —	$ 2

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959, Seu objetivo é promover desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, oferecendo principalmente empréstimos e a assistência técnica correspondente para projetos específicos e programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) determina que suas operações sejam conduzidas por meio do Capital Ordinário e do Fundo para Operações Especiais (FOE). Em junho de 2007, a Assembleia de Governadores aprovou a criação do Fundo Não Reembolsável do BID (GRF) com o objetivo de conceder financiamentos não reembolsáveis especificamente para tratar de circunstâncias especiais que surgem em determinados países (neste momento, apenas o Haiti) ou para projetos específicos. O GRF atualmente é financiado por transferências do Capital Ordinário. Antes de 1° de janeiro de 2012, também foram aprovadas transferências do FOE.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos e expressas em dólares dos Estados Unidos. A elaboração de tais demonstrações contábeis exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores declarados dos ativos e passivos, a declaração dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores declarados de acréscimos e deduções feitas no saldo do fundo durante o período. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Financiamentos não reembolsáveis

Os financiamento não reembolsáveis são contabilizados como dedução do saldo do fundo, no momento da aprovação. Os cancelamentos das parcelas a desembolsar de financiamentos não reembolsáveis aprovados são contabilizados como compensação de Financiamentos não reembolsáveis[1] no período em que ocorrem.

Transferências do FOE e do capital ordinário

As transferências do FOE e do Capital Ordinário são reconhecidas quando aprovadas pela Assembleia de Governadores. No entanto, essas transferências são financiadas de acordo com as necessidades de financiamento do GRF. A parcela de transferências aprovadas a receber é refletida em Valores a receber do Fundo para Operações Especiais e Valores a receber do Capital Ordinário no Balanço Patrimonial.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do GRF são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma porcentagem de distribuição aprovada pela Assembleia de Governadores. Assim, o GRF não contabiliza nenhuma despesa administrativa..

Impostos

O GRF, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas são isentas de qualquer tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Nota C – Transferências do FOE e do Capital Ordinário

Como parte do nono aumento geral de recursos do Banco (BID-9), a Assembleia de Governadores comprometeu-se, em princípio, sujeito a aprovações anuais da Assembleia de Governadores, a aportar US$ 200 milhões anuais em transferências do resultado do Capital Ordinário para o GRF de 2011 a 2020. Durante 2014, o Banco aprovou transferências de receitas do Capital Ordinário no valor de US$ 200 milhões (2013 — US$ 200 milhões; 2012 — US$ 200 milhões).

Nota D – Financiamentos não reembolsáveis a desembolsar

Os financiamentos não reembolsáveis aprovados para o Haiti durante 2014 totalizaram US$ 214 milhões (2013 — US$ 188 milhões). Segue-se um sumário das variações em Financiamentos não reembolsáveis a desembolsar para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2011 e 2013 (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro	
	2014	**2013**
Saldo em 1° de janeiro	$ 578	$ 577
Aprovações	214	188
Cancelamentos	(1)	(1)
Desembolsos	(206)	(186)
Saldo em 31 de dezembro	$ 585	$ 578

[1] As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecem nas notas às Demonstrações Contábeis.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Nota E – Conciliação entre a Variação no saldo do fundo e o Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre a Variação no saldo do fundo e o Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais, como apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (em milhões):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2014	**2013**	**2012**
Variação no saldo do fundo	$(13)	$ 13	$(43)
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Transferências do Fundo para Operações Especiais	72	68	28
Transferências do Capital Ordinário	(66)	(84)	(79)
Financiamentos não reembolsáveis	7	1	96
Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais	$ —	$ (2)	$ 2

Nota F – Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 29 de março de 2015, data em que as demonstrações contábeis foram disponibilizadas para publicação. A avaliação não identificou eventos subsequentes que exijam reconhecimento ou declaração nas demonstrações contábeis do GRF referentes 31 de dezembro de 2014.